



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de São José do Rio Preto

Lara Giselle Guardiano

Transdisciplinaridade em *A Fazenda dos Animais*, de George Orwell:
diálogos entre literatura, política e direito

São José do Rio Preto
2021

Lara Giselle Guardiano

Transdisciplinaridade em *A Fazenda dos Animais*, de George Orwell:
diálogos entre literatura, política e direito

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Letras, junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

Financiadora: CAPES

Orientador: Prof. Dr. Gentil Luiz de Faria

São José do Rio Preto
2021

G914t	<p>Guardiano, Lara Giselle</p> <p>Transdisciplinaridade em A Fazenda dos Animais, de George Orwell : diálogos entre literatura, política e direito / Lara Giselle Guardiano. -- São José do Rio Preto, 2021</p> <p>112 f.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto</p> <p>Orientador: Gentil Luiz de Faria</p> <p>1. Literatura comparada. 2. Direito e literatura. 3. Política na literatura. 4. Literatura inglesa Séc. XX. 5. Literatura inglesa Traduções. I. Título.</p>
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Biociências
Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Lara Giselle Guardiano

Transdisciplinaridade em *A Fazenda dos Animais*, de George Orwell:
diálogos entre literatura, política e direito

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Letras, junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

Financiadora: CAPES

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Gentil Luiz de Faria
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto
Orientador

Prof. Dr. Álvaro Luiz Hattner
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto

Prof. Dr. Marcelo Lapuente Mahl
Universidade Federal de Uberlândia – Instituto de História

São José do Rio Preto
21 de maio de 2021

Aos meus amados pais, a quem devo tudo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me proporcionou saúde física e mental para realizar este trabalho em um momento marcado pela crise sanitária, política, social e econômica intensificada pela Pandemia de Covid-19;

Aos meus pais Emerenciana de Oliveira Guardiano e Sebastião Guardiano, que sempre acreditaram em mim;

Ao meu orientador, Prof. Dr. Gentil Luiz de Faria, que me inspirou e me direcionou durante esta jornada;

Aos meus professores, que me ensinaram muito sobre a técnica e sobre a vida;

Aos meus amigos e colegas, que foram fundamentais para que eu seguisse firme em meu propósito;

A todo o corpo técnico e docente do Ibilce, que sempre esteve à disposição para sanar dúvidas e solucionar problemas.

À Universidade Pública, que, a despeito do dismantelamento sofrido, resiste e continua colaborando com a sociedade por meio da produção contínua de conhecimento científico.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

Este trabalho traz como proposta a investigação das relações transdisciplinares entre literatura, política, direito e demais áreas correlatas, a partir da perspectiva ficcional oferecida por George Orwell em seu livro *A Fazenda dos Animais*. A narrativa, publicada pela primeira vez em 1945, na Inglaterra, traça uma série de críticas aos regimes totalitários, em especial ao executado por Josef Stálin (1878-1953) na União Soviética. No texto, características relevantes do totalitarismo, como o processo de usurpação do poder e a expressiva violação a direitos fundamentais, são literariamente explorados por Orwell. Diante desse cenário, toma-se como ponto de partida para o presente estudo as relações estabelecidas entre as áreas do conhecimento citadas, trabalhando-as como fonte e método da compreensão pluralista da legalidade e dos fatos sociais dentro da obra, de modo a revelar as possíveis articulações entre Literatura, Justiça e Sociedade. Assim, a realização desta pesquisa corresponde a um interesse geral, sendo especialmente voltada àqueles que pretendem descortinar seus horizontes enquanto operadores sociais abertos a encontrar soluções humanas para o problema universal do conflito. A metodologia aplicada neste trabalho preconiza estudos teóricos de documentos e textos pertencentes a diferentes disciplinas, incluindo filosofia, sociologia e história. Os resultados obtidos corroboram a hipótese inicial de que a obra de Orwell, ao tratar literariamente sobre assuntos de ordem política, jurídica e social, estabelece ligação estreita com tais áreas, mostrando-se uma peça relevante para a construção de um debate político participativo e de um ordenamento jurídico mais articulado aos valores inerentes à humanização do conflito.

Palavras-chave: Literatura comparada. Direito e literatura. Política na literatura. Literatura inglesa do século XX. Literatura inglesa e traduções.

ABSTRACT

This work proposes an investigation of transdisciplinary relations between literature, politics, law and other related areas, from the fictional perspective offered by George Orwell in his book *Animal Farm*. The allegory, first published in 1945, in England, draws serious criticisms of totalitarian regimes, especially that one carried out by Josef Stálin (1878-1953), in the Soviet Union. In the text, relevant features of the totalitarianism, such as the process of usurpation of power and the expressive violation of fundamental rights, are literarily explored by Orwell. In view of this scenario, the relations established between the aforementioned areas of knowledge are taken as a starting point for this study, working as a source and method of pluralist understanding of legality and social facts within the work, in order to reveal the possible articulations between Literature, Justice and Society. Thus, the realization of this research corresponds to a general interest, being especially aimed at those who intend to unveil their horizons as social operators open to finding human solutions to the universal problem of conflict. The methodology applied in this work recommends theoretical studies of documents and texts belonging to different disciplines, including philosophy, sociology and history. The results obtained corroborate the initial hypothesis that Orwell's work, when dealing literarily about political, legal and social issues, establishes a close connection with all these areas, proving to be a relevant piece for the construction of a participatory political discussion and a legal system more articulated to the values inherent to the humanization of the conflict.

Keywords: Comparative literature. Law and literature. Politics in literature. 20th century english literature. English literature and translations.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 DE BICHOS A ANIMAIS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A MUDANÇA DO TÍTULO BRASILEIRO DE <i>ANIMAL FARM</i>	12
2.1 <i>A Revolução dos Bichos</i> : contexto e problemática da primeira tradução brasileira da obra	12
2.2 Os prefácios de Orwell como escudo à subversão da obra	17
3 ASPECTOS NARRATIVOS DE <i>A FAZENDA DOS ANIMAIS</i>	22
3.1 Do concreto para o abstrato: a universalização do tema	23
3.2 Orwell e a construção do narrador	25
3.3 Espaço e tempo	33
3.4 Personagens	37
3.4.1 Porcos: Velho Major, Bola de Neve, Napoleão e Guincho	37
3.4.2 Guerreiro: o cavalo de tração	46
3.4.3 Os cães	48
3.4.4 As ovelhas	49
3.4.5 Moisés, o corvo	50
3.4.6 Benjamim, o burro cínico	52
3.4.7 Jones, o bêbado decadente	52
4 ENTRE O TERROR E O FANATISMO: UMA ANÁLISE DO ESTADO TOTALITÁRIO IMPLEMENTADO NA FAZENDA DOS ANIMAIS	55
4.1 O papel da crise e da massificação social para a eclosão do totalitarismo	55
4.2 O inimigo comum	59
4.3 O Líder acima de tudo e de todos	66
4.4 Propaganda e manipulação	70
4.5 Fanatismo	76
5 DIREITO DE VIOLAR DIREITOS: AS FACES JURÍDICAS DE <i>A FAZENDA DOS ANIMAIS</i>	79
5.1 A violência fundadora da lei	79
5.2 Os Sete Mandamentos do Animalismo sob o aspecto constitucional	84
5.3 Democracia em <i>Animal Farm</i>	86
5.4 Alteração dos mandamentos e construção de um Estado de Exceção Permanente ...	91
5.5 Os direitos fundamentais e suas violações	95
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS	108

1 INTRODUÇÃO

Os estudos transdisciplinares têm apresentado considerável relevância não apenas para o ambiente acadêmico, como também – e principalmente – para fora dele. Isso porque a sociedade, em sua condição plural, exige uma visão igualmente diversificada sobre os assuntos que a cercam. Nesse contexto, a relação entre direito e literatura, bem como com outras áreas correlatas, surge como uma resposta àqueles conflitos humanos que a juridicidade, por si só, é incapaz de solucionar.

A manifestação literária pode operar como fonte de compreensão do indivíduo, da coletividade e do meio que em vivem. O direito, por sua vez, é o sistema que organiza esses mesmos elementos. A pergunta que se faz é: seria possível organizar algo – de forma verdadeiramente justa – sem, antes, compreendê-lo?

É buscando uma resposta para tal questionamento que os estudos jurídico-literários, associados a um fazer político, encontram sua via de contribuição para o aperfeiçoamento das relações sociais. A literatura, seja ela ficcional ou não, permite ao sujeito o desenvolvimento de cognições politemáticas fundamentais para a compreensão dos eventos que cercam a natureza humana, tornando-o mais sensível a questões que dizem respeito a si próprio e ao outro. Possuir tal aptidão é fundamental para quem trabalha, diariamente, com vidas e com histórias reais.

Dessa forma, a matéria literária não só pode, como deve, construir uma atuação mais humanística dentro do próprio universo jurídico, proporcionando ao jurista um contato maior com a linguagem, além de funcionar como meio de compreensão daquilo que transcende determinadas causas.

Outrossim, o estudo transdisciplinar tem o potencial de abrir caminhos para que a parcela leiga da sociedade, isto é, o conjunto de pessoas que não têm acesso ao conhecimento técnico-científico, possa compreender situações sociais complexas de maneira mais acessível e – por que não? – mais prazerosa. Nesse sentido, a discussão de questões jurídicas a partir da literatura democratiza o acesso a tais temáticas, impactando positivamente no incentivo à participação social em debates políticos relevantes.

Todavia, é preciso ter cautela no manejo do estudo jurídico-literário, uma vez que ele não se deve prestar ao uso da literatura meramente para explicar ou para exemplificar o direito; ao contrário: deve servir, sobretudo, como um exercício para enxergar a legalidade sob uma perspectiva literária e, conseqüentemente, política, filosófica, histórica, sociológica e, sobretudo, humana.

O próprio direito, em determinado momento histórico, reconheceu a importância de se fazer em consonância com outras esferas do conhecimento, incluindo a literária. Contudo, esse é um reconhecimento relativamente recente. É interessante, nesse sentido, compreender, ainda que brevemente, o percurso jusfilosófico que culminou na necessidade de transdisciplinarizar a prática jurídica. Para isso, deve-se considerar três das grandes correntes que buscaram orientar o funcionamento do direito ao longo do tempo: o jusnaturalismo, o juspositivismo e o pós-positivismo jurídico.

Em sentido amplo, o jusnaturalismo enxergava no direito a possível concretização de um valor metafísico da justiça, ou seja, o ordenamento era idealizado como um conjunto de leis universais e imutáveis impostas pela natureza, por Deus e/ou pela razão humana e indissociáveis, a seu modo, desses mesmos elementos. Historicamente, essa concepção deixou hiatos significativos, uma vez que a submissão do direito a uma vontade muitas vezes abstrata o ignorava como objeto cultural e mutável, além de tornar questionáveis os valores atrelados à justiça.

Com a Modernidade, uma nova corrente jusfilosófica tomou conta do pensar e do fazer jurídico, adequando o direito às novas necessidades sociais da época: o juspositivismo, ou positivismo jurídico, que, em total contraposição ao jusnaturalismo, passou a considerar o direito em sentido próprio, isto é, um meio que passaria a justificar os fins. O ordenamento, a partir desse instante, forma-se em razão de uma escolha de codificação dos homens e não mais se identifica como um sistema embasado no natural ou divino. Dentre as vertentes desse movimento, recebe destaque a teoria desenvolvida pelo austríaco Hans Kelsen (1881-1973), que procurou relevar a imposição formal positivista, defendendo que não caberia ao direito decidir aquilo que é justo ou não, mas apenas codificar o que de fato é valorado como justo, sem identificar a si com algum juízo de valor.

Todavia, o positivismo, em suas mais diversas manifestações, priorizou os rigorosos critérios de validade formal em prejuízo da justiça. A doutrina positivista, essencialmente monista, sustentou a primazia do direito positivo em face do natural, afirmando que a justiça só se reconheceria em um sistema normativo codificado, independentemente de sua legitimidade e efetividade. Ao longo da história do ocidente, isto propiciou experiências sociais muitas vezes trágicas, a exemplo dos arbítrios cometidos pelos regimes totalitários do século 20, que estruturaram suas barbáries sob o manto da legalidade (SOARES, 2008).

Evidentemente, esse modo de pensar o direito entrou em decadência juntamente com a Modernidade. Então, a partir da segunda metade do século 20, ganhou espaço o pós-positivismo jurídico, responsável por impor limites morais e valorativos ao aplicador do direito,

fortalecendo a relevância dos princípios e das garantias fundamentais na criação, na interpretação e na aplicação das leis, de forma a associar o fazer jurídico com as demais áreas do conhecimento. A partir desse momento, a literatura começou a ser compreendida como fonte principiológica para a interpretação do direito e para a prática jurídica.

Com base nesse panorama, o direito passa a ser visto de maneira sistêmica - não apenas dentro de seu próprio funcionamento interno, mas também em suas relações transdisciplinares.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo evidenciar a importância da conexão pós-positivista estabelecida entre os estudos literários e o direito, além de reafirmar a pertinência de um fazer jurídico atrelado às demais áreas do conhecimento. Para tanto, utilizar-se-á como objeto de estudo *A Fazenda dos Animais*, de George Orwell (1903-1950).

A obra inglesa, originalmente intitulada *Animal Farm* e popularizada no Brasil sob o título *A Revolução dos Bichos*, apresenta, de maneira alegórica, a história de um grupo de animais que, motivados pelos desmandos de seu dono humano, resolvem fazer uma rebelião e tomar o controle da fazenda onde vivem. No decorrer da narrativa, porém, aqueles que lideraram a revolta – os porcos – acabam por usurpar o poder conquistado, instituindo no local um verdadeiro regime totalitário.

A feroz crítica direcionada ao totalitarismo é o escopo da obra de Orwell, que, após ter vivenciado situações particularmente desilusórias na Birmânia e na Espanha, decide travar uma batalha contra a subversão daquilo que entendia como socialismo democrático, especialmente no que diz respeito ao modelo de governo implementado por Josef Stálin (1878-1953) na União Soviética.

A narrativa retrata, dessa forma, as principais características de regimes totalitários, possibilitando a compreensão literária das especificidades que os cercam. Além disso, a trama traz situações passíveis de serem analisadas sob a ótica jurídica, principalmente no que diz respeito ao uso da legalidade como justificativa para o abuso de poder.

Dessa maneira, o estudo de *A Fazenda dos Animais* envolve questões de ordens diversas, sendo necessário atravessar conceitos políticos, históricos, filosóficos, jurídicos, sociológicos e, claro, literários, para que se compreenda, da maneira mais completa possível, suas mais relevantes mensagens.

Dividido em quatro capítulos, este trabalho é iniciado com considerações a respeito da recente mudança no título brasileiro da obra, trazendo para o debate as circunstâncias históricas em que a primeira tradução foi feita, além de confrontar determinados usos do livro com as intencionalidades do escritor.

No segundo capítulo, o texto de Orwell é investigado em seus aspectos narrativos, na intenção de verificar a influência das escolhas textuais nos possíveis sentidos extraídos da obra. São estudadas, nesse ponto, suas referências concretas, o uso da linguagem figurativa, a ambientação, a criação das personagens e assim por diante.

O terceiro capítulo, por sua vez, analisa a trama sob uma perspectiva essencialmente política, filosófica e histórica, traçando paralelos com o contexto social da primeira metade do século 20 e apontando as características totalitárias sob as quais ambos os cenários – ficcional e real – se constituíram.

Por fim, o último capítulo promove o exame jurídico do texto literário, extraindo da narrativa orwelliana os vieses legais responsáveis por impulsionar uma revolução, os que contribuem para que ela se fixe e os que convergem para a sua subversão. A análise procura investigar, ainda, o uso do direito para fins perversos, além de questionar as consequências do abuso jurídico do poder em face da sociedade.

Dessa maneira, a pesquisa avança sobre questões sociais relevantes, que, materializadas na narrativa de Orwell, permitem o conhecimento do passado, uma possível compreensão do presente e uma valiosa lição para o futuro.

2 DE BICHOS A ANIMAIS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A MUDANÇA DO TÍTULO BRASILEIRO DE *ANIMAL FARM*

A entrada em domínio público da obra integral de George Orwell (1903-1950), em janeiro de 2021, provocou considerável efervescência nos mercados editoriais ao redor do mundo. No Brasil, onde o livro *Animal Farm* consagrou-se sob o título *A Revolução dos Bichos*, algumas editoras aproveitaram o momento para recuperar o nome dado originalmente à história, reaproximando-o de seu significado em inglês – algo que havia sido perdido com a primeira tradução para o português brasileiro. A *Companhia das Letras*, que até então detinha os direitos autorais da obra no país, foi a primeira a anunciar, em 2020, a renomeação da narrativa para o inédito *A Fazenda dos Animais*, com tradução de Paulo Henriques Britto.

Seguindo o modelo, outras editoras, como *L&PM*, *Melhoramentos* e a própria *Companhia das Letras*, sob o selo *Penguin Companhia*, decidiram adotar o mesmo título. Por sua vez, editoras como *Nova Fronteira*, *Biblioteca Azul*, *Via Leitura*, *Troia*, *Novo Século*, *Aleph*, entre outras, optaram por manter o comercial *A Revolução dos Bichos* em suas prateleiras, embora algumas, como a *Antofágica*, tenham optado por apresentar, na folha de rosto, ambos os nomes intermediados pela conjunção alternativa “ou”: *A Revolução dos Bichos ou Fazenda dos Animais*. Um outro caminho, por fim, é verificado na proposta da *Martin Claret*, que também tentou se aproximar do nome inglês da obra, lançando-a como *A Fazenda dos Bichos*.

Além da diversidade de títulos, as novas edições apresentam diferentes traduções¹, o que implica em desencontros pontuais como, por exemplo, aqueles relacionados a nomes de determinados personagens. Em virtude desse fato, não seria razoável desenvolver, em um único trabalho, uma análise que englobasse todas as versões comercializadas em território nacional. Por isso, optou-se por analisar tão somente a edição lançada pela *Companhia das Letras*, que, durante anos, foi a maior responsável por veicular as obras de Orwell no país.

2.1 *A Revolução dos Bichos*: contexto e problemática da primeira tradução brasileira da obra

É necessário considerar que a alteração do título da narrativa em análise para *A Fazenda dos Animais* não foi um mero capricho editorial. A decisão, justificada pelos paratextos que

¹ Os tradutores das edições mencionadas são: Denise Bottmann (L&PM); Sandra Pina (Melhoramentos); Adalgisa Campos da Silva (Nova Fronteira); Petê Rissatti (Biblioteca Azul); Alexandre Barbosa de Souza (Via Leitura); Claudio Blanc (Troia); Luisa Geisler (Novo Século); Daniel Lühmann (Aleph); Rogerio Galindo (Antofágica) e Leonardo Castilhane (Martin Claret). Todas as edições foram lançadas no ano de 2021.

acompanham os novos exemplares, foi pautada em critérios semânticos e, sobretudo, políticos. Isso porque a primeira tradução da obra para o português brasileiro, feita por Heitor Aquino Ferreira, apesar de seus grandes méritos enquanto trabalho técnico, sustentou, por muito tempo, um polêmico fardo histórico. Nesse sentido, é válido trazer à discussão o posfácio do professor Marcelo Pen (2020) à nova edição, que destrincha o contexto de produção da primeira versão brasileira do livro, esclarecendo os motivos para a mudança de seu nome.

De acordo com Pen, *Animal Farm* chegou em território nacional na década de sessenta. O livro, que já vinha sendo promovido pela CIA no Ocidente “para combater o comunismo” (p. 137), foi impresso pela primeira vez no Brasil sob o título *A Revolução dos Bichos*, no ano de 1964.

Nas palavras do professor, apesar de nenhum documento comprovar que a CIA estivesse por trás da tradução especificamente brasileira, seu lançamento, feito sob patrocínio do Instituto de Pesquisa Social, foi impulsionado “menos por um critério comercial ou mesmo literário do que por sua aura de arma psicológica anticomunista” (p. 138).

Também conhecido como IPES, o referido instituto era formado por civis e militares e utilizado para divulgar notícias, promover os apoiadores de direita e propagar ideias anticomunistas, tendo sido “uma das mais bem-sucedidas e organizadas máquinas de propaganda ideológica da história do Brasil” (PEN, 2020, p. 138).

René Armand Dreifuss (1981 citado por PEN, 2020, p. 139) afirma que a atuação do instituto entre os anos de 1962 e 1964 denotou uma movimentação conjuntural para o golpe que instituiu o Regime Militar no país, uma vez que a estratégia do grupo se tornou política e as atividades político-partidárias converteram-se, mais tarde, em ação militar.²

Dentro dessa perspectiva, os orquestradores do regime teriam recorrido a estratégias culturais e comerciais para obter apoio e rechaçar opositores, alimentando as livrarias com obras que pudessem reforçar suas aspirações ideológicas. Segundo Christian Carvalho, *Animal Farm* teria sido vista pelo IPES como uma potente arma anticomunista, uma vez que, na perspectiva dos militares, seu enredo “acabava por ridicularizar todos aqueles que diziam lutar por uma sociedade igualitária” (2002, p. 10). Dessa forma, o objetivo do instituto era implementar, por

² É importante mencionar que a afirmação de Dreifuss sobre a participação do IPES na instauração do Regime de 1964 é relativizada por determinados historiadores. Carlos Fico (2004) faz, nesse sentido, um estudo apontando controvérsias sobre a ditadura militar, no qual compara diferentes posicionamentos teóricos sobre o período. Nele, Fico observa, com base nos dados coletados, que a ação ideológica do Instituto não foi a única responsável por ocasionar a troca de regime, uma vez que a iniciativa estritamente militar teve papel decisivo no desenrolar dos acontecimentos. Contudo, sua atuação desempenhou uma importante função de desestabilização (propaganda, mobilização da classe média etc.) que, diferentemente da ação militar, foi bastante articulada, colaborando significativamente para a concretização do golpe.

meio da divulgação da obra, o temor e a rancidez em relação à corrente política de esquerda movida pelos ideais revolucionários.

Sob essa ótica, a encomenda da tradução teria sido pensada para servir ao propósito de seus financiadores. Heitor Aquino Ferreira, então tenente do Exército, assumiu a tarefa. Marcelo Pen (2020) aponta que, em outubro de 1962, o tradutor teria redigido uma carta para Sônia Seganfredo, sua correligionária, com o seguinte teor:

Nosso grupo no exército - que a esquerda insiste sempre em chamar de golpista [...] temos imprimido nós mesmos e encaminhado para editores amigos várias obras de grande valor como propaganda democrática anticomunista. A maioria sairá brevemente. (p. 142).

Na oportunidade, Ferreira teria citado *Animal Farm* entre os títulos enviados à colega. Dentro desse cenário, Pen ressalta o adendo feito por Dreifuss (1981) de que, na época, o general Heitor Herrera teria se comunicado “com Henrique Bertaso em Porto Alegre para obter 1000 cópias a 200 cruzeiros cada da Livraria O Globo, as quais seriam distribuídas gratuitamente” (p. 143), fato que reforçaria os intuítos políticos por trás da publicação da obra.

Diante de tais informações, a possível influência político-financeira exercida sobre a reprodução do livro e o cenário sob o qual a referida tradução foi feita passaram a ser um ponto bastante discutido nos meios acadêmico e editorial, culminando na iniciativa, igualmente política, de promover uma nova tradução da obra 56 anos após seu primeiro lançamento.

O debate acerca das possíveis intervenções ideológicas que teriam ocorrido no processo tradutório de 1964 inicia-se pelo título do livro – *Animal Farm* –, que teria, em português, uma maior proximidade semântica com o nome *A Fazenda dos Animais* ou similares. Todavia, Ferreira optou por incluir nele o termo “revolução” – que não aparece grafado na versão original (tanto no título como ao longo do texto) –, convertendo o foco da ação para o ato revolucionário em si. Evidentemente, essa percepção foi útil às aspirações do regime militar, pois o termo, sob esse ponto de vista, ganhou um peso semântico direcionado, um endereço certo, com a provável intenção de ironizar os ideais de esquerda.

Ocorre que a narrativa, como se defenderá mais adiante, não critica precisamente o ato revolucionário, mas sim os desdobramentos dele. Por essa razão, a inclusão da palavra “revolução” no título da obra teria deslocado o foco “do fruto do ato para o ato em si, do espaço para ação” (PEN, 2020, p. 146), gerando impactos na recepção pelo público.

Por sua vez, a escolha da palavra “bichos” em vez de “animais” também pode ser colocada em perspectiva. Sobre o termo, Carvalho (2002) rememora o uso que “bicho” possuía

na década de 60, que consistia em uma gíria comumente empregada entre jovens estudantes. Para ele, uma hipótese possível é a de que a escolha do vocábulo teria sido feita de maneira premeditada para que os bichos de Orwell fossem associados à figura dos universitários revolucionários – considerados, à época, uma ameaça ao sistema vigente –, colaborando para a construção de uma imagem negativa daqueles que simpatizavam com os ideais de esquerda.

Além do título, aspectos do texto narrativo também teriam sofrido influência ideológica durante o processo de tradução. Sobre o assunto, Feitosa e Freitas (2017) afirmam que o hino entoado pelos animais da Fazenda (*Bichos da Inglaterra*) teve modificações semânticas consideráveis ao ser traduzido pela primeira vez para o português, de forma a “disfarçar”, na passagem, a perversidade advinda da domesticação dos animais antes da rebelião:

Ao longo de todo o poema em português, a significação foi um tanto vaga em comparação com o texto original, como por exemplo, quando o hino descreve que haverá o fim dos objetos de tortura usados para domesticar os animais, o texto original expressa diretamente que “Cruel whips no more shall crack” (os cruéis chicotes não vão mais estralar), enquanto o tradutor tenta expressar tal ideia fazendo uso de uma metáfora, obtendo o seguinte resultado: “E o relho em cantos alheios” (p. 6).

Marcelo Pen (2020) também aponta trechos da história em que as alterações semânticas tornam prováveis os objetivos políticos da tradução. Uma delas se dá no momento em que o personagem Velho Major comenta sobre o seu sonho com os outros animais. Na redação original, Orwell utiliza a frase “*I cannot describe that dream to you*”, no sentido de “eu não conseguiria descrever aquele sonho para vocês”. A tradução de Ferreira, contudo, emprega a frase: “não sei o que significa”. Para Pen, o sonho de Major, que tratava de um lugar sem humanos, alude a um mundo sem o capitalismo e, portanto, não seria plausível “conceber que a personagem que remete ao autor de *O Capital* não apreende seu significado, mas sim que, diante da dificuldade em relatá-lo, prefira em vez disso contar um episódio da infância” (p. 147). Esse fato, sob a ótica pela qual se analisa o livro, poderia ser interpretado como uma forma de dirimir a credibilidade do discurso revolucionário da personagem ou mesmo de subjugá-lo.

Ocorrências como essas – discretas, mas significativas – repetem-se ao longo da obra. Dessa forma, ganha respaldo a suposição de que o primeiro processo de tradução de *Animal Farm*, apesar de toda a sua competência técnica, esteve intimamente relacionado aos interesses ideológicos da época, ultrapassando, em determinados momentos, os limites do próprio texto literário. A ideia sustentada é a de que seria, de toda forma, útil ao regime militar aproveitar-se da crítica ao stalinismo, feita pela narrativa, para enfatizar os argumentos da direita, propagados

país afora. Para tanto, alguns aspectos tradutórios, a exemplo do título, teriam sido convenientemente modulados.

Nesse ponto, é válido ressaltar a interessante observação que Marcelo Pen (2020) faz sobre a ideia de revolução empregada na obra, que teria um caráter positivo sob o olhar de Orwell:

O leitor atento perceberá que, no final, Napoleão rejeita a posição “revolucionária”. Assim, na única menção indireta à revolução, por meio de termo derivado, ela é repudiada justamente por quem a traiu, em nome das “relações comerciais normais com os vizinhos” [...]. Para Orwell, a revolução tem teor positivo, embora o trecho o apresente na chave irônica, fazendo com que lhe reconheçamos o valor por meio de sua negação (p. 146).

Esse ponto elucida a hipótese de que tanto a tradução de Ferreira como a aura “anticomunista” atribuída ao livro extrapolam, em determinados momentos, os limites do texto e de suas possíveis interpretações. É preciso destacar que, apesar de a literatura permitir uma pluralidade de sentidos, ela não permite todos. O leitor, ao passar pelo processo de associação do que é lido, relacionando o conteúdo literário com suas próprias experiências, vivências e ideologias, deve ser cauteloso para não se desprender completamente da materialidade textual – e, com isso, acabar cometendo equívocos. É evidente que a forma como a narrativa é traduzida interfere substancialmente nesse processo: se o leitor não tem acesso ao texto original, a tendência é que ele se oriente pelo que foi traduzido.

Se a própria tradução ultrapassa os limites de uma interferência natural, chegando ao ponto de desprender-se da materialidade textual e de romper com um compromisso de semelhança que deveria ter com o texto original, o leitor provavelmente será induzido a erro. Se essa indução for proposital – com o objetivo de passar uma mensagem que não está necessariamente presente na obra – tem-se um problema não apenas hermenêutico, mas também ético.

Diante de todas as interferências suscitadas, há plausibilidade na hipótese de que teria havido uma distorção significativa de ideias dentro do contexto do livro, que foi amplamente favorecida pela tradução financiada pelo IPES, uma vez que o “discurso” construído em cima da narrativa, além de ir de encontro aos intentos de Orwell, ainda maculou o compromisso de semelhança com o texto original, gerando equívocos consideráveis.

Quanto ao primeiro ponto, a análise dos prefácios autorais à primeira edição inglesa e à edição ucraniana do livro é relevante para compreender os objetivos do autor ao escrevê-lo, servindo como importante instrumento para os debates sobre a subversão da obra.

2.2 Os prefácios de Orwell como escudo à subversão da obra

Embora o estudo das intencionalidades do autor, em termos benjaminianos, não seja essencial para compreender o que um texto literário tem de comunicável, por vezes surge a necessidade de investigar tais intencionalidades para verificar até que ponto a lógica interna de uma obra teria sido deturpada. No caso de Orwell, seus escritos ficcionais foram e ainda são alvo de intenso uso ideológico, fato que possibilita o seu aproveitamento, muitas vezes, para fins totalmente opostos à mensagem que o texto propaga.

O viés essencialmente político por trás da escrita orwelliana foi, em diversas ocasiões, expressamente declarado pelo próprio autor, que, munido da acidez que lhe era característica, nunca fez questão de esconder a insatisfação que sentia em relação à configuração geopolítica de sua época. As pistas mais evidentes desse intento moram, literalmente, ao lado de suas narrativas: nos prefácios autorais, que, no caso de Orwell, possuem, em sua maioria, caráter autobiográfico. Por serem “escritas de si”, eles registram os acontecimentos individuais e sociais que motivaram o autor em sua produção literária, além de demonstrar sua perspectiva política e de esclarecer suas intenções com a escrita.

É interessante analisar tais textos com base na teoria desenvolvida por Gérard Genette (2009) sobre as instâncias prefaciais. Segundo o teórico, “[o prefácio] é toda espécie de texto liminar (preliminar ou pós-liminar), autoral ou alógrafo, que consiste num discurso produzido a propósito do texto que segue ou que antecede” (p. 145). Dessa maneira, é plausível discutir os meandros de *Animal Farm* com base nos prefácios escritos por Orwell, absorvendo, deles, pistas que nos levem a uma interpretação mais atrelada à materialidade da obra.

Para uma primeira discussão, dispensa-se a ordem cronológica dos escritos a fim de privilegiar seu conteúdo. Assim, analisar-se-á, por ora, o prefácio do autor à edição ucraniana, datada de 1947, isto é, dois anos após a primeira publicação da obra e três antes da morte de Orwell. Uma nota de rodapé, disposta na edição utilizada para a presente análise (ORWELL, 2007), esclarece que tal versão de *Animal Farm* foi especialmente destinada a ucranianos alojados em campos de refugiados da Alemanha, depois da Segunda Guerra Mundial. O prefácio, por sua vez, foi feito a pedido de Ihor Sevcenko, organizador da tradução e responsável por distribuir a obra a esses leitores.

Orwell, com a intenção de se apresentar a seus interlocutores, começa o texto prefacial dissertando sobre suas experiências de vida e sobre sua visão política acerca da União Soviética, construindo o que Genette chama de Gênese, isto é, o uso do prefácio para informar o leitor sobre a origem da obra e as circunstâncias de sua redação, sendo essa uma de suas principais

funções – na medida em que há um genuíno propósito de informar o leitor sobre dados que o autor julga imprescindíveis à boa leitura do texto.

Os aspectos biográficos trazidos a esse texto inicial são, nesse sentido, interessantes para a compreensão das chaves narrativas da obra, uma vez que as situações vivenciadas por ele embasaram, significativamente, a formulação de posicionamentos políticos e sociais na construção de situações e de personagens dentro da trama.

Ao narrar, por exemplo, sua experiência nas caçadas humanas ocorridas na Guerra Espanhola, da qual participou ativamente, Orwell afirma que aprendeu “como é fácil para a propaganda totalitária controlar a opinião de pessoas educadas em países democráticos” (2007, p. 143), o que o teria feito compreender a influência negativa do mito soviético sobre o movimento socialista ocidental. Quando retornou do combate, direcionou seus esforços para contar o que havia testemunhado, em especial aquilo que entendia ter sido uma traição dos stalinistas ao socialismo. Para ele, os comunistas soviéticos e seus aliados tinham destruído uma revolução popular genuína; e o maior erro da esquerda, diante disso, foi ter sido antifascista sem ser antitotalitária (RODDEN; ROSSI, 2012). Nesse sentido, Orwell assume, no prefácio a *A Fazenda dos Animais*, que a sua intenção foi, de fato, denunciar a subversão dos ideais revolucionários:

Era da maior importância para mim que as pessoas na Europa Ocidental pudessem ver o regime soviético como de fato era. Desde 1930, eu vira poucos indícios de que a URSS estivesse avançando na direção de algo que se pudesse chamar de socialismo [...]. Ao voltar da Espanha, pensei em denunciar o mito soviético numa história que fosse fácil de compreender por qualquer pessoa e fácil de traduzir para outras línguas (2007, p. 144-145).

Há, nesse ponto, o que Genette chama de Declaração de Intenção. É por meio dela que o autor interpreta o próprio texto, demonstrando sua real intencionalidade. Existe um contraste, aqui, com a “vulgata” (nas palavras de Genette) implementada por Valéry, segundo a qual não seria possível ao autor exercer qualquer controle sobre o verdadeiro sentido de seu texto. Todavia, apesar de não controlar a forma como a obra será interpretada – uma vez que a literatura é plurissignificativa –, o autor pode esclarecer ao leitor qual foi a mensagem que pretendeu passar, estabelecendo, de certa forma, limites para as possibilidades de interpretação.

Ainda no prefácio à edição ucraniana, Orwell, mais uma vez recorrendo à função de Gênese, conta aos leitores que a escolha de personagens animalizadas se deu a partir de uma cena observada por ele numa cidadezinha em que morou anos depois de seu retorno da Guerra. Na passagem, o escritor afirma que viu “um menino de uns dez anos guiando por um caminho

estreito um imenso cavalo de tiro que cobria de chicotadas cada vez que o animal tentava se desviar”. E continua:

Percebi então que, se aqueles animais adquirissem consciência de sua força, não teríamos o menor poder sobre eles, e que os animais são explorados pelos homens de modo **muito semelhante à maneira como o proletariado é explorado pelos ricos**. A partir daí, **decidi analisar a teoria de Marx do ponto de vista dos animais** [...]. A partir desse ponto, não foi difícil elaborar o enredo. (ORWELL, 2007, p. 145-146, grifo meu).

Diante da expressa declaração, não há terreno para negar a efetiva vinculação da obra à questão soviética. O que se defende, contudo, é que a narrativa, apesar de criticar abertamente o regime implementado na URSS, não deve ser interpretada sob um viés antissocialista, como ocorrido em alguns países, incluindo o Brasil. Isso porque o que ela critica é a subversão dos ideais revolucionários e não a revolução em si – genuína aos olhos de Orwell.

Nesse ponto, entende-se que a subversão da obra teria ocorrido, essencialmente, por duas óticas distintas, mas intimamente relacionadas: i) pela associação do enredo à pura e simples propaganda anticomunista; ii) pelo entendimento de que Orwell, assumidamente socialista, teria se tornado um traidor ao fornecer “munição” para a frente opositora.

A ideia de que o autor teria traído suas convicções socialistas ou que, de fato, estaria contribuindo para o fortalecimento do capitalismo ocidental não encontra fundamento, uma vez que, após a publicação do livro, ele assume, no prefácio à edição ucraniana, que se considerava pró-socialista, ainda que motivado por razões de ordem mais pragmática do que teórica: “Tornei-me pró-socialista mais por desgosto com a maneira como os setores mais pobres dos trabalhadores industriais eram oprimidos e negligenciados do que devido a qualquer admiração teórica por uma sociedade planificada” (2007, p. 142).

A dificuldade, acredita-se, talvez esteja em diferenciar a postura crítica do escritor de suas escolhas ideológicas. A sátira feita em *A Fazenda dos Animais*, como já mencionado, critica o que Orwell considera como subversão do ideário socialista pela União Soviética - e não o socialismo em si. Essa era sua grande indignação.

Tal percepção fica ainda mais nítida no prefácio original da obra, intitulado *A liberdade de imprensa*. Em nota, o editor da tiragem utilizada para este estudo (2007) informa que, na primeira edição de *Animal Farm*, havia um espaço destinado ao prefácio do próprio Orwell, que acabou não sendo preenchido. O escrito foi encontrado após a morte do autor, tendo sido publicado somente em 1972.

O texto, que mais parece um desabafo, sintetiza a opinião de Orwell acerca da censura velada que ocorria na Inglaterra quando o assunto era o regime de Stálin. Nele, o autor desaprova severamente a “admiração acrítica” que os ingleses faziam da União Soviética, utilizando-se dessa percepção para justificar a dificuldade que teve em publicar a obra.

Nesse ponto, Orwell traz à tona o que Genette batiza de “temas do porquê”, na medida em que há um esforço autoral para mostrar ao leitor a importância do assunto tratado na narrativa, independentemente da forma como a crítica literária viria a recepcionar a obra. A acidez com que ele aborda essa temática demonstra seu desapontamento com a classe intelectual britânica da época:

Mas voltando a este livro. A reação a ele por parte da maioria dos intelectuais ingleses será muito simples: “Não devia ter sido publicado”. Naturalmente, os autores de resenhas que entendem da arte de denegrir não irão atacá-lo com base na política, mas usarão argumentos literários. Dirão que é um livro tedioso e bobo [...]. [Na realidade] a *intelligentsia* britânica, em sua maioria, irá reclamar deste livro porque calunia seu Líder e (na opinião deles) prejudica a causa do progresso. Se fosse o contrário, nada teriam a dizer contra a obra, mesmo que seus defeitos literários fossem dez vezes mais flagrantes do que são. (ORWELL, 2007, p. 132-133).

O que se nota, aqui, além da tentativa de valorização do assunto, é a diligência do autor para, de certa forma, prevenir possíveis críticas ou neutralizá-las. Genette batiza essa função prefacial de “para-raios”, afirmando que é possível utilizá-la para impedir possíveis julgamentos negativos – o que é materializado quando o autor toma a dianteira daquilo que acredita que será dito sobre seu texto (GENETTE, 2009, p. 185).

É justamente esse o caso do prefácio analisado. Orwell, sabendo que sua obra seria duramente reprovada, antecipa os motivos pelos quais as críticas literárias não deveriam ser validadas pelos leitores ordinários do livro, justificando, de certa forma, o incômodo que sua temática causaria na *intelligentsia* britânica.

Não obstante, o autor finaliza seu prefácio original sem qualquer tentativa de esconder o descontentamento que nutria pela subversão dos ideais socialistas que a União Soviética estaria, no seu ponto de vista, promovendo, e que a camada intelectual britânica estaria acobertando de maneira velada:

Já faz praticamente uma década que acredito que o regime russo é basicamente maligno, e reivindico o direito de dizê-lo, apesar da nossa aliança com a URSS numa guerra que desejo que vençamos. [...] Aceitaram o princípio de que um livro deva ser publicado ou suprimido, louvado ou condenado, não com base em seus méritos, mas de acordo com sua conveniência política. [...] Neste nosso país [...] são os liberais que temem a liberdade e os intelectuais que querem jogar lama no intelecto: foi para chamar atenção para esse fato que escrevi este prefácio. (ORWELL, 2007, p. 137-139).

Tanto no prefácio original de *Animal Farm*, quanto no prefácio à edição ucraniana, o autor não entra propriamente no mérito da narrativa, mas apenas situa seus leitores acerca do seu contexto de produção e possível recepção, fazendo com que a instância prefacial cumpra um dos propósitos elencados por Genette, qual seja, a justificativa da obra pela importância de seu assunto.

Ademais, a pluralidade de interpretações relativas a Orwell culmina na impossibilidade de análise de sua obra em dissociação com o contexto histórico, ideológico e social que amparou sua escrita. É certo que o escritor se posicionava genuinamente contra quaisquer espécies de totalitarismo, mas esse fato não torna *A Fazenda dos Animais* uma obra apartidária, apesar de atemporal.

Em conclusão, o prefácio à edição ucraniana da obra sinaliza a intenção do autor em denunciar o mito soviético, além de apontar os caminhos biográficos e ideológicos que o levaram a formular a narrativa. Nesse ponto, é relevante considerar que a crítica ao regime de Stálin não representa, necessariamente, uma aversão do escritor ao socialismo em si, como fez crer alguns aspectos da tradução financiada pelo IPES.

Assumidamente antitotalitário, Orwell decide, com base em suas experiências de vida, revelar a manipulação e a usurpação que habitualmente ocorrem dentro de um regime ditatorial. Inevitavelmente, o stalinismo era o que mais estava em voga nas experiências vivenciadas pelo autor, motivo pelo qual provavelmente foi escolhido para estrelar a sátira.

Dessa forma, ambos os prefácios amparam a interpretação que se pode fazer da narrativa, cumprindo determinados objetivos da instância paratextual. Além disso, apontam para o fato de que a primeira tradução da obra teria subvertido alguns aspectos do texto original, indo de encontro aos propósitos do autor, além de evidenciar uma tentativa de manipulação da população na época. Por tal razão, a mudança de título – de *A Revolução dos Bichos* para *A Fazenda dos Animais* – encontrou respaldo suficiente para acontecer, promovendo uma “reparação histórica” que, de toda forma, não deixa de também estar atrelada aos interesses políticos do presente.

3 ASPECTOS NARRATIVOS DE A FAZENDA DOS ANIMAIS

O impacto literário e social que *Animal Farm* causou ao redor do mundo está atrelado a uma série de motivos. O mais imediato deles é o caráter político inerente à obra, que gerou, à sua época, importantes discussões acerca de conceitos ligados à instituição e manutenção do poder. Deve-se ressaltar, nesse sentido, que o momento de sua primeira publicação, na Inglaterra, coincidiu com o fim da Segunda Guerra Mundial, germinando com os prelúdios da Guerra Fria. Esse fato, associado à intensificação dos embates ideológicos do período, foi decisivo para o rápido e potente alcance tomado pela narrativa em escala global.

Contudo, mesmo após a representativa queda do Muro de Berlim, o livro de Orwell permaneceu em alta. Na década de 2010, em especial, a intensificação de movimentos conservadores e de discursos antidemocráticos ao redor do mundo contribuiu para a manutenção da popularidade do autor entre leitores de diversas nacionalidades. No Brasil, *A Fazenda dos Animais* (ainda veiculada sob o título *A Revolução dos Bichos*) ocupou, em 2019, a sétima posição na lista de obras ficcionais mais vendidas no país, sendo a única do século passado entre as vinte mais procuradas pelos brasileiros (MATOS, 2019). O aparente anacronismo desse sucesso pode ser desvelado por diversos fatores, dentre os quais se destaca a universalidade do tema proposto pela obra: a ampla mensagem sociopolítica dos animais da Fazenda do Solar ultrapassa as barreiras históricas da época em que a trama foi escrita, conseguindo abordar temas permanentes na humanidade que se repetem sob circunstâncias diversas.

É preciso ressaltar, entretanto, a existência de outra grande razão para a constante popularidade da narrativa: a habilidade com que foi escrita. Em dez capítulos curtos, Orwell conseguiu sintetizar não só o conturbado contexto soviético da época, como também estender suas lições para circunstâncias similares, aplicáveis à maioria das relações de poder. A complexidade do tema é imperceptivelmente dissolvida pela narração fluida e pelo uso de uma linguagem simples, compreensível até mesmo por crianças – dentro, é claro, de suas percepções de mundo.

Todavia, alerta-se para o fato de que, apesar de simples, a construção da obra não é simplória. Os elementos narrativos empregados por Orwell são sofisticados e dotados de uma profundidade ímpar, que não se perde em meio a um cenário ficcional quase infantil. Todas as peças que estruturam a obra, desde a caracterização dos personagens até a forma como a história é narrada, alinham-se numa engrenagem harmônica, carimbando sua magnitude enquanto manifestação literária.

A partir de tais considerações, é necessário analisar, de maneira crítico-reflexiva, os cálculos narrativos implementados na construção de *Animal Farm*, a fim de evidenciar o papel comunicacional da literatura e o poder exercido por ela sobre aqueles que a acessam. É o que propõe este capítulo.

3.1 Do concreto para o abstrato: a universalização do tema

De acordo com John Rodden (1999), *A Fazenda dos Animais* possui, para além do literal, outros três níveis simbólicos de operação. O primeiro, certamente, é a sátira direcionada à Revolução Russa (1917-1923) e à subsequente ditadura de Josef Stálin (1927-1953). Em segundo lugar, tem-se uma espécie de tratado político universal, responsável por fornecer grandes lições sobre poder, tirania e revoluções a toda a humanidade. No terceiro nível, a narrativa opera numa perspectiva puramente moral, com o objetivo de evidenciar a animalidade da natureza humana – no sentido de não haver um esforço mental racionalizado para compreender determinadas situações.

Coadunando os três níveis, a obra tem como principais temas: a corrosão causada pelo poder; a possibilidade de uma revolução ser subvertida; e a vulnerabilidade das pessoas diante de um Líder (RODDEN, 1999). Dessa maneira, ao tratar de um fato histórico, localizado no plano do real, Orwell, por meio de recursos narrativos, transporta sua história para um plano universal, transformando-a num *tetris* literário passível de ser encaixado em múltiplos contextos políticos e sociais.

Ao longo do presente trabalho, algumas referências da obra ao contexto totalitário soviético serão exploradas com mais atenção. Contudo, é importante que se faça, neste momento, um panorama com as principais correspondências históricas, a fim de compreender, de maneira geral, o pano de fundo da narrativa.

James Arnt Aune (1999) sintetiza a relação dos eventos da obra com a questão soviética sob a seguinte perspectiva:

Quadro 1 - Eventos narrativos e sua correspondência histórica

Eventos na obra	Correspondência histórica
A Rebelião	Revolução de Outubro de 1917
Batalha do Estábulo	Guerra Civil (1918-1919)
Liderança de Bola de Neve na Batalha do Estábulo	Liderança de Trótski frente ao Exército Vermelho
Rebeliões nas fazendas vizinhas	Rebeliões comunistas na Hungria (1919) e na Alemanha (1923)
Revolta das Galinhas	Rebelião de Kronstadt (1921)
Acordos de Napoleão com Whymper/Willington	Acordo de Rapallo (1922)
Expulsão de Bola de Neve da Fazenda	Exílio de Trótski (1927)
Moinho de vento de Bola de Neve	Ênfase de Trótski na indústria pesada
Oposição de Napoleão ao moinho	Ênfase de Stálin na agricultura
Desejo de Bola de Neve de mandar pombos para as fazendas vizinhas	Ideia de revolução permanente de Trótski
Oposição de Napoleão aos pombos	Socialismo de um só país (Stálin)
Demolição do moinho	Fracasso dos planos quinquenais
Fome	Fome na Ucrânia (1933)
Confissão dos animais sobre aliança com Bola de Neve	Grandes Expurgos (1936-1938)
Acordo com Frederick	Pacto nazisoviético (1939)
Batalha contra Frederick	Invasão Germânica (1941)
Cena final (banquete com humanos)	Conferência de Teerã (1943)

Fonte: AUNE, 1999, p. 5-7.

Como se nota, o livro abrange, com algumas alterações de ordem cronológica, os acontecimentos mais importantes da história russa entre os anos de 1917 e 1943. De acordo com o próprio Orwell (2007b, p. 145), seu objetivo imediato ao escrever *Animal Farm* era o de “denunciar o mito soviético numa história que fosse fácil de compreender por qualquer pessoa e fácil de traduzir para outras línguas”. Todavia, ao fazê-lo, o escritor abordou o processo

ditatorial com uma precisão tão cirúrgica, que passou a ser inevitável associar a narrativa a outros contextos históricos e políticos para além do soviético. Esse é, sem dúvidas, um de seus grandes méritos.

Evidentemente, o que marca o rompimento dos limites temporais e espaciais dentro dos quais o livro foi escrito é a universalização de sua temática. Relações de poder fazem parte da natureza humana e, como tal, permanecem presentes nas mais diversas épocas, sob circunstâncias diferentes - mas com dinâmicas semelhantes. Esse é um dos principais fatores que possibilita o passeio de Orwell pelo tempo, embora seus esforços, na obra em comento, tenham sido direcionados à situação da URSS.

Existe, como observado, um tema central focado nas relações de poder e nas injustiças decorrentes delas. Esse tema é explorado a partir do desenvolvimento de duas intrigas preponderantes no texto, isto é, de dois conflitos dramáticos que norteiam toda a obra: igualdade *versus* desigualdade, e liberdade *versus* exploração. O primeiro capítulo do livro, marcado pelo icônico discurso do Velho Major, avança vigorosamente sobre tais matérias: a *Rebelião* idealizada pelo porco ancião é pautada pelo desejo dos animais de serem livres e iguais entre si. Esse é o interesse impulsionador dos acontecimentos do começo da obra, mas também é sobre ele que recaem, mais tarde, as piores consequências do regime ditador do personagem Napoleão.

Ambas as intrigas são amparadas por uma série de motivos, ou seja, há diversos eventos narrativos que sustentam o grande eixo temático do texto. As lutas corporais, como a Batalha do Estábulo, a Revolta das Galinhas, a Batalha do Moinho de Vento e a própria *Rebelião*, tratam com muita evidência a dualidade entre o desejo dos animais de serem/permanecerem livres e a ameaça constante de exploração. Por sua vez, as diretrizes políticas tomadas na Fazenda, desde a instituição dos Sete Mandamentos até a sua alteração, incluindo as grandes decisões monocráticas de Napoleão e a intensa manipulação propagandística, reforçam a oposição entre igualdade e desigualdade dentro do contexto narrativo. É por meio desse jogo antagônico que a trama se desenvolve em seus enalços literários e, sobretudo, políticos.

3.2 Orwell e a construção do narrador

A constante manobra entre o justo e o injusto traz à tona a motivação do texto. É dizer: o conjunto de motivos, articulado ao tema central, evidencia o modo como este último é trabalhado ao longo da narrativa, possibilitando a avaliação do posicionamento estético e

ideológico do autor em relação aos assuntos abordados em sua obra (FRANCO JÚNIOR, 2009, p. 44).

Como visto, o objetivo primeiro de Orwell ao escrever *Animal Farm* era retratar uma revolução traída, tendo como base a experiência soviética. Na trama, a antítese criada entre os atos revolucionários dos animais e os acontecimentos que se sucedem após a ascensão de Napoleão ao poder contribui para que a ideia de traição seja afirmada. Isso porque as expectativas dos bichos em relação ao mundo “pós-rebelião” são terminantemente frustradas pelo governo implementado pelos porcos – classe animal que, ironicamente, havia encabeçado a luta.

Dentro dessa construção narrativa, o papel do narrador é decisivo, uma vez que a forma como a história é contada interfere substancialmente na mensagem transmitida. Nesse sentido, é válido dizer que o narrador é uma categoria específica de personagem dentro do texto. Por tal razão, é preciso ter cuidado para não confundi-lo com o autor, por mais próximo que pareça estar deste (FRANCO JÚNIOR, 2009, p. 40).

No caso da obra orwelliana em geral, esse cuidado deve ser redobrado, uma vez que a proximidade entre autor e narrador é especialmente notada. Isso porque Orwell assume a intenção de fundir, em sua escrita, o propósito político com o propósito artístico, sendo *A Fazenda dos Animais* o primeiro livro em que ele conscientemente coloca essa ideia em prática (ORWELL, 1946).

Nesse sentido, é válido elucidar que o desígnio político do autor era, como ele mesmo escreve (1946), manifestar-se contra o totalitarismo e a favor do socialismo democrático - da forma como o entendia. Buscou, assim, expor seus posicionamentos por meio da arte literária, com a qual já era familiarizado.

Suas experiências biográficas, especialmente aquelas em que teve contato direto com o fervor ideológico do século 20, não devem ser desconsideradas na efetivação desse propósito; ao contrário, são importantes para que se compreenda, contextualmente, a mensagem de sua obra – essencialmente política.

Nas palavras do próprio escritor, o desígnio político da escrita está no fato de haver, por parte do autor de um texto, “um desejo de puxar o mundo numa dada direção, alterar as ideias das outras pessoas para o gênero de sociedade por que devem afinal lutar”, afirmação à qual acrescenta: “nenhum livro é genuinamente livre de inclinação política”. (ORWELL, 1946, tradução livre).

Partindo desse ponto, é preciso levar em consideração que a vida de George Orwell foi repleta de boas intenções frustradas. Christopher Hitchens observa que a revolta do escritor

contra o comunismo soviético não surgiu apenas de seus instintos jornalísticos, mas foi, também, corroborada por suas vivências: “na Espanha, [Orwell] esteve muito próximo das maquinações incriminatórias e falsas denúncias stalinistas e em toda a sua vida nunca chegara tão perto de ser uma vítima delas” (2010, p. 68). É certo que o conjunto de escritos orwellianos, tanto os ficcionais quanto os de não-ficção, comprova a desilusão pessoal que o autor sofreu a partir de episódios como esse. Nesse sentido:

[...] a maioria dos cronistas e historiadores hoje concorda: em *Lutando na Espanha*, Orwell disse a verdade a respeito da subversão deliberada da República Espanhola pelos agentes de Stálin e sobre o modo especialmente impiedoso como eles tentaram destruir a esquerda independente da Catalunha. Acontece que Orwell foi testemunha ocular da tentativa de golpe comunista em Barcelona no começo de maio de 1937, e documentos disponibilizados recentemente pelo Arquivo Militar Soviético em Moscou deixam claro que, de fato, a intenção era dar um golpe de Estado total. (HITCHENS, 2010, p. 73).

Sua experiência colonial na Birmânia, como pontua Hitchens, foi fundamental para que ele adquirisse sensibilidade à hipocrisia intelectual, deixando-o “bem sintonizado para captar os ruídos arrepiantes que ela emite” (2010, p. 17). Ainda, ao se voluntariar como soldado na Guerra Espanhola (1936-1939), a intenção de Orwell era lutar contra a ameaça fascista de Franco; entretanto, “foi enquanto estava ocupado nessa frente que ele adquiriu sua compreensão do comunismo e iniciou sua década de combate com seus partidários” (2010, p. 17).

O desapontamento sofrido pelo autor em relação aos caminhos que os ideais de esquerda tomaram nas mãos de Stálin, e a percepção da hipocrisia presente nos grandes núcleos intelectuais e governamentais de sua época foram profusamente registrados em sua produção literária. Não só as grandes obras ficcionais, como *Animal Farm* e *1984*, denotam seu repúdio ao totalitarismo e aos simpatizantes dele, como também grande parte de seus ensaios, artigos jornalísticos e escritos autobiográficos o fazem incisivamente, evidenciando o impacto da decepção experimentada pelo escritor – que se sentia profundamente traído. Partindo desse contexto, é possível considerar a hipótese de que a linha que separa o autor empírico – George Orwell – do autor textual – narrador da história – é extremamente tênue, motivo pelo qual o cuidado para não confundi-los deve ser redobrado.

Nesse ponto, a narração de *A Fazenda dos Animais* é estrategicamente pensada para mostrar ao leitor a armadilha por trás do sublime discurso de igualdade e liberdade proferido pelos porcos. Do início ao fim, a história é contada com uma ironia mordaz e com uma acidez inexorável, programadas para escancarar a hipocrisia dos regimes totalitários e, principalmente, a subversão dos ideais socialistas. A maior prova desse propósito é o fato de, ao fim do livro,

os símbolos da luta animal (chifre e casco) serem suprimidos da bandeira do Animalismo e a caveira do Velho Major ser enterrada, representando a incompatibilidade entre a ideologia animalista e a ditadura promovida por Napoleão.

Dessa maneira, todo o esforço do narrador consiste em desvelar a traição sofrida pelos revolucionários de esquerda, utilizando, para tanto, o mesmo sarcasmo provocativo com que um cônjuge revelaria o adultério do outro, por exemplo. Nesses momentos, o tom que a narração assume muito se assemelha aos ácidos e irônicos textos não-literários de Orwell. Numa paráfrase à cena final da obra, a olhos embaçados fica difícil saber se quem conta a história, afinal, é o narrador textual ou se é o próprio autor na digestão de seus ideais feridos.

Embora essa linha-limite seja frágil, é necessário considerá-la em sua extrema delicadeza, não com o objetivo de interpretar a obra seguindo os rastros das intencionalidades do autor, mas para compreender até que ponto essas intencionalidades podem ser úteis para evitar um mau uso da narrativa, a exemplo da discussão já feita sobre os financiamentos editoriais do livro e de suas traduções.

Todavia, é preciso compreender também que o narrador de *A Fazenda dos Animais*, independentemente das proximidades com o autor empírico, deve ser estudado, no âmbito da crítica literária, como entidade autônoma. Nesse aspecto, é preciso ter em conta que o autor textual

existe, no âmbito de um determinado texto literário, como uma entidade ficcional que tem a função de enunciador do texto e que só é cognoscível e caracterizável pelos leitores deste mesmo texto. [...] é o emissor que assume imediata e especificamente a responsabilidade da enunciação de um dado texto literário e que se manifesta sob a forma e a função de um eu oculto ou explicitamente presente e actuante no enunciado, isto é, no próprio texto literário (AGUIAR E SILVA, 1988, p. 227-228 citado por FRANCO JÚNIOR, 2009, p. 40).

Na obra em análise, o narrador (em 3ª pessoa) não participa da história, sendo, portanto, heterodiegético³. Para enquadrar os fatos dentro do ponto de vista pretendido, o foco narrativo utilizado por ele é marcado pela onisciência⁴ - ora intrusa, ora seletiva múltipla. Isso significa

³ Aguiar e Silva (1988), com base na teoria de Genette (1979), classifica como heterodiegético o narrador que não é co-referencial com nenhuma das personagens da narrativa, não participando, dessa forma, da história narrada. Ele pode manifestar-se, nesse sentido, como um “eu” explícito ou como um narrador apagado, de “grau zero”. Difere-se do narrador homodiegético, que participa da história.

⁴ De acordo com Franco Junior (2009), o narrador utiliza-se do chamado *foco narrativo* para enquadrar a história narrada dentro de determinado ponto de vista. Tal recurso apresenta uma série de classificações, sendo a onisciência uma delas. Quando intrusa, a onisciência apresenta um narrador que tece comentários e opiniões, geralmente manifestados por meio de digressões, sobre os personagens e os caminhos que a história vai tomando. No caso da onisciência seletiva múltipla, essas impressões passam a remeter à mente dos próprios personagens, o que é feito predominantemente por meio do discurso indireto livre, substituindo, de certa forma, a figura do narrador e criando uma multiplicidade de ângulos de visão.

que ele sabe os rumos que a história irá tomar e tem ciência dos pensamentos das personagens, mas não narra de forma neutra. Ele é intruso – porém não do modo tradicional, isto é, não há pausas nem digressões na narração para que possa apresentar sua opinião. O que denota sua imparcialidade é a ironia com que descreve os acontecimentos, constituindo no texto uma espécie de intrusão “disfarçada”. Em determinados momentos, essa onisciência é diluída nas impressões, falas e pensamentos das personagens, gerando uma multiplicidade de pontos de vista, de forma a evidenciar a seletividade múltipla.

Os recursos figurativos são, dessa maneira, essenciais para que os posicionamentos do narrador se revelem. Por meio de um texto carregado de ironias, metáforas, simbolismos, eufemismos propositais e outras figuras de linguagem, as opiniões por trás da construção narrativa adquirem forma.

Dentro desse tópico, é válido elucidar que o subtítulo do livro, por si só, sinaliza a ironia que está por vir: “*um conto de fadas*”. O que se sabe, entretanto, é que os acontecimentos relatados na história levam os animais a um final muito distante do costumeiro “felizes para sempre”, característico do gênero. Nesse sentido, talvez a maior proximidade entre um conto de fadas e *A Fazenda dos Animais* seja o fato de ambos apresentarem personagens que acreditem em um mundo perfeito e, portanto, irreal.

Esse ideal de perfeição vai sendo quebrado ao longo do texto, por meio das atitudes dos porcos. Todavia, desde o início, o narrador já encontra meios para sinalizar a frustração que está por vir. Logo no primeiro capítulo, a descrição do Velho Major enfatiza que, por trás do “ar benevolente” do porco, há “presas nunca cortadas”. Trata-se de uma forma sutil utilizada pelo narrador para indicar a natureza perigosa e traiçoeira da espécie, estendida a um discurso que, apesar de aparentemente nobre, pode esconder armadilhas dentro de si, a depender de quem o maneje.

Mais adiante, após a Rebelião e antes de os porcos revelarem sua verdadeira face, o narrador sinaliza, de forma irônica, a atitude militar desenvolvida pelos suínos em suas atividades, bem como sua aproximação com costumes tipicamente humanos:

Os porcos haviam reservado a sala dos arreios para servir de **quartel-general**⁵ deles. Ali, aprendiam à noite os ofícios necessários, como os do ferreiro e do carpinteiro,

⁵ Na primeira tradução para o português, feita pelo tenente Heitor Aquino Ferreira, a palavra *headquarters* (utilizada por Orwell na versão inglesa da obra) foi traduzida como “a sede da direção” (que também é uma tradução possível) e não como “quartel-general”. Uma hipótese que se levanta é a de que a escolha pode ter se dado por questões ideológicas relativas ao momento histórico que o Brasil vivia na época da tradução (1964), na provável intenção de desvincular a imagem dos porcos – vilões – de termos relacionados ao militarismo.

com base em livros que **havia** retirado da casa do fazendeiro (ORWELL, 2020, p. 54)⁶.

Conforme a história avança, as colocações irônicas do narrador vão se tornando cada vez mais frequentes e claras. A passagem em que o mistério do desaparecimento do leite e das maçãs é solucionado materializa, por meio do discurso de Guincho, a ironia da narração:

“Camaradas!”, exclamou ele. “Vocês não estão pensando, eu espero, que nós, os porcos, estejamos fazendo isso movidos pelo egoísmo e pelo privilégio. Na verdade, muitos de nós nem gostamos de leite e de maçãs - eu, por exemplo, não gosto. Nosso único objetivo, ao consumir tais substâncias, é preservar nossa saúde. O leite e as maçãs (isso foi comprovado pela ciência, camaradas) contêm substâncias absolutamente fundamentais para o bem-estar dos porcos. Nós, os porcos, trabalhamos com o cérebro. Toda a administração e organização desta fazenda dependem de nós. Dia e noite, cuidamos do bem-estar de vocês. **É em prol de vocês que bebemos esse leite e comemos essas maçãs** (ORWELL, 2020, p. 56-57).

A comicidade inerente à ironia evidencia, no texto, os absurdos desmedidos das falas e das atitudes dos porcos, que aumentam com o passar do tempo. Um outro efeito da narração irônica é a impressão que ela causa sobre a postura dos animais: eles são completamente ingênuos – em contraponto ao cinismo dos suínos. Nesse sentido, alguns exemplos podem ser extraídos do texto, como a passagem em que há intimidação dos bichos pelos cães que acompanhavam Guincho “por acaso”:

Os animais não sabiam muito bem o significado da palavra, mas a fala de Guincho era tão persuasiva, e os três cachorros que **por acaso** o acompanhavam na ocasião rosnavam de modo tão ameaçador, que eles aceitaram aquela explicação sem fazer mais perguntas (ORWELL, 2020, p. 73).

Em outro momento, quando o trabalho na fazenda passa a ser feito durante as tardes de domingo – que anteriormente serviam para descanso dos animais –, há menção à ausência de obrigatoriedade da tarefa; entretanto, aqueles que não a fizessem seriam punidos com redução de ração, evidenciando, na chave irônica, a impossibilidade de escolha dos bichos em executá-la ou não:

Ao longo da primavera e do verão, trabalharam num regime de sessenta horas por semana, e em agosto Napoleão anunciou que passariam a trabalhar também nas tardes de domingo. Esse trabalho seria estritamente **voluntário, mas qualquer animal que não participasse teria sua ração reduzida à metade** (p. 75).

⁶ No presente estudo, todas as vezes que as citações de *A Fazenda dos Animais* (2020) apresentarem trechos em negrito, significa que o destaque foi feito por esta autora e não consta na obra original.

No episódio da destruição do moinho de vento por uma suposta “tempestade”, a ironia volta a aparecer. O narrador, ao contar que todas as galinhas “tiveram o mesmo sonho” com um barulho de tiro, pretende demonstrar que, na realidade, o tiro aconteceu, uma vez que é praticamente impossível vários indivíduos sonharem a mesma coisa simultaneamente. Além disso, fica implícito no discurso o fato de que as galinhas, manipuladas pela narrativa dos porcos, realmente acreditavam que haviam sonhado com aquilo:

Por fim, houve uma noite em que a ventania foi tão forte que os galpões ficaram a balançar, e várias telhas foram arrancadas do telhado do celeiro. As galinhas acordaram cacarejando apavoradas, porque **todas tiveram o mesmo sonho** em que uma arma era disparada ao longe (p. 81).

Ainda nessa passagem, a narração sutilmente delata Napoleão ao dizer que o Líder, diante das ruínas, fez um discurso “trovejando”⁷. Dessa forma, ao comparar a voz do porco ao estrondo de um trovão, o narrador deixa claro qual espécie de tempestade foi, de fato, responsável pela demolição do empreendimento.

Mais adiante, após os expurgos cometidos por Napoleão, o texto traz novamente à tona a ingenuidade dos animais, que acreditam na fragilidade de sua memória e na possibilidade de haver um “bom motivo” para a morte de seus companheiros, evidenciando os efeitos da manipulação feita pelos porcos:

Tulipa pediu a Benjamim que lesse para ela o Sexto Mandamento, e quando ele respondeu, como de praxe, que se recusava a entrar nessas questões, ela chamou Mabel. Mabel leu para ela o Mandamento: “Nenhum animal matará outro animal *sem motivo*”. **De algum modo, as duas últimas palavras não haviam ficado gravadas na memória dos bichos.** Mas agora eles compreenderam que o Mandamento não fora violado; pois **certamente havia um bom motivo para matar** os traidores que estavam mancomunados com Bola de Neve. (p. 96).

No penúltimo capítulo, quando Frederick decide invadir a Fazenda e destruir definitivamente o moinho de vento, o narrador, utilizando-se mais uma vez da ironia, aponta para um fato que os animais não conseguem enxergar: os porcos não só sabem das estratégias que serão usadas no ataque, como também estão em conluio com os humanos. Isso não é dito expressamente no texto, mas pistas são inseridas nele:

⁷ Para esta autora, nessa passagem específica, a tradução de Heitor Aquino Ferreira é mais sensível à ironia do texto original do que a de Paulo Henriques Britto. Orwell utiliza a expressão “*roared in a voice of thunder*”, que é traduzida por Ferreira como “rugiu violento, com voz de trovão”, ao passo que Britto a traduz como “trovejou de repente”. Entende-se que, na tradução de Britto, a ironia está presente, porém não com a mesma intensidade discursiva alcançada pela primeira tradução.

Aterrorizados, os bichos esperavam. Agora era impossível sair dos galpões em que estavam abrigados. Ouviu-se uma explosão ensurdecedora. Os pombos bateram em revoada, e todos os animais, **exceto Napoleão**, jogaram-se no chão e esconderam o rosto.

[...]

Quando se aproximaram da fazenda, Guincho, **que inexplicavelmente desaparecera durante o conflito**, veio saltitando em direção a eles, balançando o rabo e **sorrindo de satisfação** (ORWELL, 2020, p. 102-103).

Dessa maneira, os recursos irônicos presentes na narração mostram ao leitor a ardileza e a hipocrisia dos porcos, ao mesmo tempo em que revelam a ingenuidade dos animais diante dos acontecimentos e do discurso dos suínos.

O fato de o narrador apontar esses detalhes nas entrelinhas do texto, e não de maneira direta, pode ser associado à construção da propaganda totalitária, que opera no mesmo sentido: há sempre uma maquiagem que reveste o discurso e que, apesar de óbvia, é difícil de reconhecer. Com grande engenhosidade, Orwell consegue transpor essa característica para a própria construção da narrativa.

É válido ressaltar que, além do uso abundante da ironia, vários outros recursos linguísticos e até mesmo semióticos são empregados no texto. Um exemplo interessante é a passagem em que Bola de Neve cria a bandeira do Animalismo:

Bola de Neve encontrara na sala dos arreios uma velha toalha de mesa verde e nela pintara com tinta branca um casco de quadrúpede e um chifre. Todas as manhãs de domingo essa bandeira era hasteada no mastro que havia no jardim da casa. Era verde, explicava Bola de Neve, para representar os verdejantes campos da Inglaterra, e o casco e o chifre apontavam para a futura República dos Animais, que surgiria quando a espécie humana fosse finalmente derrubada. (ORWELL, 2020, p. 53).

A cena, evidentemente, faz alusão a símbolos como a foice e o martelo, utilizados, no contexto soviético, para representar a luta e a força do operariado. É possível, contudo, interpretar as escolhas descritivas de maneira mais complexa: a toalha de mesa escolhida por Bola de Neve é verde, ao contrário da figura clássica da toalha de mesa quadriculada vermelha, cor intimamente relacionada aos movimentos de esquerda. O verde, no círculo cromático⁸, é complementar ao vermelho, ou seja, está na posição oposta àquele. Uma interpretação possível é a de que as cores escolhidas pelos porcos para simbolizar o Animalismo representariam, na verdade, o oposto daquilo que é defendido. Esse recurso expressaria, mais uma vez, a discrepância entre o discurso e a prática, foco central da crítica orwelliana. Do ponto de vista

⁸ De acordo com Camila R. R. Kops (2019), o círculo cromático de Goethe é um indicador de interações polares existentes nas cores, a partir do qual lhes são atribuídas uma dimensão fisiológica, psíquica e espiritual. Ele foi organizado de modo que as cores ficassem opostas às suas complementares, a exemplo do vermelho em relação ao verde.

dos animais, entretanto, o verde da bandeira poderia estar atrelado à esperança que sentiam acerca de um futuro melhor e mais justo.

A simbologia das cores volta a aparecer no capítulo sete da obra, logo após o terrível expurgo promovido por Napoleão. Ainda atordoados com as cenas aterrorizantes que haviam acabado de presenciar, os animais deitam-se no outeiro da Fazenda e contemplam a vista:

Dali dava para ver a maior parte da Fazenda dos Animais - o pasto grande que ia até a estrada principal, o campo de feno, o arvoredo, o bebedouro, os campos arados onde o trigo já brotava abundante e verde, e os **telhados vermelhos das construções da fazenda, com fumaça saindo das chaminés**. Era uma bela tarde de primavera. **A grama e as sebes verdejantes estavam douradas pelos raios de sol já em declínio**. Jamais a fazenda - e foi com certo espanto que se deram conta de que a fazenda era deles, toda ela pertencia a eles - lhes parecera **um lugar tão desejável**. Tulipa olhava do alto do outeiro e seus olhos se enchiam de lágrimas. Se ela pudesse exprimir o que estava pensando, diria que não era aquilo que eles tinham como objetivo quando, anos atrás, se empenharam no esforço de destruir a espécie humana (ORWELL, 2020, p. 91).

A cena é uma metáfora do ideal socialista subvertido: o contraste dos telhados vermelhos com as sebes douradas pelo sol alude às cores oficiais do movimento operário, recuperando o sentido original da luta e causando nos animais uma melancolia pelo o que deveria ter sido, mas não foi. O verde aparece novamente, dessa vez iluminado pela luz solar, assumindo uma tonalidade dourada. Simbolicamente, a esperança nutrida pelos bichos é a de que um dia suas aspirações alcancem o objetivo inicial e que a revolução se complete. Contudo, no final da história, o que se tem é a cor verde ocupando todo o espaço da bandeira, confirmando a subversão do ideal animalista:

Alguns dos visitantes teriam observado a bandeira verde no alto do mastro. Talvez tivessem percebido que haviam sido removidos o casco e o chifre brancos que antes havia nela. De agora em diante, a bandeira seria **toda verde**. (ORWELL, 2020, p. 125).

Com essa construção essencialmente figurativa ao longo de todo o texto, o narrador consegue atingir seu propósito: transmitir o sentimento de traição, deslealdade, frustração, desgosto e desilusão experimentado pelos animais da Fazenda e pelos revolucionários como um todo.

3.3 Espaço e tempo

O conjunto de referências ao espaço geográfico em que se passa a história de *A Fazenda dos Animais* aponta para um local preponderantemente rural. A “fazenda” é o palco da maior

parte dos acontecimentos que se sucedem no decorrer da trama, embora haja referências a um espaço urbano – Willingdon – que é o centro de trocas comerciais entre seres humanos.

Além da Fazenda do Solar – posteriormente renomeada para Fazenda dos Animais – mais duas propriedades rurais são citadas na obra: Foxwood e Pinchfield, pertencentes, respectivamente, aos humanos Pilkington e Frederick, inimigos entre si.

A escolha de um espaço majoritariamente campestre é motivada. Primeiro pela coerência de colocar os personagens – animais domesticados para fins pecuários – em seu *habitat* costumeiro. Em segundo lugar, pela necessidade de construir um cenário que remetesse à Rússia do início do século 20, isto é, um império agrário industrialmente atrasado em comparação com os principais países da Europa. Inserido nesse espaço, o camponês russo da época era

o custódio fundamental das tradições russas e o maior interessado numa mudança radical. Suas condições materiais, jurídicas e morais, eram incomparáveis mesmo às dos mais pobres trabalhadores rurais europeus, preso como ainda era a uma servidão medieval, podendo ser vendido junto com a terra que cultivava. Faminto na maior parte do ano, compensava a falta de nutrimento sólido com abundantes libações de vodca e sonhava a olhos abertos com um Czar que vivia num palácio distante e viria, um dia, para resgatar os miseráveis. Coletivista por imposição, se figurava numa pequena propriedade onde sofria junto com seus filhos para cultivar grão e tirar tubérculos de baixo do gelo. Quando, em vez, o sol dos verões continentais lhes queimava a cabeça, estes camponeses deviam se perguntar, olhando para o horizonte infinito, o porquê de tanta injustiça (BENEDINI, 2015, p. 5).

Dessa maneira, a inserção das personagens num cenário rural repleto de trabalhos árduos, agravados pelas condições climáticas, não só pretendeu fazer alusão ao espaço físico da Rússia em si, mas também à atmosfera estafante que levou os camponeses a se engajarem na luta por mudanças, assim como os animais da Fazenda do Solar.

Em contrapartida, a casa dos seres humanos, que posteriormente passa a ser dos porcos, é descrita como um lugar suntuoso e confortável, evidenciando a comodidade com que Jones e sua família – e, depois, Napoleão – passavam seus dias, enquanto os animais sofriam nos pastos e celeiros. Nesse ponto, é clara a referência à luxuosa vida que a realeza levava, em oposição à terrível condição de parte dos camponeses russos.

Essa disparidade de ambientes estabelece, entre as personagens, um conflito dramático bem acentuado. Embora a casa esteja inserida dentro da propriedade e, portanto, muito próxima dos celeiros, poleiros e estábulos, a distância simbólica entre esses espaços é gigantesca. A inibição que os animais sentem ao entrar na casa pela primeira vez comprova esse ponto:

Então, caminhando em fila, voltaram às construções da fazenda e pararam em silêncio à porta da casa. Também a casa era deles agora, porém tinham medo de entrar. Depois de alguns momentos, no entanto, Bola de Neve e Napoleão arrombaram a porta e os animais entraram um por um, caminhando com todo o cuidado, para não desarrumar coisa alguma. Pé ante pé, penetraram em cada cômodo, com medo de falar senão em cochichos, e contemplando como uma espécie de admiração todo aquele luxo inacreditável, as camas com colchões de penas, os espelhos, o sofá de crina, o tapete de Bruxelas, a litografia da rainha Vitória⁹ sobre o console da sala de estar. (ORWELL, 2020, p. 48).

O espaço, que ironicamente é repleto de itens feitos com matéria-prima animal, gera, na maior parte dos bichos, uma sensação de não-pertencimento. Por essa razão, eles decidem transformá-lo numa espécie de museu, no qual nenhum deles jamais deve morar. O quarto mandamento do Animalismo (“nenhum animal dormirá em cama”) concretiza esse posicionamento. Posteriormente, entretanto, os porcos mudam-se para residência, violando a regra estabelecida.

Ainda nesse primeiro contato com a casa, há uma pista muito sutil sobre o futuro comportamento dos porcos: ao saírem do local, os suínos arrancam os presuntos pendurados na cozinha – feitos com carne de porco – e, com exceção do barril de cerveja, deixam todos os outros itens intactos, incluindo aqueles feitos com penas, crinas e outros insumos de origem animal. Pode ser uma forma de sinalizar que, desde o início, os porcos só se importavam com sua própria incolumidade, fazendo pouco caso da integridade dos demais bichos.

Outro fato importante ocorre do meio para o final da narrativa, quando os porcos e os humanos, antes ocupando espaços específicos, começam a frequentar e compartilhar os mesmos locais. Nesse sentido, Willingdon – o centro comercial dos homens – passa a ser frequentado pelos suínos para a compra e venda de materiais. Além disso, Napoleão e seus capangas mudam-se para a casa de Jones e, com o passar do tempo, Whymper, Pilkington e outros fazendeiros são convidados a visitar a Fazenda. Essa mescla espacial, que acontece progressivamente, tem a função de mostrar a (im)provável igualdade entre porcos e humanos.

Da mesma maneira, a forma como a questão temporal é desenvolvida no texto contribui para sinalizar ao leitor o processo de subversão dos ideais do Animalismo ao longo dos anos. É

⁹ A Rainha Vitória esteve no comando do Reino Unido entre os anos de 1837 e 1901. O seu reinado, que ficou conhecido como “Era Vitoriana”, foi marcado por um rígido moralismo, pela expansão do Império Britânico em territórios africanos e asiáticos, e pela consolidação da Revolução Industrial. O fato de a casa de Jones possuir a litografia (espécie de retrato) da Rainha pode ser interpretado como uma explícita referência histórica acerca da situação da Inglaterra naquele momento, principalmente no que concerne às consequências da industrialização para os burgueses, que enriqueceram exponencialmente, e para os operários, que permaneceram na miséria. É necessário compreender que a crítica de Orwell à desigualdade entre a nobreza russa e os camponeses (seres humanos e animais) pode e deve ser estendida à exploração da classe trabalhadora pela burguesia na Europa. Essa talvez seja a principal razão pela qual, na narrativa, a Fazenda do Solar, apesar de aludir à Rússia, esteja localizada na Inglaterra.

válido ressaltar, nesse ponto, que as alterações de ordem política e social não ocorrem do dia para a noite na Fazenda. A transição de um regime para outro acontece aos poucos e de maneira progressiva, fato que colabora para que os animais não percebam instantaneamente o plano de totalitarização colocado em prática pelos porcos. São pequenos golpes pontuais que, diluídos no tempo, culminam, ao final da trama, na consolidação de um regime mais opressor do que o inicial.

Cronologicamente, a passagem do tempo é marcada, em sua maior parte, pela mudança das estações do ano e pelo decorrer dos meses, semanas e dias. Ao longo de toda a narrativa, cada estação se repete, ao menos, quatro vezes. No capítulo final, entretanto, há menção à passagem de muitos anos, suficientes para que a maioria dos animais morra e para que quase ninguém se lembre mais da Rebelião.

No que tange às estações do ano, é possível considerar a existência de uma atmosfera psicológica dentro de cada uma delas no texto. Nesse sentido, na maior parte das vezes em que os meses de verão são mencionados (junho a agosto – no hemisfério Norte), há um ímpeto de mudança nas ações e pensamentos das personagens. É quando acontecem transformações importantes para a trama. A própria Rebelião ocorre nesse período, bem como os “tempos de paz” que a sucedem. Por outro lado, é também no verão que ocorrem as mudanças negativas: a morte de Guerreiro; a mudança do lema “quatro pernas, bom; duas pernas, mau!” para “quatro pernas, bom; duas pernas, melhor!”; e a realização do grande banquete para porcos e humanos na fazenda, que fortalece a união entre eles, em prejuízo dos outros animais. Na chave irônica do texto, a estação que marca a Rebelião é a mesma que consolida o regime totalitário.

Já os meses de outono englobam situações intermediárias, representando períodos de transição entre condições boas e ruins, além de evidenciar superações de dificuldades. É nessa estação que os bichos começam a enfrentar suas primeiras tribulações após a expulsão de Jones, incluindo a Batalha do Estábulo. Também é no outono que o moinho-de-vento é construído pela primeira vez, com muito esforço e, em seguida, destruído por um “temporal”.

O inverno, por sua vez, carrega em si uma atmosfera de sofrimento. Nesse ponto, o frio e a fome são as principais causas dos infortúnios suportados pelos animais. Durante essa estação, contrariando as condições de colheita e clima, as rações são reduzidas - embora os porcos continuem a comer e a beber do bom e do melhor. Ainda, é nessa época que acontecem as primeiras trocas comerciais entre bichos e humanos; e, em consequência desse fato, ocorre também a revolta das galinhas, que acabam mortas por manifestarem-se contra a venda de ovos.

Por fim, os meses de primavera consolidam as expectativas frustradas dos animais em relação ao mundo pós-rebelião. São os períodos marcados pela desilusão em diferentes

aspectos. Nessa estação, os bichos são informados de que Bola de Neve, até então querido por todos, estaria aliado a Jones desde o início; é nela que acontece o grande expurgo promovido por Napoleão, em que vários animais são assassinados; também é o momento em que a República é proclamada, embora Napoleão seja o único candidato à presidência. Ainda, é na primavera que os animais se sentem tristes ao perceber que os efeitos da Rebelião não foram exatamente aqueles que o Velho Major havia prometido.

O efeito causado pelas atmosferas que circundam cada estação do ano representa, portanto, a vinculação do tempo cronológico ao tempo psicológico na construção narrativa. À medida em que os acontecimentos vão se sucedendo, o narrador vai inserindo a subjetividade das personagens por meio de seus sentimentos e de suas percepções, evidenciando, sobretudo, a forma como essa subjetividade é recorrentemente calada pelas falas e atitudes dos porcos.

3.4 Personagens

A construção das personagens de *A Fazenda dos Animais* opera, significativamente, no âmbito do simbólico. Nesse sentido, o caráter emblemático que cada espécie de animal possui reflete em suas posturas dentro do texto, contribuindo para o reforço das intrigas dramáticas. Não à toa, após o sucesso da obra, referências a porcos em contextos políticos, por exemplo, popularizaram-se nas mais variadas manifestações artísticas e culturais ao redor do mundo, evidenciando o caráter permanente da narrativa em questão.

Dessa maneira, a análise dos aspectos históricos, simbólicos e alegóricos – preponderantemente ocidentais – que permeiam a criação das personagens, bem como de suas condutas, é importante para a interpretação da obra. Evidentemente, certas personagens desempenham papéis mais decisivos na narrativa e é sobre elas que o estudo deve ser aprofundado.

3.4.1 Porcos: Velho Major, Bola de Neve, Napoleão e Guincho

O destaque dado aos porcos faz com que a espécie assuma certo protagonismo na história. Sobre a noção de protagonista, é necessário observar que

a personagem é classificada como principal quando suas ações são fundamentais para a constituição e o desenvolvimento do conflito dramático. Geralmente, desempenha a função de *herói* na narrativa, reivindicando para si a atenção e o interesse do leitor. Não é incomum que um mesmo texto apresente mais de uma personagem principal. (FRANCO JUNIOR, 2009, p. 39).

Importa ressaltar, nesse sentido, que são os porcos os responsáveis pelo evento-chave que impulsiona o desenrolar da trama: a rebelião. A ideia do levante surge de um sonho de Major, o mais velho e respeitado suíno reprodutor da fazenda. O ato revolucionário, por sua vez, é liderado pelos porcos Bola de Neve e Napoleão, sendo este último o responsável por instaurar e manter o regime totalitário no local. O papel de porta-voz do governo é, também, desempenhado por um porco - Guincho -, conhecido por sua distinta habilidade de persuasão.

Dessa forma, os nós narrativos são, em sua maioria, amarrados pelas ações dos porcos, fato que evidencia seu protagonismo na história. Entretanto, a função heroica esperada de uma personagem principal é questionável na obra de Orwell. Isso porque, muito embora a impressão inicial seja a de que os suínos pautem suas atitudes em prol do bem comum, há, no decorrer da narrativa, uma inversão moral no comportamento dessas personagens. Os salvadores, de repente, tornam-se tiranos. O heroísmo, nesse ponto, é posto em xeque.

Haveria de se falar, então, em *anti-heroísmo*? Para refletir sobre essa questão, é preciso compreender determinados aspectos da conceitualização do anti-herói. Arantes (2008) explica que

o sentido do termo [anti-herói], em si mesmo, poderia dar a falsa impressão de que se refere à personagem que, numa ficção, funciona paralelamente ao herói como sua contrapartida, o que seria equivalente a chamá-lo de antagonista. No entanto, quando o anti-herói se instala claramente como eixo estrutural de um texto ficcional, seu sentido anti-heróico não lhe advém de ser a contrapartida de nenhuma outra personagem desse texto. Ele é, na verdade, anti-heróico à luz dos heróis clássicos modelares vigentes. (ARANTES, 2008, p. 25).

A partir desse raciocínio, pode-se identificar, principalmente na figura de Napoleão, a presença de um certo anti-heroísmo na obra. Isso porque, embora haja um antagonismo da personagem em relação a outras figuras da trama, ela ainda permanece sendo o eixo estrutural do texto, uma vez que os acontecimentos da narrativa giram em torno de suas ações.

Os desvios de moralidade do Líder colaboram para sua concepção anti-heroica. Nesse ponto, é interessante pensar nas escolhas autorais para a representação dos tiranos: por quais razões Orwell elegeu o *porco* para retratar a figura do déspota? Qual a carga simbólica carregada por esse animal?

Sobre o estudo da simbologia, Juan-Eduardo Cirlot (2005) esclarece que as conjecturas que permitem o dinamismo do símbolo são:

a) Nada é indiferente. Tudo expressa algo e tudo é significativo. b) Nenhuma forma de realidade é independente: tudo se relaciona de algum modo. c) O quantitativo se transforma em qualitativo em certos pontos essenciais que constituem precisamente a significação da quantidade. d) Tudo é serial. e) Existem correlações de situação entre

as diversas séries, e de sentido entre as referidas séries e os elementos que as integram. (CIRLOT, 2005, p. 32-33).

Dessa ótica, considerando a hipótese de que as escolhas do autor não se deram ao acaso, faz-se necessário estabelecer uma relação entre os animais retratados na narrativa e a bagagem simbólica que eles carregam.

A figura do porco simboliza, quase universalmente, a voracidade, a gula, sendo ele um animal que devora tudo o que lhe é apresentado (CHEVALIER, 2006). Além disso,

o porco é geralmente o símbolo das tendências obscuras, sob todas as suas formas, da ignorância, da gula, da luxúria e do egoísmo. Pois, escreve São Clemente de Alexandria citando Heráclito, *o porco tira o seu prazer da lama e do esterco (Estrômato, 2)*. É a razão de ordem espiritual da interdição da carne de porco, especialmente no Islã. [...]. O porco representado no centro da Roda da Existência tibetana tem a mesma significação; ele evoca mais particularmente a ignorância. Não seria possível esquecer, a esse propósito, a parábola evangélica das *pérolas lançadas aos porcos*, imagens das verdades espirituais reveladas de maneira desconsiderada àqueles que não são nem dignos de recebê-las nem capazes de apreendê-las.

[...]

Para os quirguizes, ele é um símbolo, não somente da perversidade e da sujeira, mas também da maldade. (CHEVALIER, 2006, p. 734).

Dessa forma, embora haja culturas em que o porco simbolize a prosperidade e a abundância, sua figura também está atrelada, majoritariamente no mundo cristão, a um espectro negativo: luxúria, preguiça, ignorância, voracidade e, até mesmo, maldade. É ele a representação dos desejos impuros, da conversão do superior em inferior e do abismo amoral da perversão (CIRLOT, 2005, p. 472).

O simbolismo ligado à representação suína é evidente na construção das personagens de Orwell. Nas reviravoltas da obra, as características simbólicas da figura do porco são gradativamente acentuadas. A voracidade, por exemplo, consubstancia-se tanto de forma literal, como na passagem em que os porcos bebem todo o leite e reservam para si todas as maçãs, quanto – e principalmente – de forma figurativa, representando a “fome” pelo poder.

A preguiça também é uma característica trazida a essas personagens. Em vários trechos da trama, o narrador faz questão de enfatizar que, em decorrência de sua esperteza¹⁰, os porcos não fazem trabalho braçal, apenas monitoram o labor dos demais bichos: “Os porcos, a rigor, não trabalhavam, mas sim dirigiam e supervisionavam os outros. Munidos que eram de conhecimentos superiores, era natural que assumissem a liderança” (ORWELL, 2020, p. 51).

¹⁰ A atribuição de perspicácia e esperteza que Orwell fornece aos porcos está associada ao fato de estes animais possuírem um nível notável de inteligência. Marino e Colvin (2015) apontam, nesse sentido, que os suínos são cognitivamente complexos e que compartilham muitas características com animais considerados inteligentes.

Assim, é possível considerar os aspectos emblemáticos envolvidos na figura do porco como referência para a construção dos personagens dessa espécie em *A Fazenda dos Animais*, uma vez que a maioria deles apresentam personalidade e atitudes condizentes com a simbologia atrelada ao animal.

3.4.1.1 O velho Major

O primeiro porco apresentado no texto é o Velho Major. Retratado como a personalidade mais sábia e benevolente da fazenda, sua descrição é carregada de adjetivos enobrecedores, evidenciando o prestígio de que goza dentre os outros animais:

Ao longo do dia, correrá a notícia de que o velho Major, **um porco branco premiado**, tivera um sonho estranho na noite anterior e queria contá-lo aos outros animais. [...] O velho Major (era assim que todos o chamavam, embora na exposição ele tivesse sido apresentado como **Colosso de Willingdon**) **gozava de tamanha reputação na fazenda que todos estavam dispostos a sacrificar uma hora de sono para ouvir o que ele tinha a dizer** (ORWELL, 2020, p. 36).

O nome Major, dessa forma, é bastante significativo, visto que deriva da palavra “maior”, reforçando sua posição de superioridade em relação aos demais. Além disso, não se pode olvidar que o vocábulo “major” integra a nomenclatura militar, sendo empregado na hierarquização das forças armadas e destinado a nomear uma classe de oficiais superiores. A escolha da patente como alcunha reforça, portanto, o caráter de eminência da personagem, a quem todos prestam respeito. Ressalte-se, nesse ponto, que a tradução da obra para o português brasileiro manteve-se fiel ao nome original da personagem (*Old Major*), não havendo, desse modo, alterações semânticas relevantes.

Por perder a vida logo no início da narrativa, a participação de Major é breve, mas de suma importância para o desenrolar da trama. É a partir de seu discurso que os animais decidem fazer a rebelião. Há, nesse sentido, uma convergência representacional de Karl Marx (1818-1883) e Vladimir Lênin (1870-1924), ambos ligados à articulação revolucionária. Como mencionado anteriormente, a referência aos ideais marxistas é expressamente confessada por George Orwell no prefácio à edição ucraniana de *Animal Farm*.

Note-se que, embora Major seja retratado como um porco, o narrador faz questão de adjetivá-lo de maneira positiva. Isso demonstra, de certa forma, que o objetivo da obra não é, necessariamente, criticar o discurso da personagem, mas sim o uso inadequado que se faz dele mais adiante. Todavia, é possível identificar um tom crítico no trecho em que Major admite que ele mesmo não teve uma vida tão ruim como o restante dos animais:

E as vidas miseráveis que levamos nem sequer podem se estender até seu término natural. **Não me queixo por mim, pois sou um dos mais bem-afortunados.** Tenho doze anos de idade e já tive mais de quatrocentos filhos. **É esta a vida natural de um porco.** Mas no fim **nenhum animal escapa da crueldade da faca [...]. Este será o fim horrroso de todos nós:** vacas, porcos, galinhas, carneiros, **todos.** (ORWELL, 2020, p. 38-39).

É interessante considerar que, a despeito de dizer que nenhum animal chegará ao fim de sua vida de forma natural e que seus corpos serão cruelmente descartados quando não servirem mais aos humanos, Major morre “em paz, enquanto dormia” e seu corpo é “enterrado no pomar” (ORWELL, 2020, p. 43). Há, aqui, uma fortíssima alusão à grande premissa da obra, “todos os animais são iguais, mas alguns são mais iguais que os outros”, fato que sustenta certa hipocrisia no discurso inicial e que justifica a representação de Major na figura de um porco.

Ainda, considerando que as ideias marxistas começaram a ser divulgadas mais de cinquenta anos antes da *Revolução Russa* (1917), é natural que Orwell tenha buscado mecanismos narrativos para representar esse distanciamento temporal. Por essa razão, Major é descrito como um ancião e é rapidamente retirado da história por meio de seu falecimento. Ele não participa efetivamente da rebelião, mas fomenta o sentimento revolucionário.

Dessa maneira, entende-se que Orwell teria, de fato, criado o velho Major aos reflexos do idealizador do materialismo histórico socialista e, em alguns momentos, até mesmo de Lenin, uma vez que atribui à personagem características psicológicas e ideológicas compatíveis com ambas as personalidades. Corrobora-se tal pressuposto a partir da dimensão que o discurso de todas elas tomou em seus respectivos meios de consolidação: na ficção e na vida real.

3.4.1.2 Bola de Neve e Napoleão

A liderança da rebelião é assumida, conjuntamente, pelos porcos Bola de Neve (traduzido do inglês *Snowball*) e Napoleão (no original, *Napoleon*). No entanto, ao longo da trama, ambas as personagens são colocadas em posição de antítese, travando, entre si, um verdadeiro duelo político.

A rivalidade entre elas fica evidente logo que são apresentadas, pois a descrição de uma é feita em comparação com a outra:

Entre os porcos destacavam-se dois reprodutores jovens chamados Bola de Neve e Napoleão, que o sr. Jones estava criando para vender. Napoleão era um porco Berkshire grande, de aparência um tanto feroz, único de sua raça na fazenda, que não era muito de falar, mas tinha a fama de sempre conseguir o que queria. Bola de Neve

era mais enérgico que Napoleão, falava melhor e era mais inventivo, mas quanto ao caráter era visto como mais superficial do que o outro (ORWELL, 2020, p. 43).

Oportuno, nesse momento, comparar tal trecho com a descrição que Visentini (2017) faz de Stálin e Trótski, em sua análise sobre a Revolução Russa:

Trótski, com seu ardor revolucionário, sua retórica inflamada e sua solidez teórica, fez da tribuna e da cúpula partidária seu campo de luta. Stálin, teoricamente mais limitado e grosseiro, mas com aguçado instinto político, prudência e talento organizativo, procurou ganhar as bases do partido, no qual era responsável pelas atividades materiais. (VISENTINI, 2017, p. 31).

As referências históricas são percebidas, ainda, em outra passagem da narrativa, quando os animais intensificam as reuniões no celeiro para planejar os trabalhos a serem realizados na estação seguinte. As disputas entre Bola de Neve e Napoleão são acentuadas nesse momento, evidenciando a forma como cada um deles procurava conquistar seu público:

Cada um deles tinha seus seguidores, e houve alguns debates violentos. Nas Reuniões, Bola de Neve com frequência obtinha a maioria dos votos, graças ao brilho de seus discursos, mas Napoleão se saía melhor quando se tratava de angariar apoio entre uma e outra Reunião. Era com as ovelhas que ele obtinha mais sucesso. (ORWELL, 2020, p. 66).

É dessa forma que vai se manifestando a correlação das referidas personagens com as duas marcantes figuras da URSS. Há, nesse sentido, uma brilhante desenvoltura narrativa para a reconstrução ficcional da História, fato que, como se verá oportunamente, reaparece ao longo de todo o texto.

Ainda no que diz respeito à caracterização das personagens, não há menção explícita à raça de Bola de Neve, apenas à de Napoleão, que é retratado como o único *berkshire* da fazenda. De acordo com Silva (2019), os porcos *berkshires* são uma das raças com maior poder de aclimação, isto é, de adaptação a novas condições de vida. Essa informação é relevante do ponto de vista hermenêutico, pois, na obra, Napoleão adapta-se muito rapidamente ao estilo de vida humano, dormindo em camas, bebendo álcool e até mesmo andando sobre duas pernas. Por ser o único porco de “raça” da Fazenda, distancia-se completamente das outras castas, como se não se misturasse com os demais.

Bola de Neve, por sua vez, não possui *pedigree*, mas, ainda assim, diferencia-se dos outros porcos por ser um barrão, juntamente com Napoleão e Major. “Todos os outros porcos machos da fazenda eram cevados” (ORWELL, 2020, p. 43-44). Dessa maneira, Bola de Neve, ao mesmo tempo em que se aproxima dos porcos comuns por não ter sua raça definida,

distancia-se deles por ser um suíno reprodutor. É, de certa forma, a figura do populista que se aproxima da massa, mas que ainda reserva, para si, determinados privilégios.

Nesse sentido, o modo como Bola de Neve é construído na narrativa mostra que, embora sua liderança seja popular e haja determinada preocupação democrática em sua autoridade, ele ainda goza de algumas regalias. É o que se nota, por exemplo, no episódio em que os animais descobrem que o sumiço do leite estava ligado aos porcos:

O mistério do desaparecimento do leite rapidamente se desfez. O leite era misturado todo dia à comida dos porcos. As primeiras maçãs estavam amadurecendo, e a grama do pomar encheu-se de frutas derrubadas pelo vento. Os animais achavam que naturalmente elas seriam divididas entre todos por igual; um belo dia, porém, foi divulgada a ordem de que todas as frutas derrubadas pelo vento deveriam ser recolhidas e levadas à sala dos arreios, para serem usadas pelos porcos. Alguns dos outros animais ficaram resmungando ao saber disso, mas não adiantou nada. **Todos os porcos concordavam a respeito desse ponto, até mesmo Bola de Neve.** (ORWELL, 2020, p. 56).

Ainda, certas passagens do texto deixam claro que são sempre os porcos, incluindo Bola de Neve, que tomam as decisões finais, tendo em vista que os demais animais, embora tivessem aprendido a votar, eram incapazes de pensar por si próprios. Tal fato elucidada a ideia de que a democracia propagada por Bola de Neve talvez não fosse, assim, tão democrática.

Há de se lembrar, ainda, da passagem em que o cavalo Guerreiro acredita ter matado um cavaliço durante a batalha contra o Jones e os outros humanos. Bola de Neve, sem hesitar, reprime o sentimento de culpa do animal, afirmando que “ser humano bom é ser humano morto” (ORWELL, 2020, p. 63), o que revela, de certo modo, um caráter totalitarista em seu discurso. Além disso, a preocupação que ele diz ter em relação à vida dos outros animais é momentaneamente suprimida quando, no enterro de uma ovelha morta na guerra, faz um discurso sobre “a necessidade de que todos estivessem dispostos a morrer pela Fazenda dos Animais, se necessário fosse” (ORWELL, 2020, p. 63).

Assim, é possível estabelecer uma relação entre sua construção na obra e a denominação que lhe é dada. O conceito de “bola-de-neve” é significativo, pois representa um movimento de ampliação, visto que uma bola feita de neve começa bem pequena e, se não for interrompida, tende a ficar cada vez maior. Metaforicamente, é o que ocorre com a personagem. No início, Bola de Neve aparenta não estar dominado pelo poder que possui, demonstrando, sempre, sua preocupação com a igualdade entre os animais. Contudo, aos poucos, sua face opressora vai sendo revelada, como se o poder começasse a lhe subir à cabeça. Só não há, de fato, uma culminação dessa autoridade, pois a “bola-de-neve” é interrompida pelo exílio da personagem.

Por sua vez, o nome dado a Napoleão dispensa explicações aprofundadas. A referência ao imperador francês é nítida, tendo em vista que a sua forma de governar é refletida na personagem de Orwell. Assim como Bonaparte, o porco Napoleão faz uso da força policial (cães), associa-se à burguesia (Mr. Pilkington), investe em propaganda em prol de seu governo (Guincho) e impõe seus desmandos a todos os governados. Insta destacar que o aspecto ditatorial napoleônico foi reproduzido por outros ditadores, como Stálin. Para não fazer referência direta ao governante russo, Orwell buscou, na História, um nome que representasse o mesmo caráter autoritário, encontrando-o no imperador francês. Há, portanto, uma significação despótica por trás do nome. Não por acaso, as primeiras traduções de *Animal Farm* para o francês atribuíram ao porco *Napoleon* o nome *César*, outro grande ditador da História.

3.4.1.3 Guincho

Encerrando o quarteto dos porcos nominados em *A Fazenda dos Animais*, temos Guincho¹¹, personagem de extrema importância para o desenrolar da história, cujo papel muito se assemelha à função convincente e controladora encarnada pelas propagandas totalitárias¹². Isso porque a personagem é caracterizada como porta-voz dos líderes da fazenda, encarregando-se de transmitir aos demais animais, de maneira persuasiva, as determinações dos porcos governantes, além de justificar suas arbitrariedades.

A habilidade retórica de Guincho fica evidenciada em diversos momentos da narrativa, como no seguinte:

[Guincho] falava muito bem, e quando discutia alguma questão difícil tinha o cacoete de dar pulinhos de um lado para o outro enquanto balançava o rabo, o que de algum modo tinha um efeito muito persuasivo. Dizia-se que Guincho era capaz de transformar o preto em branco (ORWELL, 2020, p.44).

Adiante no enredo, é possível encontrar situações muito claras de manipulação por parte de Guincho, cuja voz, em todas as circunstâncias, era utilizada pelos demais porcos para controlar e confundir a *massa*, isto é, o restante dos animais, a exemplo do seguinte trecho:

¹¹ Na primeira tradução, de Heitor Aquino Ferreira, o nome do personagem é Garganta.

¹² Não obstante o livro tratar do contexto soviético, muitas de suas referências podem – e devem – ser estendidas a outras manifestações totalitárias. É possível pensar, nesse sentido, que a figura de Guincho, marcada pela propagação de notícias tendenciosas e teorias conspiratórias, pode ter sido inspirada não apenas pela intensa propaganda operada pelo Partido Comunista de Stálin, como também pela própria rede de informações articulada pelo ministro da propaganda nazista, Joseph Goebbels (1897-1945), que era conhecido pela exímia habilidade comunicativa e que promoveu uma série de medidas destinadas a fortalecer o regime de Adolf Hitler.

Depois, Guincho percorreu a fazenda para tranquilizar os bichos. Garantiu-lhes que a proibição de praticar comércio e usar dinheiro jamais fora aprovada, nem sequer proposta. [...]. Alguns animais ainda estavam um pouco em dúvida, mas Guincho, astucioso, perguntou-lhes: “Vocês têm certeza que não sonharam com isso, camaradas? Existe algum registro dessa decisão? Isso foi escrito em algum lugar?” E, como sem dúvida era verdade que não havia nada escrito, os bichos se convenceram de que estavam equivocados (ORWELL, 2020, p. 78).

Iliane Tecchio (2010, p.57-58) afirma que Guincho (Garganta) utiliza-se de diversas estratégias discursivas, tais como expressões corporais, repetição de termos, referências a registros, entre outras, com a finalidade de convencer os demais animais a aceitarem certas “verdades” ou fatos, sem deixar margens para o questionamento. É o que ocorre na seguinte passagem:

Em seus discursos, Guincho discorria, **em lágrimas**, sobre a sabedoria de Napoleão, a bondade do coração dele e o amor profundo que tinha por todos os animais em toda parte [...] (ORWELL, 2020, p. 96).

No episódio em que os porcos decidem que ficarão com todo o leite e com todas as maçãs, Guincho, habilmente, justifica o arbítrio com base em pressupostos “científicos”, fazendo uso de um argumento de autoridade, além de intimidar os animais com a possibilidade do regresso de Jones à Fazenda:

[...] O leite e as maçãs (**isso foi comprovado pela ciência, camaradas**) contêm substâncias absolutamente fundamentais para o bem-estar dos porcos. [...] Sabem o que aconteceria se nós, os porcos, não cumpríssemos o nosso dever? Jones voltaria! Isso mesmo, Jones voltaria! Sem dúvida, camaradas!, exclamou Guincho, **quase em tom de súplica, pulando de um lado para o outro e agitando o rabo** (ORWELL, 2020, p. 57).

O discurso manipulador de Guincho, como sempre, surte, nessa passagem da obra, o efeito desejado perante os outros animais, que prontamente deixam de questionar o arbítrio dos porcos:

Se havia uma coisa a respeito da qual havia consenso absoluto entre os bichos, era isto: ninguém queria a volta de Jones. Quando a questão foi apresentada dessa maneira, não lhes ocorreu mais nada a dizer. Era evidente a importância de manter a saúde dos porcos. Assim, concordou-se, sem mais discussões, que o leite e as maçãs caídas na grama (e também toda a colheita de maçãs, quando elas estivessem maduras) deveriam ser reservados exclusivamente aos porcos (ORWELL, 2020, p. 57).

Nesse sentido, a influência exercida pelos porcos sobre os demais animais é evidenciada pelas reiteradas passagens em que estes são convencidos e envolvidos pelo discurso de Guincho (propaganda), responsável por veicular as tramas ideológicas do grupo dominante.

O controle social retratado na narrativa dialoga, inclusive, com a noção de verdade pós-moderna, na medida em que há a reafirmação das relações de superioridade e inferioridade através da manipulação midiática e do esmorecimento do “real”. Dessa maneira, os valores, as atitudes e a própria cultura da massa ficam sujeitos aos interesses do grupo dominante.

3.4.2 Guerreiro: o cavalo de tração

Consagrado como uma das personagens mais emblemáticas da obra, Guerreiro representa a força do proletariado. É o animal mais vigoroso da fazenda, destacando-se por sua intensa capacidade de trabalho:

Guerreiro era uma criatura enorme, mais de um metro e oitenta de altura, e tinha o dobro da força de um cavalo normal. Uma faixa branca que lhe percorria o focinho de alto a baixo dava-lhe um ar meio apatetado, e de fato sua inteligência não era de primeira ordem; mas todos o respeitavam pelo caráter firme e pela tremenda capacidade de trabalho (ORWELL, 2020, p. 36).

Seu desempenho laboral acentua-se ainda mais após a rebelião, quando, motivado pela felicidade de estar fora do comando de Jones, entrega-se completamente ao trabalho. Por essa razão, seu emblema particular torna-se: “vou trabalhar mais”. Assim, passa a ficar responsável pelo labor mais pesado e não se cansa, estando sempre disposto a ajudar no que for preciso, ainda que fora de seu horário de trabalho.

Inversamente proporcional à força laborativa, está a sua inteligência. Guerreiro é caracterizado pela ignorância, assim como sua amiga Tulipa, também de tração. Ambos têm enorme dificuldade de pensar qualquer coisa por si próprios, o que os coloca mais facilmente sob a manipulação dos porcos. Por esse motivo, tornam-se os mais fiéis discípulos dos líderes da fazenda.

A insipiência de Guerreiro é evidenciada na passagem em que os animais têm aula de leitura e escrita. Na oportunidade, o cavalo aprende apenas as quatro primeiras letras do alfabeto, sendo incapaz de decorar o restante. Diante das tentativas frustradas para aprender a continuação do abecedário, Guerreiro resolve contentar-se com o que já sabe.

Ao contrário do que acontece nos estudos, o cavalo destaca-se, cada vez mais, no trabalho braçal. A dedicação laboral que emprega na Fazenda, contudo, não vale de nada. Ao final da história, Guerreiro perde sua força de trabalho e, traído por Napoleão e Guincho, é vendido a um carnicheiro.

A escolha de um *cavalo* para representar o proletariado carrega, em si, forte simbologia. O animal, em diversas civilizações, é associado ao poder, sendo frequentemente vinculado às forças elementares, como água, fogo, ar, vento e tempestade. “No cristianismo, os cavalos em geral simbolizam vitória, ascensão, perseverança, coragem e generosidade, porém os cavalos do apocalipse representam guerra, morte, fome e peste” (PASTORE, 2009, p. 64-65).

Dessa maneira, a construção de Guerreiro sob a figura do cavalo sugere a força, a coragem e o poder da classe operária, capazes de a conduzirem à ascensão e à vitória. Por outro lado, a acepção negativa do termo aplica-se à realidade infeliz dos trabalhadores, que, por serem explorados, sofrem com a fome, a doença e a morte, assim como a personagem de *A Fazenda dos Animais* em seu lastimável fim.

A escolha e as traduções de seu nome são, igualmente, sugestivas. Na obra original, o cavalo de tração é chamado de *Boxer*. De acordo com o dicionário *Michaelis* (2019), o termo *boxer* pode ser empregado para designar o pugilista, isto é, o combatente que se utiliza dos punhos fechados para lutar. Frequentemente usada por movimentos ligados à esquerda, a imagem do punho fechado e erguido representa a resistência, a união e a luta da classe operária diante da exploração da classe economicamente superior. Dessa maneira, *Boxer*¹³ pode simbolizar o operário que luta contra a opressão.

A recente tradução do nome do personagem para *Guerreiro* aproxima-se do sentido original em inglês, embora a questão do punho fechado não pareça tão óbvia em língua portuguesa. No entanto, é interessante mencionar que a primeira tradução, de Heitor Aquino Ferreira, desviou-se desse sentido, atribuindo-lhe um novo ao nomear o cavalo como *Sansão*, em referência ao personagem bíblico conhecido por possuir uma força sobre-humana, advinda de seus longos cabelos.

Segundo a história, *Sansão* teria sido traído por sua esposa *Dalila*, que o entregou aos líderes da nação. Estes cortaram-lhe o cabelo, fazendo-o perder sua força e, depois, o escravizaram. De acordo com Versiani (2019), “fisicamente falando, Sansão foi o homem mais forte da Terra; mas no domínio de si mesmo, na integridade e firmeza de caráter, foi um dos mais fracos”.

Assim como o personagem bíblico, o cavalo *Sansão* (Guerreiro) possui uma força extraordinária, mas é pouco dotado intelectualmente, sendo incapaz de pensar por si próprio e, portanto, facilmente manipulável. É o mais fiel discípulo dos porcos, mas acaba sendo traído

¹³ Outra possível referência ao nome do cavalo pode ser suscitada quando se pensa na *Revolta dos Boxers*, levante popular ocorrido na China entre os anos de 1899-1901, marcado pela resistência de um grupo organizado frente ao imperialismo e à influência ocidental e cristã no país.

por eles, assim como *Sansão* por *Dalila*. Dessa forma, a associação que o tradutor faz diz muito sobre a sina da personagem na narrativa, que muito se assemelha à do juiz de Israel.

As divergências de tradução, contudo, não ofuscam as referências por trás da construção da personagem, que se prestam a retratar a exploração, a luta e a decepção dos revolucionários socialistas em relação ao regime posteriormente instaurado por Stálin.

3.4.3 Os cães

De acordo com Chevalier (2006, p. 176), não há mitologia alguma em que a figura do cão não tenha sido associada à morte e aos infernos. Nesse sentido,

A primeira função mítica do cão, universalmente atestada, é a de psicopompo, i.e., guia do homem na noite da morte, após ter sido seu companheiro no dia da vida.

[...]

Os cinocéfalos (macacos de cabeça semelhante à do cão), tão numerosos na iconografia egípcia, têm por missão *aprisionar ou destruir os inimigos da luz*, e guardar as Portas dos locais sagrados.

Entre os germanos, um cão terrível, chamado Garm, guarda a entrada do Nifheim, reino dos mortos, país de gelos e de trevas (CHEVALIER, 2006, p. 176).

Dessa maneira, há, na figura do cão, uma simbologia que o liga às noções de violência, obediência e extermínio. A ideia de “aprisionar ou destruir os inimigos” pode ser relacionada, dentro do contexto totalitário, à força militar que amparava os ditadores – a exemplo da KGB (Comitê de Segurança do Estado Soviético) –, intimidando e, muitas vezes, dando cabo àqueles que apresentassem qualquer ameaça ao poder do Líder.

Em *A Fazenda dos Animais*, os cães desempenham exatamente tal função: a de resguardar a ordem ditatorial. Na obra, após parirem nove cachorrinhos, as personagens Lulu e Petúnia têm seus filhotes retirados pelo porco Napoleão, que se compromete, ele próprio, a educar os animais, num procedimento muito semelhante à educação espartana – que possuía um caráter militarista:

Tão logo foram desmamados, Napoleão afastou-os das mães, afirmando que ele próprio seria responsável pela educação daqueles jovens. Levou-os para um jirau ao qual só se chegava tomando uma escada que saía da sala dos arreios, e lá os manteve em tal isolamento que o resto da fazenda em pouco tempo se esqueceu da existência deles. (ORWELL, 2020, p. 56).

Após tal episódio, os cães só reaparecem na narrativa por ocasião da expulsão de Bola de Neve. São eles, ao comando de Napoleão, os responsáveis por enxotar violentamente o porco para fora da fazenda:

De imediato, ouviram-se latidos terríveis do lado de fora, e nove cães imensos, com coleiras de metal, invadiram o celeiro. Partiram direto para cima de Bola de Neve, que bem na hora saltou de onde estava para escapar daquelas presas afiadas. Escapului do celeiro num piscar de olhos, perseguido pelos cachorros. (ORWELL, 2020, p. 70).

Note-se que, obedecendo à ordem emanada por Napoleão, os cães prontamente fazem uso da força física para calar o “inimigo”, em clara referência à função militar. Ainda, o detalhe das “coleiras de metal¹⁴” remete à imagem das medalhas de condecoração habitualmente utilizadas pelos combatentes das forças militares.

A noção de “guarda” atrelada à figura canina também se faz presente na escolta que os cachorros fazem em torno de Napoleão:

Napoleão, Guincho e um outro porco chamado Mínimo [...] ficavam sentados na primeira fileira da plataforma elevada, com nove filhotes de cachorros formando um semicírculo em torno deles, e os outros porcos sentados atrás (ORWELL, 2020, p. 72).

O uso do cão, assim como o do aparato policial, para intimidar e amedrontar aqueles que questionam as atitudes do governante recebe relevo em boa parte da obra, a exemplo do trecho seguinte:

Repetiu a palavra várias vezes: “Estratégia, camaradas, estratégia!”, saltitando de um lado para o outro e agitando o rabo, rindo com alegria. Os animais não sabiam muito bem o significado da palavra, mas a fala de Guincho era tão persuasiva, e **os três cachorros que por acaso o acompanhavam na ocasião rosnavam de modo tão ameaçador, que eles aceitaram aquela explicação sem fazer mais perguntas** (ORWELL, 2020, p. 73).

Assim, é notável a correlação que Orwell pretendeu trazer à narrativa, utilizando a figura dos cães para fazer alusão à força militar dos regimes ditatoriais. Apenas para que não passe despercebido, o discurso do velho Major é bastante incisivo quando afirma que “nem mesmo os cavalos e os cães têm um destino melhor [referindo-se à morte e à ingratidão dos humanos]”, o que evidencia o fato de que, por mais próximos que estejam do poder, cedo ou tarde os militares, enquanto pessoas físicas, também serão afetados pela tirania.

3.4.4 As ovelhas

O comportamento das ovelhas em *A Fazenda dos Animais* é, no mínimo, interessante e merece ser brevemente comentado. Esses animais não são individualizados na narrativa, não

¹⁴ Na tradução de Ferreira: “coleiras tachonadas de bronze”.

recebem nomes e, na maioria das vezes em que aparecem, estão em bando. Essa característica nos permite inferir que há, em sua figura, a representação da parcela inominada da população que manifesta apoio ao governo tirano. Nesse sentido, note-se o trecho abaixo:

[...] Era com as ovelhas que ele [Napoleão] obtinha mais sucesso. Nos últimos tempos, elas começavam a recitar “Quatro pernas, bom; duas pernas, mau” tanto nas horas apropriadas como nas mais inoportunas, chegando mesmo a interromper as Reuniões com sua cantoria. Percebeu-se que elas eram mais dadas a cantar “Quatro pernas, bom; duas pernas, mau” em momentos cruciais dos discursos de Bola de Neve (ORWELL, 2020, p. 66-67).

Fica claro, nessa passagem, o “comportamento de rebanho” das ovelhas, que, guiadas por um discurso pronto, demonstram um apoio cego ao Líder, repetindo, de forma banal, o lema do Animalismo, uma vez que são incapazes de argumentar de outra forma. O narrador ressalta que tal conduta é especialmente tomada quando alguém tenta se impor de maneira contrária a Napoleão. Há, dessa forma, uma espécie de rechaçamento, literalmente animalesco, ao discurso do opositor.

3.4.5 Moisés, o corvo

De acordo com Cirlot (2005, p. 187), a figura do corvo está associada “ao céu, ao poder criador e demiúrgico, às forças espirituais”. É considerado um mensageiro, anunciador do futuro, “o que levou seu grasnar a ser usado especialmente em ritos de adivinhação”. Por ser uma ave solitária, representa o “isolamento do que vive num plano superior aos demais”.

Diante dessa carga simbólica, torna-se transparente a escolha de Moisés (no original, *Moses*), em *A Fazenda dos Animais*, para representar a Igreja.

A personagem, inicialmente, é descrita como mentirosa e linguaruda, sendo detestada pelos outros bichos:

Os porcos tiveram ainda mais trabalho para contradizer as mentiras espalhadas por Moisés, o corvo de estimação. Moisés, por quem o sr. Jones tinha um apego todo especial, era espião e linguarudo, mas era também bom de conversa. Dizia saber da existência de uma terra misteriosa chamada Monte do Açúcar-Cande, que era o destino de todos os animais após a morte. Ficava em lugar lá no céu, um pouco além das nuvens, dizia Moisés. No Monte do Açúcar-Cande, era domingo todos os dias da semana, o trevo dava em todas as estações do ano, e os arbustos das sebes produziam torrões de açúcar e bolos de linhaça. Os animais odiavam Moisés porque ele era um falastrão e não trabalhava, mas alguns acreditavam no Monte do Açúcar-Cande, e os porcos tiveram de se esforçar muito para convencê-los de que tal lugar não existia (ORWELL, 2020, p. 44-45).

Moisés não inspirava muita confiança, tendo em vista que não trabalhava e que passava horas a fio disseminando seu discurso acerca do *Monte de Açúcar-Cande*, um lugar misterioso, localizado acima das nuvens, semelhante à ideia de Paraíso arguida pela Igreja Cristã.

O nome Moisés, por si só, possui uma referência bíblica. Trata-se de uma alusão ao profeta libertador dos hebreus¹⁵, que teria sido usado como instrumento de Deus em passagens importantes da Bíblia, como na abertura do Mar Vermelho e no recebimento da tábua com os Dez Mandamentos divinos.

Dessa maneira, há, na personagem, uma representação dessa “profecia”, como se ele fosse uma espécie de porta-voz da palavra de Deus, em referência ao papel desempenhado pelo cristianismo ortodoxo que permeava a Rússia no início do século 20. Um dado interessante, ainda, é a caracterização física do pássaro – com a penugem negra que remete visualmente às vestimentas clericais características da religião.

Assim como os líderes soviéticos em relação à Igreja, os porcos inicialmente olham com certa desconfiança para *Moisés*, temendo que seu discurso possa desviar a atenção dos outros animais. Contudo, há, no final da narrativa, certa aproximação entre ambos, ocasionada pelo efeito que a história do *Monte de Açúcar-Cande* provocava nos bichos: eles acreditavam que, lá, descansariam para sempre de sua vida de trabalho e, para isso, precisavam continuar se sacrificando na lavoura.

A aproximação entre o corvo e os porcos é evidenciada no seguinte trecho:

Uma coisa difícil de entender era a atitude dos porcos em relação a Moisés. Todos eles afirmavam com desprezo que aquelas histórias sobre o Monte de Açúcar-Cande eram mentiras, e no entanto permitiam que ele permanecesse na fazenda, com direito a um copinho de cerveja por dia (ORWELL, 2020, p. 111).

Assim, ao retratar a relação de Moisés com os porcos, a narrativa evidencia o uso estratégico que o regime soviético fez do cristianismo ortodoxo russo e vice-versa.

¹⁵ É válido considerar que o profeta Moisés está fortemente ligado à tradição judaica, o que possibilita a ampliação interpretativa sobre a figura do corvo em *A Fazenda dos Animais*: apesar de o livro fazer alusão direta à questão soviética, ele é aplicável às diversas possibilidades de manifestação totalitária. Na época em que foi escrito, o Nazismo, por exemplo, estava em seus suspiros finais, mas ainda assim resvalava os horrores do antissemitismo propagado por Hitler. Nesse sentido, o fato de as demais personagens da narrativa detestarem e excluírem Moisés pode ser visto como uma referência de Orwell à visão alemã do período, fortalecendo a tese de que seu objetivo literário era, de fato, condenar todo e qualquer tipo de totalitarismo.

3.4.6 Benjamim, o burro cínico

Benjamim é retratado como o animal mais velho da fazenda, e também como o mais moderado. Nunca sorri e, quando questionado a respeito, responde que não vê motivo para o riso. Sua postura é, na maior parte do tempo, cínica e pessimista, fato que ironicamente contrasta com seu nome, o qual, de acordo com o Dicionário de Nomes Próprios (2019), significa o “filho da felicidade”.

Por serem considerados inferiores ao cavalo, o burro, o asno e a mula são comumente associados a um papel passivo e sofredor (PASTORE, 2009, p. 61). De fato, Benjamim, com exceção do episódio em que Guerreiro é levado para o abatedouro, apresenta um comportamento passivo e resignado diante dos desmandos dos porcos.

Quando, ao final do livro, os outros animais afirmam que não conseguem se lembrar do início da revolução, se havia sido bom ou ruim, Benjamim é o único que diz recordar-se, reafirmando seu pessimismo em relação à Rebelião:

Apenas o velho Benjamim afirmava lembrar-se de todos os detalhes de sua longa existência, e saber que as coisas nunca foram, nem jamais viriam a ser, muito melhores nem muito piores - a fome, as privações e as decepções constituíam, segundo ele, a imutável lei da vida (ORWELL, 2020, p. 119).

Dessa forma, a personagem representa a resignação daqueles que, por já terem presenciado experiências semelhantes, não acreditam mais na mudança e preferem não se envolver nos fervores políticos, uma vez que pressupõem a impossibilidade de melhora efetiva. Questiona-se, nesse sentido, se Benjamin também não representaria o ceticismo de grupos intelectuais da época – aos quais se poderia inserir, sem receio de cometer um grande equívoco, o próprio George Orwell.

3.4.7 Jones, o bêbado decadente

Em meio a tantos animais, a narrativa traz, em determinados momentos, figuras humanas, sendo o *Sr. Jones* a principal delas. *Jones* é um bêbado decadente, que mal cuida de sua fazenda e que maltrata os bichos, motivo pelo qual estes se revoltam contra seu comando. Representa, dessa forma, o declínio da Rússia Czarista.

Visentini (2017, p. 6) explica que, pouco antes da Revolução Bolchevique, “a situação miserável e as injustiças a que estava submetida a maioria da população russa produziram violentas e amplas revoltas camponesas em vários momentos”. Dessa forma, a associação que

se faz entre tal situação histórica e a revolta dos bichos contra *Jones* é plausível, tendo em vista que, assim como os russos, os animais encontravam-se em estado de total miséria e esquecimento, sujeitados aos mais cruéis desmandos de seu líder.

A representação de *Jones* como um ébrio habitual atesta a perda de credibilidade que os czaristas passaram a ter. Até mesmo os outros humanos não o veem com bons olhos e fazem pouco caso de seus problemas:

O sr. Jones passara a maior parte desse tempo no Ao Leão Vermelho em Willingdon, queixando-se, para qualquer um que lhe desse ouvidos, da injustiça monstruosa que sofrera - expulso de sua propriedade por um bando de animais imprestáveis. Os outros fazendeiros, por uma questão de princípios, eram solidários com ele, mas de início não lhe deram muita ajuda. No fundo, cada um deles ficava a se perguntar se não haveria uma maneira de lucrar com a desgraça de Jones (ORWELL, 2020, p. 59).

Há, em determinado momento, uma tentativa frustrada de *Jones* para recuperar a fazenda. Os animais, já preparados para isso, travam uma verdadeira batalha contra a invasão, expulsando definitivamente o humano da fazenda e assinando, de uma vez por todas, seu declínio.

Contudo, a presença de *Jones* continua a assombrar os animais por todo o romance, mesmo após sua expulsão, visto que os porcos fazem uso de sua memória para amedrontá-los e colocá-los sob seu comando. É o que ocorre quando alguns bichos se indignam contra a expulsão de Bola de Neve, e Napoleão inventa que aquele estava associado, o tempo todo, a *Jones*, de forma a lembrá-los sobre o quão ruim isso poderia ser. Dessa forma, apesar de sua moderada participação na história, *Jones* tem um papel significativo para o desenrolar da trama.

Diante do que foi analisado, é possível concluir que as escolhas autorais para a construção narrativa de *A Fazenda dos Animais* não foram jogadas ao acaso. Todos os elementos literários agem, em conjunto, para fazer com que o leitor reflita sobre o modo de atuação de um governo totalitário e, sobretudo, sobre as possibilidades de engodo que um discurso é capaz de assumir.

A somatória de referências históricas, simbólicas, religiosas e pragmáticas contribui incisivamente para que a trama seja desenvolvida de maneira a atingir seu propósito político. Ademais, o uso abundante de recursos figurativos, como a ironia e metáfora, acrescenta à fórmula um importante tempero retórico.

É com base na combinação desses elementos que a estrutura narrativa, desde a criação do narrador e da ambientação da história até a caracterização de cada personagem, constrói sua própria personalidade enquanto manifestação literária, política e social.

Dessa forma, há toda uma camada subliminar que permeia a obra de George Orwell, atestando que, mais do que uma simples narrativa, *A Fazenda dos Animais* configura-se como uma das maiores contribuições da Literatura para a sociedade.

4 ENTRE O TERROR E O FANATISMO: UMA ANÁLISE DO ESTADO TOTALITÁRIO IMPLEMENTADO NA FAZENDA DOS ANIMAIS

Não parece possível traçar uma análise jurídica sobre *A Fazenda dos Animais* sem, antes, percorrer suas rotas políticas. A obra que levou o nome de George Orwell para os quatro cantos do planeta é, sobretudo, *política*. Nela, não se tem apenas o registro histórico de uma revolução traída, marcada pela grave violação de direitos fundamentais, mas também um alerta contra todo e qualquer tipo de manifestação totalitária.

Dessa maneira, para investigar os reflexos da narrativa no universo jurídico, é preciso, primeiro, compreender suas razões históricas e universais. O que leva uma nação ao totalitarismo? De que forma ele se manifesta? Por que é tão difícil livrar-se dele? Munida de uma linguagem simples e didática, *A Fazenda dos Animais* responde a todas essas questões.

Ao satirizar o regime de Stálin na União Soviética, o livro não só nos fornece uma preciosa aula de História, como também nos ensina a estar atentos diante de promessas gloriosas baseadas em fatos supostamente inquestionáveis. Lê-lo é, sobretudo, um exercício de olhar para o passado e, com ele, compreender o presente e prevenir-se para o futuro.

Diante do que foi dito, o presente capítulo propõe uma análise da obra em consonância com teorias sociológicas e filosóficas acerca do totalitarismo, com foco especial sobre o regime stalinista. São utilizados, para tanto, conceitos cunhados por estudiosos clássicos do fenômeno político moderno, como Hannah Arendt, Carl J. Friedrich, Zbigniew K. Brzezinski e Norberto Bobbio.

Embora haja diferenças significativas em suas abordagens sobre o tema, o escopo teórico concentra-se nas características fundamentais de um Estado totalitário, aqui entendido como aquele onde o líder age de forma total, interferindo nas liberdades individuais e utilizando artifícios de manipulação para se manter no poder.

Serão analisadas, portanto, as condições prévias para a instauração do regime; o processo de massificação da sociedade; a seleção de um inimigo comum; o culto ao líder e o uso intensivo de propaganda. Atuando em conjunto, esses elementos levam o indivíduo a um fanatismo inadvertido, principal combustível para manter a roda do terror em movimento.

4.1 O papel da crise e da massificação social para a eclosão do totalitarismo

Grande parte das rupturas políticas emerge em momentos de crise coletiva ou de descontentamento popular. Nessas situações, normalmente ocasionadas por guerras, doenças, fome e/ou desequilíbrio econômico, surge, muitas vezes, a necessidade de uma reordenação de

poderes que possibilite uma resposta adequada à emergência social. Tal carência, no entanto, pode configurar uma séria ameaça à liberdade dos indivíduos.

O fenômeno totalitário é, por si só, uma das maiores evidências desse perigo. Sua germinação ocorreu em uma conjuntura social desestabilizada e em profunda crise político-econômica. Com as tensões geradas pela Primeira Guerra Mundial, as tradições que sustentavam o velho mundo entraram em colapso, deixando a humanidade à espera de uma alternativa (HOBSBAWM, 1995).

Especificamente na Rússia, a insatisfação popular já manifestava seus sintomas desde o início do século, quando o Império Russo se constituía numa potência agrária atrasada, liderada por um governo absolutista, autoritário e promotor de uma hierarquia social estrita e cruel (KELLY e outros, 2013, p. 228). Diante do caótico cenário, intensificado pela participação russa na Guerra, o regime czarista foi inevitavelmente açoitado por uma onda de descontentamento social, até finalmente ser deposto em 1917.

Foi nesse contexto de crise que as forças revolucionárias começaram a ganhar espaço. De acordo com Eric Hobsbawm (1995), para boa parte dos Estados europeus da época, os partidos socialistas representavam uma alternativa à tensão social, uma vez que se fundamentavam na crença de um novo mundo livre de injustiças, apoiado na expansão das classes trabalhadoras, e que tinham, de certo modo, convicção de sua vitória. Nesse sentido:

Aparentemente, só era preciso um sinal para os povos se levantarem, substituírem o capitalismo pelo socialismo, e com isso transformarem os sofrimentos sem sentido da guerra mundial em alguma coisa mais positiva: as sangrentas dores e convulsões do parto de um novo mundo. A Revolução Russa, ou, mais precisamente, a Revolução Bolchevique de outubro de 1917, pretendeu dar ao mundo esse sinal. (HOBSBAWM, 1995, p. 62).

Parte dos socialistas da época acreditavam em uma mudança de dimensões colossais, que seria capaz de abolir todo o mal e promover uma sociedade sem opressão, sem desigualdade e sem injustiça. O marxismo era tido como a grande esperança do milênio, uma vez que garantia, cientificamente, uma inevitabilidade histórica (HOBSBAWM, 1995, p. 78).

O caráter científico da teoria de Marx e Engels era respaldado por três fatos:

a) no fato de que o Socialismo, de programa racionalístico de reconstrução da sociedade que se dirige indistintamente à sua parte intelectualmente esclarecida, se transforma em programa de autoemancipação do proletariado, como sujeito histórico de tendência objetiva para a solução comunista das contradições econômico-sociais do capitalismo [...]. Nesse sentido, o Socialismo pretende ser “ciência” da revolução proletária; b) no fato de que o Socialismo não se apresenta mais como um “ideal”, mas como uma necessidade histórica derivante do inevitável declínio do modo capitalista de produção, que se anuncia objetivamente nas crises cada vez mais agudas

que ele enfrenta; c) no fato de que o Socialismo usa agora um “método científico” de análise da sociedade e da história, que tem seus pontos fortes no “materialismo histórico”, com a teoria da sucessão histórica dos modos de produção e na “crítica da economia política”, com a teoria da mais-valia como forma específica da exploração na situação do capitalismo industrial. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 1198).

A confiança nesse cientificismo fez parte de uma das investidas modernas para estabilizar, a partir de um método não-científico, a ordem sociopolítica no contexto mundial da época. É o que explica Yuval Harari (2015):

Todas as tentativas modernas de estabilizar a ordem sociopolítica não tiveram outra escolha senão confiar em um de dois métodos não científicos: a) tomar uma teoria científica e, em oposição a práticas científicas comuns, declarar que é uma verdade final e absoluta. Esse foi o método usado por nazistas (que afirmaram que suas políticas raciais eram corolários de fatos biológicos) e comunistas (que afirmaram que Marx e Lenin haviam revelado verdades econômicas que jamais poderiam ser refutadas) [...].

A existência de uma população açoitada por uma crise sociopolítica e econômica foi, portanto, um terreno extremamente fértil para a propagação imoderada, e até certo ponto distorcida, de um discurso tido como salvador, detalhadamente estruturado para ser imune a quaisquer refutações. Os indivíduos, esgotados pelas circunstâncias histórico-sociais e, na maioria dos casos, desvinculados de uma consciência crítica do fazer político, tornaram-se presas fáceis para a terrível manifestação totalitária.

De acordo com os estudos filosóficos de Hannah Arendt (1998), dos fragmentos de uma sociedade desesperançosa surge a *massa*, isto é, um conjunto de pessoas psicologicamente desamparadas, passivas, com potencial de serem facilmente cooptadas por discursos demagógicos, como os de caráter totalitário. Segundo a filósofa, o homem moderno é solitário e não possui clareza do seu papel público, visto que está atomizado a ponto de não conseguir refletir sobre si e sobre o mundo. Tal condição o deixa suscetível a aceitar teorias conspiratórias que solapam, de certa forma, sua própria singularidade. Num contexto em que grande parte da população encontra-se nesse estado, há a formação de uma massa pronta para absorver um discurso promissivo.

A acentuação desse cenário provoca mudanças significativas nas relações interpessoais, uma vez que as pessoas tendem a perder, de maneira sucessiva, os vínculos naturais, como os da família e os da comunidade à qual pertencem, abrindo espaço para a influência direta das organizações formais de trabalho e dos meios de comunicação em massa. Daí o enfraquecimento das relações com o outro, uma vez que o convívio social passa a envolver

apenas aspectos parciais e limitados da personalidade dos indivíduos (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 1211).

David Riesman (1995), ao discutir, em meados do século 20, o conceito de “multidão solitária”, pontua a existência de uma massa heterogênea composta por sujeitos que apenas reproduzem hábitos já existentes e que, ao mesmo tempo, distanciam-se uns dos outros. Esse indivíduo heterodirigido guia seu comportamento não por si mesmo, mas com base naquilo que o outro faz. Há, nesse cenário, um conformismo coletivo que minimiza as possibilidades de reflexão individual e que deixa a massa suscetível a discursos demagógicos.

Portanto, a massificação da população é fundamental para que as diferenças na sociedade sejam eliminadas, o que contribui significativamente para a implementação de uma ideologia dominante, uma vez que um conjunto de indivíduos que pensam de maneira igual dificilmente irá questionar a doutrina imposta.

Se voltarmos nossa atenção para a conjuntura russa do início do século do 20, verificamos a existência de uma camada popular extremamente esgotada pelas derrotas bélicas, pela miséria e pelo atraso subscritos pelo czar. Por essa razão, a ideia de uma revolução social era vista como a solução para todos os problemas. Foi por esse motivo que as massas de Petrogrado teriam enxergado, na queda de Nicolau II, “uma proclamação de liberdade, igualdade e democracia direta universais” (HOBSBAWM, 1995, p. 67).

Todavia, apenas uma parcela ínfima da população russa sabia o que representavam os rótulos dos partidos revolucionários, e aqueles que sabiam geralmente não conseguiam discernir seus apelos rivais. A única coisa de que tinham certeza é de que não mais aceitavam autoridade (HOBSBAWM, 1995, p. 67).

Satirizando o totalitarismo soviético em *A Fazenda dos Animais*, George Orwell retrata essa situação ao narrar a forma como os bichos, cansados da situação miserável em que viviam e inspirados pelo discurso do Velho Major, acatam inadvertidamente a mensagem propagada pelos porcos a respeito do Animalismo:

Seus discípulos mais fiéis eram os dois cavalos de tração, Guerreiro e Tulipa. **Esses dois tinham muita dificuldade em desenvolver um raciocínio próprio, mas, tendo aceitado os porcos como mestres, absorviam tudo o que lhes era dito, e repassavam as lições aos outros animais por meio de argumentos simples** (ORWELL, 2020, p. 45).

A forma como o discurso é construído pelos porcos denota a qualidade salvacionista que eles pretendiam difundir, o que faz os demais animais acreditarem firmemente no que é dito, como se fosse um dogma. Há, na fala dos suínos, a promessa de uma vida livre e próspera:

Não está mais do que claro, portanto, camaradas, que todos os males de nossas vidas provêm da tirania dos seres humanos? Se nos livrássemos do Homem, o produto de nosso trabalho seria nosso. **Quase do dia para a noite, ficaríamos ricos e livres** (ORWELL, 2020, p. 39).

Os demais animais acreditam tão vigorosamente nessa verdade, que são incapazes de compreender o que teria havido de errado quando a promessa de liberdade e igualdade não se cumpre. É o que ocorre com Tulipa, logo após o choque diante das sangrentas execuções promovidas por Napoleão:

Tulipa olhava do alto do outeiro e seus olhos se enchiam de lágrimas. Se ela pudesse exprimir o que estava pensando, diria que não era aquilo que eles tinham como objetivo quando, anos atrás, se empenharam no esforço de destituir a espécie humana. **As cenas de terror e matança não eram o que eles previam naquela noite em que o velho Major pela primeira vez despertou neles o desejo de se rebelar. Se, naquele tempo, ela tinha alguma imagem do futuro, seria a de uma sociedade de animais libertados da fome e do chicote, todos iguais, todos trabalhando conforme suas capacidades [...].** E em vez disso - **ela não sabia por quê** - haviam chegado a um momento em que **ninguém ousava expor seus pensamentos**, em que cachorros ferozes rondavam por toda parte a rosnar, e em que todos eram obrigados a ver os camaradas sendo despedaçados após confessarem crimes chocantes. **Não lhe passavam pela cabeça ideias de rebelião ou de desobediência. Tulipa sabia que, mesmo do jeito que estava, a situação era muito melhor do que no tempo de Jones, e que acima de tudo era importante impedir que os seres humanos voltassem. Seja lá o que acontecesse, ela permaneceria fiel, trabalharia muito, obedeceria às ordens que lhe fossem dadas e aceitaria a liderança de Napoleão** (ORWELL, 2020, p. 91).

Não se verifica, por certo, qualquer questionamento racional sobre o discurso pregado pelos porcos; ao contrário, tem-se uma completa e cega adesão a ele. Esse domínio da massa, configurado por uma espécie de “lavagem cerebral” e impulsionado pela roda do terror, ocorre por meio de instrumentos característicos do fenômeno totalitário, que são retratados, também, na narrativa de Orwell. O primeiro deles é a instituição de um inimigo comum.

4.2 O inimigo comum

De acordo com a ótica arendtiana, o governo totalitário se protege com base na disseminação do terror. Para tanto, ele busca convencer a massa de que ela está sob ameaça constante. Esse perigo iminente é, muitas vezes, pautado na construção de um opositor comum. A partir do momento em que a massa é convencida da existência de um grande adversário - que põe em risco o bem-estar coletivo -, ela adere a um discurso facilitador e entende que somente

um governo autoritário será capaz de neutralizar o perigo. Dessa forma, a população acaba por depositar no líder a confiança de que permanecerá salva.

A grande chave da agenda totalitarista, contudo, é manter o ciclo do terror em amplo movimento, o que faz com que o inimigo comum vá se alternando ao longo do tempo, de forma a alimentar ainda mais a dinâmica sobre quais vidas serão dignas de serem mantidas e quais não. Nesse sentido:

No cinturão de ferro do terror, que destrói a pluralidade dos homens e faz de todos aquele Um que invariavelmente agirá como se ele próprio fosse parte da corrente da história ou da natureza, encontrou-se um meio não apenas de libertar as forças históricas ou naturais, mas de imprimir-lhes uma velocidade que elas, por si mesmas, jamais atingiriam. Na prática, isso significa que o terror executa sem mais delongas as sentenças de morte que a Natureza supostamente pronunciou contra aquelas raças ou aqueles indivíduos que são "indignos de viver", ou que a História decretou contra as "classes agonizantes", sem esperar pelos processos mais lerdos e menos eficazes da própria história ou natureza. (ARENDDT, 1998, p. 518).

A funcionalidade desse terror empregado pelo totalitarismo é a de traduzir, para a realidade, o mundo fictício da ideologia e, assim, confirmá-la tanto em seu conteúdo, quanto em sua lógica deformada. Esse processo acaba por atingir não só os inimigos reais, como também os inimigos “objetivos”, que são identificados a partir da orientação político-ideológica do governo. Na fase mais extrema do regime, atinge também vítimas escolhidas plenamente ao acaso. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 1248).

Assim, para chegar ao estágio final da implementação ideológica, o inimigo a ser abatido deixa de ser somente um e passa a abranger diversos grupos. Há uma mudança constante de alvo, que tende a gerar cada vez mais “traidores” a serem eliminados, impulsionando a roda do terror - essencial à manutenção do regime. Nessa lógica:

[...] o terror totalitário se diferencia do terror usado pelos velhos regimes autoritários tanto pela qualidade como pela quantidade. Ele atinge até os inimigos presumidos ou “objetivos” e outras vítimas inocentes: nesse caso, as vítimas não se tornam objeto do terror porque são “inimigos” ou “traidores”, mas tornam-se “inimigos” ou “traidores” porque são objeto do terror; atinge profundamente camadas inteiras ou grupos profissionais ou grupos étnicos, e os atinge de modo contínuo e capilar. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 1255).

O sentimento de pânico gerado na população inibe qualquer oposição ao governo, ainda que em fase pré-executória. Além disso, compele os indivíduos a manifestarem seu apoio ao Líder, o que leva à sedimentação do regime nas camadas mais profundas da sociedade.

Esse movimento é retratado de maneira muito precisa em *A Fazenda dos Animais*. Deve-se notar que o início da obra é marcado por uma revolta extremamente válida contra um inimigo

comum: o Sr. Jones, que - satirizando, num primeiro plano, o czarismo russo e, mais amplamente, a burguesia industrial europeia - explora a força de trabalho da população, deixando-a, muitas vezes, em situação de penúria. O medo e a revolta que a figura de Jones causa nos demais animais é, por óbvio, suficiente para ele se assentar como o inimigo mais malquisto da Fazenda.

Ocorre que, no decorrer da trama, o governo de Napoleão vai inserindo outros “grandes inimigos” diante dos indivíduos, de forma a impulsionar a engrenagem do terror e a desviar o foco da real ameaça. O movimento se mantém altivo até chegar ao ápice, quando componentes do mesmo grupo - o próprio povo, isto é, os próprios animais - começam a ser vistos como perigo a ser eliminado, fator que legitima as sangrentas execuções posteriores.

É certo que a incitação do ódio contra Jones extrapola sua pessoa e passa a ser estendido a toda a espécie humana, resultando na máxima: “quatro pernas, bom; duas pernas, mau!”. Tal bordão ganha respaldo intelectual ainda no discurso do Velho Major, quando o porco ancião exprime sinteticamente o teor de sua ideia:

Não tenho muito mais a dizer. Limito-me a repetir: lembrem-se sempre de que **é um dever ser inimigo do Homem e de tudo o que ele representa. Tudo o que anda com duas pernas é inimigo.** Tudo o que anda com quatro pernas, ou que tem asas, é amigo. E não esqueçam: ao combater o Homem, não devemos nos tornar semelhantes a ele (ORWELL, 2020, p. 40).

A população, tendo experienciado o domínio perverso de Jones, sente-se tocada por essa fala, acreditando que o Homem é, de fato, a razão de todo o seu sofrimento. Por tal motivo, enxergá-lo como inimigo parece ser o caminho mais apropriado a seguir. Nesse contexto, uma eventual barbárie praticada por qualquer outro animal soaria como algo impossível de acontecer, pois o único adversário capaz de cometer atrocidades – sem motivo – seria o Homem. Essa percepção generalizada é fundamental para os porcos alçarem sua autoridade em face dos demais bichos.

O estímulo à aversão direcionada a Jones toma enorme proporção: sempre que surge um questionamento a respeito da conduta moral dos líderes, seu nome é trazido à tona pelo porta-voz Guincho, de modo a reacender o medo nos outros animais e a, conseqüentemente, calá-los. Para os bichos, nada pode ser pior do que o retorno de Jones. Por isso, quando a volta deste é colocada em pauta, os animais acatam imediatamente às justificativas atravessadas dos suínos.

O episódio no qual se descobre que o leite desaparecido estava, na verdade, sendo misturado à ração dos porcos é o primeiro a desenvolver a tática de menção ao antigo dono humano:

[...] É em prol de *vocês* que bebemos esse leite e comemos essas maçãs. Sabem o que aconteceria se nós, porcos, não cumpríssemos o nosso dever? **Jones voltaria! Isso mesmo, Jones voltaria!** [...] **Sem dúvida, ninguém de vocês deseja a volta de Jones, não é?** (ORWELL, 2020, p. 57).

Percebendo o sucesso da estratégia, Guincho a repete inúmeras vezes, quantas bastem para abafar qualquer indagação a respeito de Napoleão. O mesmo ocorre quando os animais descobrem que os porcos estão dormindo em camas, comportamento contrário a um dos mandamentos do Animalismo:

Então vocês ficaram sabendo, camaradas, disse ele, que agora nós, os porcos, dormimos nas camas da casa? E por que não? [...] Nós retiramos os lençóis das camas e dormimos entre cobertores. São muito confortáveis, as camas! Mas não mais confortáveis do que é necessário para nós, camaradas, por conta de todo o trabalho cerebral que temos que fazer hoje em dia. **Vocês não vão querer eliminar o nosso repouso, não é, camaradas? Não vão querer que fiquemos cansados demais para cumprir nossas tarefas, certo? Sem dúvida, nenhum de vocês quer a volta de Jones, não é?** (ORWELL, 2020, p. 80).

Para manter a atmosfera do terror presente, outro inimigo comum é colocado diante dos bichos: Bola de Neve, opositor de Napoleão. Quando este último assume o poder, a primeira medida tomada é a expulsão de seu arquirrival da Fazenda, de modo a afastar possíveis ameaças ao seu governo. Ocorre que Bola de Neve gozava de grande apreço popular por ter liderado e vencido a festejada Batalha do Estábulo. Para contornar a situação, Napoleão, por intermédio de Guincho, propaga a falsa notícia de que o porco exilado era, na verdade, um traidor aliado, todo o tempo, a Jones.

A mentira ganha ainda mais força quando o moinho de vento é destruído pela primeira vez. A demolição, obviamente forjada por Napoleão, é atribuída a Bola de Neve, e leva todos os animais a um profundo estado de choque:

“Camaradas”, disse ele, em voz baixa, “sabem quem é responsável por isso? Sabem quem foi o **inimigo** que veio aqui no meio da noite e derrubou nosso moinho de vento? **BOLA DE NEVE!**”, trovejou de repente. “Foi Bola de Neve quem fez isto! **De pura malignidade, com a intenção de frustrar nossos planos e vingar-se por ter sido vergonhosamente expulso, o traidor voltou aqui na calada da noite e destruiu quase um ano de trabalho.** Camaradas, aqui e agora eu **condeno Bola de Neve à morte.** A comenda de Herói Animal, Segunda Classe, e meio cesto de maçãs para quem o trouxer a fim de ser justicado. Um cesto inteiro para quem o capturar vivo!” Os animais ficaram chocadíssimos de saber que alguém, até mesmo Bola de Neve, seria capaz de fazer uma coisa assim. Houve um grito de indignação geral, e cada um começou a imaginar uma maneira de pegar Bola de Neve, se por acaso ele voltasse. (ORWELL, 2020, p. 81-82).

A fim de manter a imagem do rival manchada, Napoleão passa a atribuir a Bola de Neve a culpa por todas as coisas ruins que acontecem na fazenda, transformando o oponente numa espécie de “entidade invisível” responsável por colocar os outros animais em perigo constante.

Para assegurar a credibilidade das acusações, o líder simula uma série de acontecimentos “espontâneos” que, segundo os boatos arditosamente espalhados, estariam ligados à ação de Bola de Neve:

De repente, no início da primavera, ocorreu uma descoberta assustadora: Bola de Neve estava frequentando a fazenda em segredo à noite! [...] Diariamente, dizia-se, ele vinha pé ante pé, na calada da noite, e fazia todo tipo de maldade. Roubava o trigo, virava os baldes de leite, quebrava os ovos, pisoteava os viveiros de sementes, roía a casca das árvores. Sempre que alguma coisa dava errado, tornou-se habitual pôr a culpa em Bola de Neve (ORWELL, 2020, p. 86).

A infundada vinculação de Bola de Neve aos eventos forjados por Napoleão atinge seu objetivo e passa a produzir efeitos no imaginário coletivo. Os animais, após as reiteradas “delinquências” do inimigo comum, começam a atribuir a ele a responsabilidade por todo e qualquer fato transgressor ocorrido dentro da fazenda, sem ao menos buscar comprovações.

As vacas, por exemplo, passam a declarar, unânimes, que Bola de Neve teria entrado em suas baias e as ordenhado durante o sono, isto é, elas o acusam de forma mecânica, uma vez que estavam dormindo durante o ato delituoso e não viram quem, de fato, teria praticado a ação. Há, nessa passagem, uma forte evidência do impacto psicológico que as mentiras propagadas pelo governo exercem sobre as convicções da população, que passa a alimentar a rede de conspiração.

Quando Napoleão e seus comparsas conseguem solidificar a imagem de Bola de Neve como o grande malfeitor da fazenda, partem para a próxima etapa de seu plano de dominação: modificar a História. Guincho convoca os animais para informá-los de que havia descoberto que Bola de Neve era aliado de Jones desde o início e que sua intenção era fazer com que os bichos fossem derrotados na Batalha do Estábulo. O porco afirma ter encontrado documentos que comprovariam a traição. Ao ser questionado por Guerreiro, que se lembrava do empenho de Bola de Neve para vencer a batalha, Guincho reinventa os fatos:

“Mas ele foi ferido”, disse Guerreiro. “Todos nós vimos o sangue dele escorrendo.” “Isso também foi combinado!”, gritou Guincho. “O tiro de Jones só fez arranhá-lo [...]. O combinado era que, no momento crítico, ele desse o sinal de retirada e deixasse o campo aberto para o inimigo. E por um triz ele não conseguiu - digo mais, camaradas, ele teria conseguido, sim, se não fosse o nosso heróico Líder, o camarada Napoleão. Não se lembram de que na hora exata em que Jones e seus homens entraram no pátio Bola de Neve de repente virou-se e fugiu, e muitos animais foram atrás dele? Não lembram também que foi justamente nessa hora, quando o pânico estava se espalhando e tudo parecia perdido, que o camarada Napoleão saltou para a frente

bradando ‘Morte à Humanidade!’ e cravou os dentes na perna de Jones? Não é possível que vocês não se lembrem disso, camaradas!”, exclamou Guincho, saltitando de um lado para o outro.

Agora que Guincho fizera um relato tão vívido da cena, os bichos começaram a achar que de fato se lembravam. (ORWELL, 2020, p. 88).

A distorção dos acontecimentos procura ludibriar os animais para que sua memória, naturalmente frágil, não se recorde do que de fato havia acontecido: o sinal de retirada de Bola de Neve, na Batalha do Estábulo, era, na verdade, uma emboscada para que os humanos avançassem na fazenda e fossem pegos de surpresa pelos cavalos, vacas e porcos, o que realmente ocorreu. O tiro que Bola de Neve tomou de Jones não fora combinado; ao contrário, foi uma tentativa de execução. Por fim, diversamente do que Guincho conta, Napoleão não teve sequer um momento de destaque no combate, tendo sido Bola de Neve o responsável por ferir Jones e expulsá-lo da batalha.

O revisionismo histórico age, dessa forma, como um instrumento para fortalecer as mentiras propagadas pelo governo e para difamar, ainda mais, a imagem do inimigo. Há um uso inapropriado da História, que tem por objetivo estabilizar a grande farsa, institucionalizando-a. Hannah Arendt, ao tratar sobre esse tema no contexto totalitário do século 20, explica que as mentiras relacionadas à historiografia oficial tinham a intenção de transformar as falsidades em fatos incontestáveis:

A essa aversão da elite de intelectuais pela historiografia oficial, à sua convicção de que nada impedia que a história, fraudulenta como era, fosse usada como brinquedo por alguns malucos, deve acrescentar-se o terrível fascínio exercido pela possibilidade de que gigantescas mentiras e monstruosas falsidades viessem a transformar-se em fatos incontestes, de que o homem pudesse ter a liberdade de mudar à vontade o seu passado, e de que a diferença entre a verdade e a mentira pudesse deixar de ser objetiva e passasse a ser apenas uma questão de poder e de esperteza, de pressão e de repetição infinita. O que os fascinava não era a habilidade com que Hitler e Stálin mentiam, mas o fato de que pudessem organizar as massas numa unidade coletiva para dar às suas mentiras uma pompa impressionante. O que era simples fraude do ponto de vista factual e intelectual parecia receber a bênção da própria história quando toda a realidade dinâmica dos movimentos passou a sustentar a mentira, fingindo tirar dela o entusiasmo necessário para a ação. (ARENDR, 1998, p. 382/383).

Para além da reinvenção dos fatos históricos e da demonização do inimigo comum, o terror totalitário busca, em seu ápice, expandir sua rede de rivais, sedimentando na população a ideia de que qualquer um do povo pode, eventualmente, ser considerado um traidor da revolução e do regime. Na narrativa orwelliana, esse momento é marcado pela execução de inúmeros animais feita por Napoleão, aos olhos de toda a Fazenda.

Inicialmente, quatro porcos são violentamente arrastados pelas orelhas, na frente de todos, a mando do ditador. Os suínos são os mesmos que haviam protestado contra a abolição

das reuniões dominicais. Napoleão incita-os a confessarem seus “crimes”, enquanto os cachorros mordem suas orelhas, fazendo-as sangrar. Não resistindo à tortura, os porcos confessam ter realizado contatos secretos com Bola de Neve e colaborado na destruição do moinho. Ao fim da confissão, os cachorros estraçalham suas gargantas, e Napoleão pergunta, de maneira intimidadora, se mais algum animal tem confissões a fazer. Tomados pelo medo, diversos animais começam a se entregar. Todos são prontamente liquidados:

As três galinhas que tinham liderado a tentativa de rebelião pelo caso dos ovos então se apresentaram, e afirmaram que Bola de Neve lhes havia aparecido em sonhos, incitando-as a desobedecer às ordens de Napoleão. Também elas foram abatidas. Então um ganso adiantou-se e confessou ter roubado seis espigas de trigo durante a colheita do ano anterior, para comê-las à noite. Em seguida, uma ovelha confessou que havia urinado no bebedouro - segundo ela, instigada por Bola de Neve - e duas outras ovelhas admitiram ter assassinado um velho carneiro, que era um seguidor particularmente fervoroso de Napoleão, correndo atrás dele em torno de uma fogueira quando ele estava tendo um ataque de tosse. Todos esses bichos foram mortos ali mesmo. E assim prosseguiu a sucessão de confissões e execuções, até que se formou uma pilha de cadáveres diante de Napoleão e um cheiro pesado de sangue encheu o ar, coisa que não acontecia desde a expulsão de Jones (ORWELL, 2020, p. 90).

A passagem é uma notável alusão aos expurgos de Stálin, iniciados por volta de 1934 contra pessoas consideradas ameaçadoras ao Partido Comunista. Em 1938, contudo, o ditador soviético decidiu reescrever a história da Revolução Russa, assinalando o fim das super execuções que haviam dizimado toda uma geração de intelectuais, incluindo pessoas de seu próprio partido, e de cidadãos comuns, além de destruir livros e documentos que registravam os acontecimentos. (ARENDRT, 1998, p. 390).

Dessa forma, antes do revisionismo histórico, havia, na União Soviética de Stálin, uma repressão incisiva a toda e qualquer forma de discordância, geralmente apontada como traição à revolução e ao partido, fato que exigiu o fortalecimento da polícia secreta, a instauração de campos de trabalho forçado para os opositores e a centralização de todas as decisões nas mãos do ditador.

Toda crítica direcionada a tais medidas foi banida sob a justificativa de ser a expressão de um pensamento antimarxista. Essa postura estatal, além de provocar incontáveis mortes em solo russo, inevitavelmente abriu caminhos para outro grande marco do movimento totalitário: o culto à personalidade do líder, (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 1221), que também foi habilmente retratado na obra de George Orwell, conforme se verá adiante.

4.3 O Líder acima de tudo e de todos

A existência de um inimigo - ou de vários - pressupõe, numa visão maniqueísta, a necessidade de um herói, isto é, de uma pessoa capaz de neutralizar as ameaças e de agir em prol do bem comum, afugentando o “grande vilão”. Essa ideia, comum ao imaginário coletivo, é aproveitada das maneiras mais perversas pelos ditadores totalitários, que, no auge de sua popularidade, instituem o chamado “culto à personalidade”, com a intenção de ovacionar sua própria imagem diante do povo.

Em *A Fazenda dos Animais*, a imagem que Napoleão constrói de si, perante os outros bichos, é a de um exímio salvador. O primeiro momento em que essa característica se manifesta é quando ele consegue expulsar Bola de Neve da fazenda, ordenando a Guincho que faça um discurso sobre suas boas intenções, colocando-as em contraste com a suposta traição de seu arquirrival:

“Camaradas”, disse ele, “espero que todos os animais daqui compreendam o sacrifício que o camarada Napoleão fez ao assumir mais essa tarefa. Não fiquem pensando, camaradas, que liderar é um prazer! Muito pelo contrário, é uma responsabilidade séria e onerosa. Ninguém mais do que o camarada Napoleão acredita com tanta firmeza na igualdade de todos os animais. Ele gostaria muito de deixar que vocês tomassem suas decisões por conta própria. Mas às vezes vocês poderiam tomar decisões erradas, camaradas, e aí como é que íamos ficar? Imaginem se vocês tivessem resolvido seguir Bola de Neve, com suas histórias de moinho de vento - Bola de Neve, que, como sabemos agora, não passava de um criminoso?” (ORWELL, 2020, p. 71).

Há, portanto, uma lógica de criação na qual se institui um antagonista para que, em oposição a ele, possa surgir um protagonista. E não falo, aqui, de um recurso meramente literário. Existe um fundamento ideológico por trás desse mecanismo, que consiste em projetar, na figura do Líder, a solução messiânica que colocará fim a todo o mal.

A população, vítima das manobras políticas, tende a aceitar essa liderança, uma vez que é convencida da existência do inimigo e da solidez de caráter do governante. A partir desse convencimento, a vontade do Líder passa, aos poucos, a ser a lei do partido. É ele o depositário da ideologia, sendo o único capaz de interpretá-la ou de corrigi-la. Ocorre, portanto, uma personalização do poder, sendo esse um aspecto fundamental dos regimes totalitários. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 1248).

Nesse sentido, o que se verifica em *A Fazenda dos Animais* é uma confiança irrestrita dos animais diante das atitudes e determinações de Napoleão. A credibilidade de que goza o

Líder é marcada pela máxima: “Napoleão tem sempre razão”, repetida ao menos cinco vezes ao longo da obra.

Guerreiro é quem acredita mais firmemente nesse brocardo. Sempre que há uma situação de penúria, provocada pelos desmandos do ditador, o cavalo repete, inadvertidamente, o princípio para os outros e para si, a fim de justificar as circunstâncias do acontecimento. É o que ocorre quando da construção do moinho de vento, empreendimento no qual Guerreiro aplica toda a sua força de trabalho:

Quando uma pedra começava a escorregar e os animais gritavam em desespero, sentindo que estavam sendo arrastados ladeira abaixo, era sempre Guerreiro que puxava a corda com o máximo de esforço e que conseguia detê-la. Ver Guerreiro subindo a ladeira passo a passo, os cascos cravando-se no chão, o corpanzil encharcado de suor, causava admiração a todos. Tulipa às vezes o alertava para que tomasse cuidado e não fizesse esforço excessivo, mas Guerreiro jamais lhe dava ouvidos. **Para ele, seus lemas - “Vou trabalhar mais” e “Napoleão tem sempre razão” - resolviam qualquer problema** (ORWELL, 2020, p. 76).

Mais adiante, quando os animais descobrem que os porcos se mudaram para a residência de Jones e que estão dormindo em camas, um sentimento de aborrecimento toma conta da fazenda. Guerreiro, contudo, mais uma vez resolve a situação com o lema “Napoleão tem sempre razão”. Nessa mesma passagem, o narrador nos informa que, pela primeira vez, Guincho passa a se referir a Napoleão pelo título de “Líder”, e a argumentar que morar numa casa seria mais adequado à sua *dignidade*.

Ser “digno” de morar na residência de Jones parece colocar, na fala de Guincho, o Líder em posição de superioridade em relação aos demais bichos. Evidentemente, esse era o objetivo. Há uma manobra psicológica que incute no imaginário popular a ideia de que o Líder não é igual a todo mundo, ele é superior. Com o reforço dessa percepção, a massa passa a acreditar, de fato, na aura mítica do governante.

Em determinado momento da trama, verifica-se que o culto ao Líder ultrapassa as barreiras da mera admiração ou da subordinação irrestrita: sua personalidade é elevada a um *status* quase sagrado, e ele se torna uma entidade praticamente intocável:

Napoleão era visto em público menos de uma vez a cada quinzena. Quando aparecia, estava acompanhado não apenas por seu séquito de cães mas também por um galo negro que caminhava à sua frente, atuando como uma espécie de corneteiro, emitindo um cocoricó bem alto antes que Napoleão começasse a falar [...]. (ORWELL, 2020, p. 96)

Além disso, uma série de cerimônias de devoção à sua pessoa começa a ser instituída na fazenda, como, por exemplo, o disparar anual de espingarda na data de seu aniversário. É válido

mencionar que essa passagem da narrativa faz nítida referência às manifestações de adoração pessoal que ocorreram na União Soviética na data do 50º aniversário de Stálin, momento que marcou o apogeu do culto ao líder russo (CARR, 1979, p. 154).

As nomenclaturas direcionadas ao porco-governante também recebem um novo formato: já não se fala mais em “Napoleão”, simplesmente. Agora, os animais se referem a ele de maneira estritamente formal, como “nosso Líder, o Camarada Napoleão”. Os demais porcos, por sua vez, passam a inventar títulos pomposos para o governante, tais como “Pai de Todos os Animais”, “Terror da Humanidade”, “Protetor do Rebanho”, “Amigo dos Patinhos” e outros desse gênero.

Guincho, por óbvio, não poupa elogios ao Líder durante suas falas, criando sobre ele uma imagem imaculada:

Guincho discorria, em lágrimas, sobre a sabedoria de Napoleão, a bondade do coração dele e o amor profundo que tinha por todos os animais em toda parte, até mesmo, e principalmente, por aqueles infelizes que ainda viviam na ignorância e na escravidão em outras fazendas. (ORWELL, 2020, p. 96).

É interessante notar, nesse ponto, que muito embora Napoleão tenha passado a aparecer raramente em público, sua presença continua se fazendo marcante por meio dos discursos de Guincho. O porta-voz, assim como outros membros do partido, representa uma encarnação viva do Líder, sendo seus olhos, ouvidos e boca.

Hannah Arendt, ao tratar sobre esse assunto em *As origens do totalitarismo* (1998), revela que o aspecto de responsabilidade total que circunscreve a atuação do Líder integra o chamado *princípio da liderança*, segundo o qual o funcionário do regime “não é apenas designado pelo líder no movimento totalitário, mas é a sua própria encarnação viva e toda ordem emana supostamente dessa única fonte onipresente” (p. 424).

Assim, o Líder se torna Um para o restante da população. Ele está em cada discurso proferido por seus funcionários e em cada manifestação de apoio, ainda que seu corpo físico não esteja presente. Dessa maneira, o aspecto de onipresença reforça, ainda mais, a ideia de sacralidade em torno de sua imagem, deixando-o cada vez mais forte. Além disso, as pessoas são tomadas por uma espécie de magnetismo, do qual não conseguem se desvincular:

O líder exerce sobre o indivíduo, na multidão ou na massa, uma ação semelhante à de um hipnotizador: o indivíduo procura identificar-se com ele, segui-lo cegamente. O ponto de apoio moral é, nesse caso, transferido para fora de sua própria personalidade. (TCHAKHOTINE, 1967, p. 246).

Dessa forma, a personalidade do governante flui por entre as massas, e essa, influenciada pelos discursos propagandistas e pelo medo, colabora para o aumento de sua popularidade. É o que ocorre na Fazenda dos Animais, quando Napoleão passa a receber o crédito por todos os êxitos e golpes de sorte que acontecem no local:

Ouvia-se uma galinha comentando com outra: “Sob a liderança do nosso Líder, o camarada Napoleão, botei cinco ovos em seis dias!”; ou então duas vacas, refrescando-se no bebedouro, exclamavam: “Graças à liderança do camarada Napoleão, como está gostosa essa água!” (ORWELL, 2020, p. 96-97).

A idolatria ao ditador torna-se tal que são prestadas a ele diversas homenagens públicas, direcionadas à exaltação de suas qualidades. É o que ocorre na passagem em que Mínimo, um porquinho da fazenda, faz para Napoleão um poema devoto, que, posteriormente, é eternizado na parede do celeiro junto ao retrato do governante:

O sentimento geral na granja foi expresso no poema intitulado “Camarada Napoleão”, escrito por Mínimo, cujo teor era o seguinte:

*Pai da orfandade!
 Fonte da felicidade!
 Senhor do balde de lavagem! Que emoção.
 Quando contemplo teu olhar
 Firme e calmo, sem piscar,
 Qual sol no céu a brilhar,
 Camarada Napoleão!*

*De ti procede a fartura
 Que adora toda criatura,
 Barriga cheia, palha limpinha no chão;
 Todo bicho, grande ou pequeno,
 Que bebe tua água e come teu feno,
 Dorme tranquilo e sereno,
 Camarada Napoleão!*

*Se eu tivesse um leitãozinho,
 Desde bem pequenininho
 Eu o faria aprender a grande lição:
 Eu sempre o ensinaria
 A ser fiel a nosso guia,
 E sua primeira fala seria
 “Camarada Napoleão!”*

Napoleão aprovou o poema e mandou que fosse escrito na parede do celeiro grande, na extremidade oposta à dos Sete Mandamentos. Acima do poema foi colocado um retrato de Napoleão em perfil, desenhado por Guincho com tinta branca (ORWELL, 2020, p. 97).

É de se notar que o poema evoca uma imagem sacrossanta de Napoleão, na medida em que o coloca como aquele de quem “procede a fartura” e aquele que por todos zela. A linguagem

empregada no texto de Mínimo muito se assemelha à utilizada em versículos bíblicos sobre a providência de um deus cristão. Como é sabido, há uma crença de que essa entidade divina, infalível e inalcançável, tenha o domínio sobre tudo o que acontece. Por essa razão, quando algo sai do planejado, tende-se a acreditar que a situação negativa faz parte de um “plano maior”, destinado a promover o bem de todos.

É por revestir-se dessa aura salvadora que Napoleão se consagra como aquele que “sempre tem razão”. Quando algo de positivo acontece, o crédito é atribuído a ele. Se, porventura, ocorre uma situação inesperada, os animais são levados a acreditar que o Líder está agindo em prol da fazenda como um todo. Esse é um dos motivos pelos quais contrariá-lo parece ser tão difícil.

A máxima de Guerreiro é perpetuada mesmo após a sua morte. Guincho, ao narrar a cena que supostamente vira no leito de morte do cavalo, informa aos animais que suas últimas palavras foram: “Avante, camaradas! Avante, em nome da Rebelião. Viva a Fazenda dos Animais! Viva o camarada Napoleão! Napoleão tem sempre razão.” (ORWELL, 2020, p. 115).

Por fim, durante uma singela oração pronunciada em memória de Guerreiro, o Líder reafirma em seu discurso as máximas “prediletas” do cavalo, declarando que cada animal da fazenda deveria adotá-las dali em diante, em evidente apologia ao culto de sua imagem.

Portanto, para se manter no poder, Napoleão precisa colocar-se numa posição de superioridade, mas faz isso apresentando-se como um líder bondoso, provedor e preocupado com os habitantes da fazenda. Assim, até quando suas atitudes são perversas, os animais encontram justificativa nas “boas razões” que ele teria tido para tomá-las.

Dessa maneira, a população, acreditando em sua benevolência, passa a reforçar e a reproduzir seus discursos, tornando-o, assim, onipresente. Com a ajuda de seus aliados, sua imagem é cercada de idolatria, e seus feitos - ainda que falsos - são bradados aos quatro cantos da fazenda. Cria-se, então, um fanatismo em torno de sua personalidade, abrindo espaço para que ele viole uma série de direitos fundamentais.

Nesse contexto, um forte e expressivo recurso é utilizado para que sua imagem permaneça intacta: a propaganda.

4.4 Propaganda e manipulação

Um dos traços característicos do Totalitarismo, segundo a teoria clássica de Carl J. Friedrich e Zbigniew K. Brzezinski (1965), é o domínio total dos meios de comunicação em

massa pelo partido do Líder. Tal fato permite uma ampla difusão da propaganda totalitária, que reforça o terror e manipula, das mais variadas formas, a massa dominada.

Por propaganda, aqui, entende-se a difusão sistemática de mensagens direcionadas a um determinado grupo social, que tem como objetivo criar uma imagem boa ou ruim de certos fenômenos e estimular dados comportamentos. Nesse sentido, ela seria “um esforço consciente e sistemático destinado a influenciar as opiniões e ações de um certo público ou de uma sociedade total” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 1018).

Apesar de não ser fundamental para a compreensão de suas obras ficcionais, a produção ensaística de George Orwell fornece pistas significativas acerca de determinadas convicções do autor, que, mais tarde, tornam-se temas recorrentes em seus romances e contos. É o que acontece com a propaganda.

Inserido em um contexto bélico profundamente afetado pela influência das propagandas ideológicas, Orwell transpõe para seus ensaios e artigos jornalísticos a visão crítica que tinha a respeito das tentativas de manipulação veiculadas por meio de panfletos, noticiários e programas de rádio. Paralelamente, ao longo de toda a sua produção literária, é possível identificar semelhanças nas abordagens sobre o tema.

Em *A Fazenda dos Animais*, a situação não poderia ser diferente. Especialmente por se tratar de uma sátira a um regime totalitário, do qual a propaganda é traço característico (a exemplo do Nazismo), a narrativa expressa de maneira enérgica a forma como a população é diretamente afetada pela fraude propagandística. Na obra, o personagem Guincho é o responsável por desempenhar essa função.

O porco já nos é apresentado como um exímio comunicador, capaz de manejar a palavra com brilho e de “convencer de que preto era branco”. A descrição de Guincho indica seu principal traço de personalidade: a habilidade de manipulação. E, de fato, é com essa qualidade que o personagem age durante toda a narrativa.

É importante considerar que a manipulação pode atuar não só reprimindo a informação, mas também a fornecendo de maneira excessiva (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 730). Assim, a postura de Guincho caracteriza-se pelo uso da segunda alternativa, uma vez que o porco dispara várias notícias - em grande parte falsas - aos outros animais, deixando-os saturados e confusos.

Orwell, no ensaio *Propaganda* (2017a, p. 84-86), publicado em sua coluna *As I Please*, do quinzenário *Tribune*, afirma que as pessoas podem, por períodos extensos, permanecer passivas diante de evidentes mentiras, uma vez que se esquecem, de um dia para o outro, do

que foi veiculado, ou porque se encontram sob “um bombardeio tão constante de propaganda que ficam anestesiadas para tudo que acontece”.

Tal comportamento é retratado com muita precisão em *A Fazenda dos Animais*. Primeiro porque os bichos parecer ter, de fato, uma memória fraca, esquecendo-se com facilidade dos acontecimentos passados. Em segundo lugar, porque há uma presença quase fúngica de Guincho por todos os cantos da fazenda, sempre disparando o que hoje chamaríamos de *fake news*, ou, ainda, tentando justificar as atrocidades de Napoleão.

O porco, ao sobrepor informações, corroborando-as e depois desmentindo-as, causa uma enorme confusão na cabeça dos outros bichos. Os fatos ficam atravessados e nebulosos, gerando uma grande dificuldade para compreender o que é real e o que não é.

Ao longo da obra, essa sensação é experienciada pelos animais por diversas vezes. Uma delas é quando Napoleão anuncia que começará a comercializar com as fazendas vizinhas. Nesse momento, os animais questionam-se sobre a resolução passada na noite da rebelião acerca da não-comercialização com seres humanos. Imediatamente, Guincho trata de manipular os fatos:

Depois, Guincho percorreu a fazenda para tranquilizar os bichos. Garantiu-lhes que a proibição de praticar comércio e usar dinheiro jamais fora aprovada, nem sequer proposta. Aquilo era pura imaginação, talvez originada das mentiras espalhadas por Bola de Neve. Alguns animais ainda estavam um pouco em dúvida, mas Guincho, astucioso, perguntou-lhes: “Vocês têm certeza que não sonharam isso, camaradas? Existe algum registro dessa decisão? Isso foi escrito em algum lugar?”. E, como sem dúvida era verdade que não havia nada escrito, os bichos se convenceram de que estavam equivocados. (ORWELL, 2020, p. 78).

Em outro momento, Guincho precisa convencer os bichos de que Napoleão fora o idealizador da construção do moinho de vento, ainda que o tirano tivesse se declarado contra o empreendimento desde o início e, até mesmo, urinado sobre os papéis de seu projeto:

Naquela noite, Guincho explicou reservadamente aos outros animais que na verdade Napoleão nunca se opusera à ideia do moinho. Pelo contrário, ele é que havia lançado a ideia no início, e o projeto que Bola de Neve desenhou no soalho da incubadora fora na verdade roubado dos papéis de Napoleão. Por que, então, perguntou alguém, ele se pronunciara de modo tão categórico contra a ideia? Guincho assumiu uma expressão muito matreira. Isso, explicou, fora esperteza do camarada Napoleão. Ele *finjiu* se opor ao moinho apenas como uma manobra para se livrar de Bola de Neve, que era um mau elemento e uma influência perigosa. [...] Tratava-se, explicou Guincho, de uma coisa chamada estratégia. (ORWELL, 2020, p. 73).

Os fatos são, portanto, completamente subvertidos pelo porta-voz de Napoleão, a fim de confundir a mente dos animais e de fazê-los acreditar numa verdade reinventada. A ideia por

trás dessa atitude é a de que a manipulação daquilo que já passou torna mais fácil o controle do que está por vir.

Ao tratar do assunto, mais uma vez na coluna *As I Please*, com o ensaio *História e Mentiras* (2017b, p. 69), Orwell aponta: “o que é realmente assustador quanto ao totalitarismo não é que cometa ‘atrocidades’, mas que agrida o conceito de verdade objetiva: ele proclama que controla o passado tão bem quanto o futuro.”

Nesse cenário, é evidente que a manipulação de fatos anteriores causa uma confusão generalizada sobre a realidade. Aproveitando-se dessa imprecisão, a propaganda dispara “verdades” recriadas, associando-as a métodos que implementam o terror (rosnar dos cachorros, por exemplo) e a técnicas de convencimento, como o balançar do rabinho - recurso persuasivo muito utilizado por Guincho.

Os artifícios retóricos levam o público a aceitar afirmações que, muitas vezes, não são mencionadas de forma clara e direta no discurso. Nessas situações, é comum o orador desenvolver artimanhas linguísticas para facilitar a persuasão, tais como eufemismos, ideias de comunhão, metáforas, interrogações retóricas, entre outros (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 730).

Não é difícil localizar esses artifícios nos discursos de Guincho. Quando a quantidade de ração dos animais é reduzida, por exemplo, o porco justifica o fato como mero “reajuste”, a fim de suavizar o impacto da notícia. Além disso, para que sua fala não seja refutada, ele faz uso de incontáveis dados estatísticos, difíceis de serem compreendidos pelos bichos:

Por ora, era bem verdade que se tornara necessário reajustar as rações (Guincho sempre falava em “reajuste”, jamais em “redução”), mas em comparação com os tempos de Jones as coisas haviam melhorado muitíssimo. **Lendo as cifras depressa** [a rapidez é, aqui, utilizada para que os animais não tenham tempo de questionar os dados], com uma voz estridente, **provou-lhes em detalhe** que agora havia mais aveia, mais feno e mais nabos do que no tempo de Jones; que o expediente de trabalho era mais curto; que a água para beber era de qualidade superior [...]. **Os bichos acreditavam em tudo o que ele dizia.** (ORWELL, 2020, p. 108).

Sobre o uso de argumentos relacionados a uma documentação abundante, deve-se observar que essa é uma técnica muito utilizada por assembleias e comitês políticos, nos quais o orador faz os ouvintes sentirem-se desorientados com o excesso de informações e dados estatísticos, para depois apresentar-lhes uma interpretação/solução simples, geralmente aceita com prontidão e alívio (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 730). Quando Guincho faz uso do método, é exatamente este o resultado que obtém: aceitação inadvertida.

Outro recurso bastante utilizado pelo porco é a ideia de comunhão, relacionada ao “padrão” de igualdade que os animais esperavam ter entre si. O elemento mais notável desse artifício é o uso do termo “camarada(s)”, que aparece noventa e sete vezes ao longo do livro. A definição do vocábulo, de acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2009), é a seguinte:

Camarada *adj.2g.* (1610) **1.** que expressa, demonstra ou resulta de sentimento de companheirismo, amizade, simpatia. **2. p.ext.** que expressa um favor esp. concedido. **3. fig.** que é favorável, propício; bom, agradável. • *s.2g.* **4.** pessoa que convive ou coabita com outra, esp. dormindo no mesmo recinto, ou com a qual se têm atividades em comum; companheiro, colega. **5. p. ext.** amigo íntimo, fraterno. **6. B infrm.** companheiro de armas, de batalhão, de regimento etc.; soldado [...].

“Camarada” é a tradução literal da palavra “*comrade*” - utilizada na obra original -, que apresenta a seguinte etimologia:

camarada (subst.), 1590: “aquele que compartilha o mesmo quarto”, daí “um companheiro íntimo”; do Francês Médio “*camarade*” (séc. 16); do Espanhol “*camarada*”, que significa “companheiro de quarto”; ou do Italiano “*camerata*”, que significa “um parceiro”; do latim “*camera*”, que significa “sala abobadada, câmara”. Em Espanhol, substantivo coletivo que se refere à própria empresa. No século 17, poderia ser a palavra “*comrogue*” escrita jocosamente errado. Usado desde 1884 por socialistas e comunistas como um prefixo de um sobrenome para evitar “Senhor” e outros títulos semelhantes. (HARPER, 2020, tradução livre).¹⁶

Dessa maneira, ao empregar o termo para se dirigir aos demais animais, Guincho insinua uma aproximação amigável, íntima e cordial de sujeitos que supostamente dividem de maneira igualitária um mesmo espaço. A ideia, evidentemente, é promover uma relação de familiaridade, na qual os bichos sintam-se parte de um todo homogêneo, livre de desigualdades.

Por outro lado, não devemos esquecer as correlações históricas da obra com a ideologia dominante na União Soviética. Conforme visto no verbete etimológico acima, o termo “camarada” (em russo: “*továrisch*”) começou a ser empregado, como forma de tratamento, pelos socialistas e comunistas russos a partir de 1884, a fim de substituir títulos como “senhor”.

Ainda, segundo Manáev (2019), após a Revolução de 1917, os bolcheviques adotaram a referida palavra como modo universal de tratamento aos correligionários e demais comunistas. Não ser um *továrisch* era um insulto entre eles. Na década de 1930, “esse insulto

¹⁶ Texto original: comrade (n.) 1590s, "one who shares the same room," hence "a close companion," from Middle French camarade (16c.), from Spanish camarada "chamber mate," or Italian camerata "a partner," from Latin camera "vaulted room, chamber" (see camera). In Spanish, a collective noun referring to one's company. In 17c., sometimes jocularly misspelled comrogue. Used from 1884 by socialists and communists as a prefix to a surname to avoid "Mister" and other such titles.

também podia se tornar letal, pois carregava, intrinsecamente, a acusação de que a pessoa não era comunista, constituindo, portanto, um inimigo da ideologia”.

Dessa forma, tratar os animais como “camaradas”¹⁷ evoca uma ideia de união e igualdade, tanto no sentido etimológico quanto no ideológico. O orador, ao utilizar o termo, aproxima-se de seus ouvintes. Essa manobra faz Guincho receber credibilidade, gerando, conseqüentemente, uma maior confiança em seu discurso.

Ainda, deve-se falar do uso cirúrgico de interrogações retóricas, que estão sempre presentes nas mensagens do porco. Geralmente, as perguntas fazem alusão ao passado sombrio da Fazenda, funcionando como um instrumento de propagação do medo; elas até mesmo são utilizadas para implantar confusão na mente dos animais. Nesse sentido, são comuns frases como: “Será que alguém quer Jones de volta?” ou “Por certo vocês se lembram disso, pois não, camaradas?”.

Todos esses mecanismos são utilizados com evidente intenção manipulatória. A propaganda opera de maneira extremamente consistente e premeditada, e a população é levada a crer cegamente naquilo que está sendo dito. Com o auxílio de técnicas violentas, como o rosnar ameaçador dos cães, é possível cercear mais facilmente as possibilidades de revoltas e questionamentos.

Além disso, é válido considerar que, no caso da obra em análise, o governo detém o monopólio da informação. Guincho é o único a veicular as notícias dentro da Fazenda. A exclusividade da função colabora para tornar a população mais vulnerável ao domínio do governante. Nesse sentido:

Na falta de acesso a fontes alternativas de informação, deixará de existir a possibilidade estruturada da crítica e da contestação pública. Quanto mais absoluto for o monopólio, tanto mais a supressão da informação acerca de um fato se tornará, por assim dizê-lo, supressão do próprio fato; as distorções e avaliações unilaterais convertem-se em fatos e valores indiscutíveis; e a própria mentira, repetida constantemente e não contestada, se converte em verdade. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 731).

Por fim, a agenda de manipulação invade a esfera da infância, quando os filhotes nascidos na Fazenda passam a ser entregues diretamente a Napoleão, que fica responsável por educá-los:

No outono, as quatro porcas tinham parido quase ao mesmo tempo, produzindo um total de trinta e um leitões. Eles eram malhados, e como Napoleão era o único porco reprodutor da fazenda, era fácil adivinhar quem era o pai. Foi anunciado mais tarde, depois da compra de tijolos e madeira, que no jardim da casa seria construída uma

¹⁷ Na contemporaneidade, o equivalente da expressão “camarada” é o termo “companheiro”.

escola. Por ora quem instruía os leitões era o próprio Napoleão, na cozinha da casa. Eles se exercitavam no jardim, e eram aconselhados a não brincar com os outros filhotes (ORWELL, 2020, p. 108-109).

Nessa passagem, fica nítida a intenção de Napoleão de doutrinar as crianças para que, quando crescidas, continuem sustentando o regime. Se analisássemos a atitude do líder sob a ótica foucaultiana (1987) - exclusivamente acerca da temática disciplinar - poderíamos dizer que o papel da instituição escolar, nesse caso, estaria atrelado a uma necessidade de adestramento da população. A ideia retoma uma fala anterior de Guincho, na qual o porco bradava: “Bravura não basta! [...] Lealdade e obediência são mais importantes. [...] Disciplina, camaradas, disciplina férrea! Essa é a nossa palavra de ordem hoje.” (ORWELL, 2020, p. 72).

Nesse sentido, a necessidade de condicionar o comportamento dos mais jovens, por meio da escola, está diretamente relacionada à manutenção do regime. Há uma expectativa por parte da camada dominante de que a disciplina adquirida no ambiente escolar seja posteriormente refletida no campo de trabalho. Para os detentores do poder continuarem nessa posição, é preciso haver uma mão-de-obra perfeitamente disciplinada.

Contudo, é importante notar que os leitões – possivelmente, filhotes de Napoleão – são educados em ambiente escolar diferente daquele frequentado pelos demais bichos. Ao contrário, quem os educa é o próprio Líder, na cozinha da residência. O questionamento que se faz, aqui, é: qual a razão dessa diferenciação? A resposta parece óbvia: enquanto uns são educados para obedecer, os outros são educados para mandar. Evidentemente, essa é uma das formas encontradas para que o regime ultrapasse os limites fisiológicos da pessoa do Líder e se perpetue no tempo.

Diante do que foi exposto, o que se nota é a forma como a manipulação opera em diferentes níveis dentro de um regime totalitário, compreendendo um processo discursivo cujo alcance vai desde a propagação de notícias falsas até o treinamento disciplinar. Conseqüentemente, o sistema propagandístico sustenta a difusão do terror e cerceia as possibilidades de rebelião, levando a população a uma cega adesão ao regime, exatamente como ocorre com os bichos de *A Fazenda dos Animais*.

4.5 Fanatismo

O processo de dominação experienciado pelos bichos da Fazenda dos Animais está envolvido num paradoxo instigante: a fraude instituída pelos porcos é, ao mesmo tempo, velada e escancarada. Existe uma preocupação dos suínos em não deixar os demais bichos perceberem

a intensa manipulação, mas também há uma ação desinibida que pode nos fazer questionar várias vezes ao longo do livro: “como eles não percebem o que está acontecendo?”

George Orwell certa vez publicou uma resenha literária no *The New Statesman and Nation*, criticando a dificuldade das pessoas em se esforçarem para checar a veracidade de fatos veiculados. Na publicação, Orwell escreve sobre o dia em que boa parte da população norte-americana entrou em estado de completo pânico ao ouvir uma peça radiofônica cujo conteúdo – evidentemente fictício – versava sobre uma violenta invasão de marcianos aos Estados Unidos. O escritor conta que algumas das pessoas tomadas pelo pavor só souberam do “ataque” por meio de vizinhos; outras, inclusive, sabiam que se tratava de uma peça radiofônica, mas, mesmo assim, entraram em desespero.

Na resenha, Orwell menciona uma pesquisa que teria sido feita para identificar os motivos do pânico generalizado:

A pesquisa não sugere nenhuma explicação abrangente para o pânico. Apenas constata que as pessoas mais suscetíveis de serem afetadas eram os pobres, os menos instruídos e, sobretudo, aqueles que enfrentavam problemas financeiros ou eram infelizes no âmbito privado. A conexão evidente entre infelicidade pessoal e prontidão para aceitar o inacreditável é aqui o achado mais interessante. Comentários do tipo “tudo está tão errado no mundo que qualquer coisa poderia acontecer” [...] são respostas surpreendentemente comuns ao questionário. [...]. É um estado de espírito que levou nações inteiras a se lançar nos braços de um Redentor. (ORWELL, 2020b, p. 42).

A interessante conclusão do escritor dialoga, de certa forma, com a ideia de atomização do homem moderno, discutida por Hannah Arendt em *As origens do totalitarismo* (1998). Como abordado anteriormente, a filósofa aponta a sensação de vazio existencial experimentada pela população europeia do início do século 20 como fator fundamental para o processo de massificação que culminou no fenômeno totalitário.

A consequência dessa atomização foi o surgimento de uma população suscetível a um discurso conspiracionista e a um movimento salvador. Com a massa formada, os artifícios de manipulação ganharam força e os regimes totalitários se firmaram, legando à humanidade a triste lembrança de uma época sombria.

Diante desse contexto, importa considerar que todas as engrenagens da máquina totalitária operam em torno de um conformismo generalizado. Aproveitando-se de uma sociedade desestabilizada, o líder totalitário induz ao fanatismo e sobrevive dele. Nesse sentido, tudo o que foi discutido até aqui trabalha, em conjunto, para que o regime se instaure e permaneça operante: o discurso salvacionista, a instauração de um inimigo comum, o culto ao líder, a manipulação propagandística e, principalmente, o uso do terror psicológico e físico.

Todos os artifícios mencionados giram em torno do objetivo de criar uma população conformada e fanática. O fanatismo, nesse ponto, torna-se imune à verdade. Nas palavras de Arendt (1998, p. 358), “dentro da estrutura organizacional do movimento, enquanto ele permanece inteiro, os membros fanatizados são inatingíveis pela experiência e pelo argumento.”

Tal fato invariavelmente responde à pergunta inicial. Os animais não percebem o que está acontecendo diante de seus olhos por serem vítimas do conformismo e do fanatismo implementados pelo regime. Nesse ponto, os fatos deixam de ser suficientes para desnudar a realidade. As palavras do líder – diretas ou intermediadas por seus porta-vozes – passam a ter maior credibilidade do que os fatos vistos com os próprios olhos.

Um exemplo nítido dessa situação é colocado quando os boatos sobre as traquinagens de Bola de Neve são amplamente difundidos entre os habitantes da fazenda e, mesmo após uma comprovação fática de aquilo não era verdade, os bichos continuam a acreditar na mentira:

Se uma vidraça se quebrava ou um ralo entupia, alguém dizia que Bola de Neve tinha entrado na fazenda à noite e feito aquilo; e quando se perdeu a chave do depósito, todos os bichos se convenceram de que Bola de Neve a havia jogado no fundo do poço. **Curiosamente, continuavam a acreditar nisso mesmo depois que a chave foi encontrada debaixo de uma saca de farinha.** (ORWELL, 2020, p. 86).

Dessa forma, é possível compreender, a partir de *A Fazenda dos Animais*, como o mecanismo totalitário opera dentro de determinada sociedade. Todos os artifícios de manipulação trabalham para o líder permanecer no poder sem grandes interferências. Evidentemente, o poder não questionado torna-se irrestrito, abrindo espaço para graves violações de direitos. É o que se verá no próximo capítulo.

5 DIREITO DE VIOLAR DIREITOS: AS FACES JURÍDICAS DE A FAZENDA DOS ANIMAIS

Muitos caminhos podem ser tomados para discutir *A Fazenda dos Animais* sob a ótica jurídica. É possível, por exemplo, tecer análises especialmente técnicas, abordando conceitos inerentes à prática forense. Por outro lado, também é viável - e até mais comum - explorar temas universalizantes dentro da obra, como o próprio conceito de Justiça.

O presente estudo, por óbvio, não se propõe a esgotar todas as possibilidades advindas dessa interdisciplinaridade, até mesmo por entender que elas são infundáveis, uma vez que há o surgimento, de tempos em tempos, de novas circunstâncias jurídico-sociais passíveis de serem analisadas em consonância com a narrativa ficcional. Contudo, considerando o ponto ao qual se pretende chegar, entende-se necessário o enfrentamento de questões jurídicas variadas dentro do texto, que englobam tanto aspectos técnicos, quanto aspectos universais da matéria forense.

Assim, o objetivo deste capítulo é promover uma reflexão temática sobre a obra, o que será feito por meio da investigação de temas jurídicos presentes no início, no meio e no fim do processo revolucionário. Dessa maneira, serão discutidos os vieses legais impulsionadores da revolução dos animais, aqueles que contribuíram para que sua fixação e os que convergiram para a sua subversão.

Espera-se esclarecer, pelo menos em parte, a contribuição de George Orwell para o entendimento da funcionalidade do direito quando este opera de acordo com a conveniência do mais forte.

5.1 A violência fundadora da lei

A leitura de *A Fazenda dos Animais*, quando feita com uma lente emprestada ao Direito, pode identificar no estabelecimento do Animalismo e de seus Sete Mandamentos o primeiro grande tema propriamente jurídico no contexto da obra. E, de fato, o é. Todavia, é interessante abordar a questão partindo, não de seu conteúdo imediato, mas sim das circunstâncias jusfilosóficas que envolvem a sua própria fundação.

Nesse sentido, é válido questionar: quais matérias de ordem jurídica podem ser suscitadas antes mesmo da instauração dos Sete Mandamentos na fazenda dos bichos? De que forma o ato revolucionário, em si, dialoga com o Direito? Pode-se falar em *violência* na criação de um novo ordenamento jurídico, ainda que esse seja teoricamente mais benéfico que o anterior?

Para responder tais questões, é imprescindível retomar o momento em que a rebelião acontece na Fazenda do Solar. No início da história, há um contexto prévio de descontentamento coletivo, em que a população - no caso, o grupo de animais - encontra-se severamente explorada por Jones, seu dono humano.

Os abusos sofridos pelos bichos são apresentados ao longo do discurso do Velho Major, que enfatiza as péssimas condições de trabalho e reforça a completa ausência de qualidade de vida dentro da fazenda:

[...] Sejamos realistas: levamos uma vida infeliz, curta e de muito trabalho. Nascemos; só recebemos o mínimo de comida que nos mantenha vivos; e aqueles de nós que podem trabalhar são obrigados a labutar até esgotar por completo suas forças; e tão logo deixamos de ser úteis, somos abatidos com uma crueldade nefanda. (ORWELL, 2020, p. 37).

Fica nítido, na referida passagem, não haver a mínima dignidade na existência dos indivíduos, fato que torna suas vidas excruciantes. O discurso de Major é responsável por despertar-lhes a consciência nesse sentido, fazendo-os desenvolver um profundo sentimento de revolta diante da exploração sofrida. O estopim da insatisfação, na narrativa, se dá quando Jones deixa os bichos passarem fome:

Chegou o mês de junho, e o feno estava quase a ponto de ser cortado. Na véspera do solstício de verão, que caiu num sábado, o sr. Jones foi a Willingdon e tomou tamanho porre na taverna Ao Leão Vermelho que só voltou para casa ao meio-dia de domingo. Os homens haviam ordenhado as vacas de manhã cedinho e depois foram caçar coelhos, sem se dar ao trabalho de alimentar os bichos. Tão logo chegou em casa, o sr. Jones foi dormir no sofá da sala de estar, cobrindo o rosto com o jornal *News of the World*, e assim, quando anoiteceu, os animais continuavam sem comer. Por fim, deram o basta. Uma das vacas arrebentou a chifradas a porta do celeiro onde ficava a comida, e todos os bichos começaram a se servir no depósito (ORWELL, 2020, p. 45-46).

A partir desse momento, a revolução se instaura. A conjuntura de completo caos, decorrente da exploração e do descaso de Jones para com os animais, torna insustentável a sua manutenção no poder. Tendo esse cenário em vista, o levante revolucionário torna-se inevitável e legítimo.

Henry David Thoreau, ao discorrer sobre a desobediência civil (1997), afirma, em determinado momento, que o direito de revolução é reconhecido por todos e que ocorre a partir de uma recusa de lealdade do povo ao governo quando sua ineficiência se torna insuportável. A resistência, nessa situação, legitimaria-se no momento em que as condições de vida criadas pelo detentor do poder chegassem ao limite do tolerável.

É possível mencionar, nesse ponto, o chamado *direito de resistência*, que é definido, por Maria Helena Diniz (2005), como aquele pertencente ao cidadão para que este, em determinadas condições, recuse-se a obedecer e se oponha a normas injustas e à opressão. De acordo com a jurista, tal direito concretiza-se pela aversão a preceitos legais discordantes da noção popular de justiça; pelo desrespeito, por parte do governante, à ideia de direito da qual procede o poder exercido por ele; e pela vontade de se estabelecer uma nova ordem jurídica na comunidade. Assim,

a resistência é legítima desde que a ordem que o poder pretende impor seja falsa, divorciada do conceito ou ideia de direito imperante na comunidade. O direito de resistência não é um ataque à autoridade, mas sim uma proteção à ordem jurídica que se fundamenta na ideia de um bem a realizar. Se o poder desprezar a ideia do direito, será legítima a resistência, porém é preciso que a opressão seja manifesta, intolerável e irremediável (DINIZ, 2005, p. 181).

Nesse sentido, o que é suscitado no discurso do Velho Major é precisamente a situação de injustiça à qual os animais estão submetidos. Há, supostamente, uma ordem jurídica vigente na fazenda que, apesar de não ser mencionada de maneira direta no texto, permeia as relações entre bichos e homens. Essa ordem, na visão dos animais, estaria subvertida, pois nela não há equilíbrio e muito menos justiça. Daí surge a vontade de estabelecer um novo ordenamento jurídico, cuja instauração, no caso em apreço, só seria possível por meio de uma revolução.

Do ponto de vista teórico, a força revolucionária, enquanto manifestação de ruptura com a ordem pré-estabelecida, inaugura um novo direito. Para Walter Benjamin (1986), a instauração desse novo direito - manifestado como uma racionalidade objetiva - dá-se, inevitavelmente, por meio de uma violência.

Para desenvolver tal raciocínio, Benjamin resgata, inicialmente, os preceitos do jusnaturalismo, segundo os quais o direito ganharia validade ao ser composto por normas e valores intrinsecamente atrelados à justiça. Nesse sentido, a lei, entendida como algo naturalmente justo, passaria a legitimar todos os meios que agissem de acordo com o seu próprio fim.

Em outras palavras, o uso da força - aqui entendida como violência - estaria justificado se pautado num objetivo legítimo, legal. Como a lei, no aspecto do direito natural, é sempre justa, então qualquer ato violento embasado nela encontraria validade.

Nessa concepção, todavia, não há espaço para uma avaliação crítica da violência, uma vez que ela sempre está fundamentada em fins que não são passíveis de discussão, sendo, por si própria, um produto da natureza. Benjamin, então, passa a analisar o emprego da força diante da corrente jusfilosófica do positivismo.

Para o direito positivo, a violência não é um elemento natural; ao contrário: o que se nota nele é uma tendência à dissociação entre os conceitos de direito e de força. É interessante compreender que, aqui, não se fala mais em uma ordem genuinamente justa, mas em uma ordem que encontra validade dentro de seu próprio rito, dentro de seu próprio ordenamento. Nesse contexto, surge a necessidade de um sistema racional capaz de garantir a correção dos meios para que os fins sejam justos. Assim, se a norma é válida por si só, qualquer uso da violência conforme os limites legais estará justificado.

A conclusão a que Benjamin chega, portanto, é a de que o jusnaturalismo faz uma avaliação de qualquer direito existente somente pela crítica de seus fins, enquanto o positivismo jurídico a faz somente pela crítica de seus meios. Dessa maneira, o direito natural legitima os seus meios com base na justiça de seus fins; e o direito positivo assegura a justiça de seus fins através da legitimidade de seus meios (BENJAMIN, 1986). Isso quer dizer que ambas as tradições enxergam a violência dentro do direito como um exercício legítimo da autoridade. Dessa maneira, para Benjamin, “a institucionalização do direito é a institucionalização do poder e, nesse sentido, um ato de manifestação imediata da violência.”

Ao analisar o texto de Benjamin, Jacques Derrida (2010), procura, por meio de sua desconstrução, promover uma desmontagem da noção de uso legítimo da violência. Partindo da ideia de que o direito não é outra coisa senão o conjunto normativo que convém aos detentores do poder, o filósofo afirma não existir um fundamento genuinamente racional no ordenamento jurídico, uma vez que a própria autoridade da lei é desprovida de fundamento.

Nesse sentido, o que existe, segundo ele, é apenas uma crença nas leis. A autoridade legal está apoiada em si mesma. Se não há uma fundamentação por trás dessa autoridade, se o que se tem é apenas um fundamento místico pautado na crença da lei, o direito é uma violência - e uma violência sem fundamento.

Na lógica derridiana, a criação da lei é pautada num ato de força imediato, que, justamente por inaugurar um novo ordenamento jurídico, não pode ser julgado justo ou injusto. Ocorre, portanto, uma performatividade da linguagem e do próprio direito em sua fundação (SCAPINI, 2010, p. 50). Dessa forma, esse momento decisivo - o da instauração do direito - não é constituído por uma ordem pré-estabelecida, mas sim pela crença na autoridade da lei inaugurada. Daí a expressão “fundamento místico da autoridade”.

Dentro de toda instauração de um novo direito, evidentemente existe um contra-discurso ao discurso político-jurídico hegemônico vigente. Assim, a violência - que não é, nesse contexto, necessariamente ruim - começa a ser notada já no discurso revolucionário que aponta para uma ruptura. Em outras palavras, para que a nova ordem seja instaurada, é necessário que

a antiga seja deposta, seja banida - e isso ocorre por meio da violência, seja ela física ou de qualquer outro gênero.

Dessa maneira, todo direito, no momento de sua instauração, é violento. Ele já nasce inserido num caráter violento. E, ao se instaurar, o novo corpo jurídico pretende-se legítimo, seja de um ponto de vista positivista ou jusnaturalista.

O Animalismo funda, por essa lógica, um novo direito na Fazenda. E o faz de maneira violenta, pois é, ao mesmo tempo, constituinte e constituído, uma vez que se constrói de forma independente, rompendo vínculos com o regime anterior. É um ordenamento que estabelece, de maneira livre, suas próprias normas, sem estar ligado ou subordinado ao crivo de uma justiça preexistente.

Assim, os Sete Mandamentos fundam o seu próprio raciocínio jurídico e nele se estruturam. Isso não quer dizer que, posteriormente à sua instauração, o conjunto normativo se sustentará sozinho. Ao contrário, o que ocorre é uma constante alteração dessas normas de acordo com os interesses do grupo dominante, como se verá em momento oportuno.

Por enquanto, o que se verifica na obra é a existência de uma *força violenta*, que i) nasce no discurso, ii) se desenvolve no ato revolucionário e iii) se solidifica na criação de um novo ordenamento jurídico.

No âmbito do enunciado, há uma fala substancialmente violenta por parte do Velho Major, que aponta para uma completa ruptura nas relações dos animais com a espécie humana. Essa fala encabeça os atos revolucionários, os quais, por sua vez, são igualmente violentos, até mesmo no sentido físico - e não haveria como ser diferente na situação posta, pois, como visto, os animais estavam no exercício de seu direito de resistência. E, então, a onda violenta deságua no estabelecimento de uma nova ordem jurídica, que também é sustentada pelo uso da força - no sentido derridiano do termo.

Dito isso, conclui-se que a obra lança um olhar sobre o processo violento inerente a certas revoluções, desde o seu planejamento discursivo até a sua solidificação jurídica. Contudo, mais importante do que retratar a violência da revolução, o livro escancara as circunstâncias que podem e que inevitavelmente irão legitimá-la. Dessa forma, abrem-se possibilidades para diferenciar a legitimidade do levante revolucionário e a legitimação de suas posteriores subversões.

5.2 Os Sete Mandamentos do Animalismo sob o aspecto constitucional

Logo após o triunfo dos animais sobre Jones e seus capangas na rebelião, dois comportamentos são notados na rebatizada Fazenda dos Animais. O primeiro é a imediata destruição dos instrumentos utilizados para a sua exploração, como chicotes e cabrestos, em nítida referência à destruição dos meios de produção, proposta por Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista* (2014). Em segundo lugar, o que se vê é um estado de profunda euforia coletiva, regado a muitas comemorações e festividades, pois os animais acreditam verdadeiramente na melhora de suas condições de vida dali para frente.

Com o rompimento do sistema anterior, no entanto, os bichos esbarram-se na necessidade de reorganização do corpo social, pois precisam regulamentar a vida na fazenda de acordo com as suas próprias aspirações e necessidades, colocando fim ao período de caos e sofrimento.

Por essa razão, no dia seguinte ao levante, os porcos convocam todos os animais para uma reunião e apresentam-lhes os “Sete Mandamentos do Animalismo”, que são prontamente escritos à tinta na parede do celeiro:

OS SETE MANDAMENTOS

1. Tudo o que anda com duas pernas é inimigo.
 2. Tudo o que anda com quatro pernas ou tem asas é amigo.
 3. Nenhum animal usará roupas.
 4. Nenhum animal dormirá em cama.
 5. Nenhum animal beberá álcool.
 6. Nenhum animal matará outro animal.
 7. Todos os animais são iguais.
- (ORWELL, 2020, p. 49).

O conjunto de normas, de acordo com Bola de Neve e Napoleão, constituiria a “**lei inalterável** a ser seguida por **todos** os moradores da Fazenda dos Animais **por todo o sempre**” (ORWELL, 2020, p. 49). Nesse ponto, algumas considerações devem ser feitas.

Primeiramente, é necessário compreender o lugar que os Sete Mandamentos ocupam na narrativa. Eles são apresentados, pelos porcos, como um “resumo” dos princípios embaixadores do Animalismo. Dessa forma, configuram uma espécie de codificação do extenso discurso do Velho Major. Sua natureza legal é expressamente assumida e colocada em posição de superioridade: trata-se da **lei** que **deve reger a vida** na fazenda dali para frente. Consequentemente, esse fato a coloca como o conjunto normativo fundamental e supremo daquele Estado, ao qual se vincula todo o resto.

De acordo com Hans Kelsen (2000), uma Constituição, entendida no sentido jurídico-positivo do termo, ocupa a posição máxima dentro de um ordenamento jurídico, sendo a manifestação mais elevada de uma lei nacional. Seguindo essa linha de raciocínio, pode-se dizer que os Sete Mandamentos assumem, dentro dos limites da narrativa, um caráter análogo ao constitucional.

Contudo, é arriscado afirmar que se trata de uma manifestação constitucional plena, uma vez que não se verifica, entre os mandamentos, qualquer imposição de limites ao exercício do poder. Nesse sentido, é válido recuperar o conceito cunhado por Canotilho (2003) acerca do constitucionalismo, que pode ser definido como

uma teoria (ou ideologia) que ergue o princípio do governo limitado indispensável à garantia dos direitos em dimensão estruturante da organização político-social de uma comunidade. Neste sentido, o constitucionalismo moderno representará uma técnica específica de limitação do poder com fins garantísticos. (p. 51).

De acordo com essa visão, a garantia de direitos dentro de uma comunidade só é possível se o poder for limitado. No caso dos Sete Mandamentos do Animalismo, essa limitação não existe - fato que pode ter contribuído para a ascensão do regime de Napoleão.

É certo que se poderia sustentar uma restrição implícita ao exercício do poder nos dois primeiros mandamentos. Todavia, essa limitação é direcionada, única e exclusivamente, à espécie humana. Ao afirmar que tudo o que anda sobre duas pernas é inimigo, a norma impõe-se contra o domínio humano, mas nada fala sobre o poder exercido pelos próprios animais, pois, de acordo com o segundo mandamento, todos eles são amigos, isto é, não representam perigo algum.

Não à toa, os bichos prontamente acatam as novas leis, sem questioná-las. Muitos deles sequer compreendem seu significado, limitando-se apenas a memorizá-las e repeti-las por horas a fio.

Um outro ponto que deve ser observado é o caráter perene que os porcos imputam aos Sete Mandamentos. Para defini-los, são utilizadas expressões como “lei inalterável” e “para todo o sempre”. Aqui, se entendermos os mandamentos como uma Constituição - no sentido jurídico-positivo de Kelsen -, podemos classificá-los como fixos ou silenciosos.

Nesse sentido, uma Constituição fixa é aquela que somente pode ser modificada por um poder de competência igual àquele que a fundou, isto é, o poder constituinte originário. “São conhecidas como constituições silenciosas, porque não estabelecem, expressamente, o procedimento para sua reforma” (CARVALHO, 2009, p. 274-275).

Assim, por serem fixos, os Sete Mandamentos só poderiam sofrer alterações se houvesse um novo poder constituinte originário, ou seja, se fossem completamente refundados. Não é o que ocorre, no entanto. Ao longo da história, seu caráter pétreo é profusamente ferido pela arbitrariedade de Napoleão, a partir de um processo totalmente antidemocrático.

E de que democracia se pode falar em *A Fazenda dos Animais*?

5.3 Democracia em *Animal Farm*

É certo que o assunto principal da narrativa de Orwell é o totalitarismo. E, como se viu anteriormente, essa espécie de regime vai de encontro aos preceitos da Democracia. Contudo, por representar seu exato oposto, algumas questões de cunho democrático podem e devem ser levantadas dentro da obra.

Terminologicamente, o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2009) define a palavra democracia como “governo em que o povo exerce a soberania”, conceituando-a, ainda, como “sistema político em que os cidadãos elegem os seus dirigentes por meio de eleições periódicas” e como “regime em que há liberdade de associação e de expressão e no qual não existem distinções ou privilégios de classe hereditários ou arbitrários”.

Na concepção clássica, o termo está diretamente associado a uma ideia de *isonomia*, isto é, de igualdade. De acordo com Bobbio, Mateucci e Pasquino (1998),

Uma das primeiras disputas de que se tem notícia em torno das três formas de Governo é narrada por Heródoto (III, 80-83). Otane, Megabizo e Dario discutem sobre a futura forma de Governo da Pérsia. Enquanto Megabizo defende a aristocracia e Dario a monarquia, Otane toma a defesa do **Governo popular, que segundo o antigo uso grego chama de *Isonomia*, ou igualdade das leis, ou igualdade diante da lei.** (p. 320).

Contudo, deve-se ressaltar que a antiga democracia grega, apesar de seus ideais de igualdade na participação política, englobava apenas uma parcela da população. Aqueles que não eram considerados cidadãos, isto é, os escravos, as mulheres, entre outros, não tinham lugar na Ágora.

Ao longo do tempo, a discussão em torno do conceito de regime democrático passou a assumir diversas linhas teóricas, sendo ele, muitas vezes, diretamente associado à forma de governo republicana. Em Rousseau, sobretudo, o ideal republicano e o democrático coincidem perfeitamente na teoria sobre o *Contrato Social*, na qual há forte confluência entre a doutrina clássica da soberania popular e a ideia de República. Nesse ponto, a democracia repousaria na

concepção de um Estado fundado sobre o consenso e sobre a participação de todos na produção das leis. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998).

Mais tarde, no século 19, o debate sobre a atuação democrática passou a se desenvolver especialmente a partir do confronto entre liberalismo e socialismo. De um lado, escritores liberais, como Tocqueville e John Stuart Mill, posicionaram-se a favor da democracia representativa, na qual a participação política ficaria restrita a um grupo de representantes eleitos pelos cidadãos. De outro, alguns teóricos socialistas criticavam a democracia unicamente representativa, defendendo a retomada de alguns temas da democracia direta, como a extensão da participação popular da esfera política para a econômica (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998).

De todas as formas, os pilares da democracia sempre estiveram consubstanciados na noção de participação do povo nas decisões estatais, seja de maneira direta ou por meio de representantes eleitos. A atuação popular nesse tipo de regime, por sua vez, esteve continuamente pautada na ideia de isonomia, independentemente de sua natureza formal ou material.

A partir dos dados levantados, é possível identificar, em *A Fazenda dos Animais*, determinados elementos que podem ser discutidos sob a perspectiva democrática. Isso não significa, contudo, que tais elementos sejam essencialmente relacionados a uma democracia pura. Conforme se verá, a maioria deles subverte a lógica da soberania popular, resultando na ascensão de um governo inteiramente antidemocrático.

O primeiro ponto que se deve levar em consideração, para a análise, é o regime que antecede a revolução na fazenda. A figura de Jones representa um poder absoluto e autoritário. Na analogia histórica que a obra tece com o cenário russo, esse poder é representado pelo czar (em especial, o Czar Nicolau II). O ideal revolucionário concebido pelo Velho Major tem por objetivo derrubar esse regime e substituí-lo por uma ordem antagônica, nos mesmos parâmetros que as convicções socialistas pretendiam implementar na Rússia da primeira metade do século 20.

Na história de Orwell, contudo, embora estivessem submetidos ao governo tirano de Jones, os animais mantinham, entre eles, uma convivência democrática. Esse dado é extraído do relato do sonho de Velho Major. Na oportunidade, surge um questionamento acerca da posição social que os ratos ocupariam na virada revolucionária: deveriam eles ser considerados camaradas?

A decisão de que, sim, os ratos seriam camaradas, foi tomada a partir de uma votação submetida à assembleia dos bichos. A deliberação foi seguida de uma fala de Major, na qual

ele afirmava que nenhum animal deveria, jamais, tyrannizar outro. Ao final do discurso, o porco ancião proferiu aquele que viria a ser o grande lema da revolução: “todos os animais são iguais”.

A passagem evidencia um teor democrático, entre os animais, que já existia antes da revolução e que se pretende expandir em âmbito estatal após a expulsão de Jones. Muito embora tenha vacilado em relação aos ratos antes da votação, a ideia de igualdade entre os pares também está fortemente presente no discurso. Até essa altura da narrativa, portanto, todas as circunstâncias apontam para a instauração de um regime pautado nos ideais de isonomia, liberdade e soberania popular.

O que acontece após a morte do Velho Major, no entanto, indica a fragilização dessa estrutura. Nesse sentido, o narrador deixa claro que a tarefa de organizar a rebelião recai “naturalmente” sobre os porcos, pois eles eram os animais mais inteligentes da fazenda. Questiona-se, aqui, a forma como essa conclusão se dá. Os animais eram capazes de perceber que a inteligência dos porcos era superior à deles ou foram induzidos a acreditar nisso? Como a liderança foi assumida “naturalmente” pelos suínos?

O texto não fornece essas informações. Todavia, a redação ácida e irônica – que permeia toda a obra – deixa a porta aberta para interpretações no sentido de terem os porcos, por si próprios, colocado-se no poder.

Ainda, deve-se notar que não são quaisquer porcos que assumem a liderança. Napoleão e Bola de Neve são os únicos reprodutores da fazenda, portanto os mais poderosos do ponto de vista hierárquico. São eles os responsáveis pela propagação da espécie, o que certamente os coloca numa posição dominante. Os demais porcos, à exceção de Guincho, não exercem qualquer influência sobre os bichos, sendo, inclusive, mortos pelo governante mais adiante na história. Esse fato coloca em xeque o motivo pelo qual a liderança é assumida por Bola de Neve e Napoleão. Se os porcos realmente são os animais mais espertos, então por qual razão somente os dois reprodutores assumem o comando? A verdadeira motivação estaria, de fato, relacionada à capacidade intelectual ou à quantidade de poder que eles detêm?

Nota-se, a partir do questionamento proposto, que a vulnerabilidade do discurso isonômico e democrático já se revela antes mesmo da revolução. Os porcos assumem a postura de representantes dos animais, mas, em momento algum, a concessão consciente dessa representatividade é expressamente percebida na narrativa. Sequer há um processo eleitoral na ocasião – até porque os demais bichos nem se candidatar podiam. Assim, aquela deliberação ocorrida no episódio dos ratos não se repete na escolha dos líderes, ou, pelo menos, não nos é contada.

Mais tarde, após a revolução, volta-se a falar em assembleia na história. Trata-se de uma reunião dominical, realizada indefectivamente toda semana. Nela, os animais discutem os assuntos que acham pertinentes e planejam os trabalhos da semana seguinte. Todavia, somente os porcos têm o poder de propor resoluções. Os demais bichos apenas escutam e, eventualmente, votam. Nessa reunião semanal, Napoleão enfrenta Bola de Neve na disputa pelo governo. Contudo, a votação que elegeria Bola de Neve é golpeada pelo ataque premeditado de Napoleão, momento em que este se consagra como o novo líder da fazenda. Há, dessa forma, uma mitigação/anulação da prática democrática representada pela assembleia no contexto da narrativa.

Em outro momento, um pouco antes de Napoleão assumir o poder, os porcos reúnem os animais para apresentar-lhes os Sete Mandamentos do Animalismo. Nesse episódio, mais uma vez, não se vislumbra qualquer indício de participação democrática. A lei é simplesmente imposta e, por dialogar com o discurso do Velho Major, não recebe quaisquer objeções.

Nesse sentido, retomando-se o já discutido caráter de constitucionalidade dos Sete Mandamentos, é possível afirmar que, nos limites da narrativa, a “constituição” estabelecida pelos porcos foi outorgada e não promulgada. Uma constituição outorgada é aquela imposta, de forma unilateral, pelo agente revolucionário - um grupo ou um governante - que não recebeu do povo a legitimidade para em nome dele atuar; já a promulgada é fruto de uma assembleia constituinte eleita diretamente pelo povo, isto é, advinda de uma deliberação para representação popular legítima (LENZA, 2015, p. 158).

Dessa maneira, por não terem sido os porcos eleitos para deliberar sobre a legislação da fazenda, sua imposição é arbitrária, ainda que o conteúdo esteja de acordo com os princípios do Animalismo.

Além disso, é possível afirmar que, devido ao seu caráter revolucionário, os Sete Mandamentos do Animalismo podem ser considerados como a manifestação de um poder constituinte originário na fazenda, imposto pela liderança de Bola de Neve e Napoleão. Por poder constituinte originário, entende-se aquele que “instaura uma nova ordem jurídica, rompendo por completo com a ordem jurídica precedente”, cujo objetivo fundamental é “criar um novo Estado, diverso do que vigorava [anteriormente]”. (LENZA, 2015, p. 325). Nesse sentido:

A cada manifestação constituinte, editora de atos constitucionais como Constituição, Atos Institucionais e até Decretos [...], nasce o Estado. Não importa a rotulação conferida ao ato constituinte. Importa a sua natureza. Se dele decorre a certeza de rompimento com a ordem jurídica anterior, de edição normativa em desconformidade

intencional com o texto em vigor, de modo a invalidar a normatividade vigente, tem-se novo Estado.” (TEMER, 1998, p. 33).

Os porcos, dessa forma, fundam um novo Estado, que passa a ser orientado pelos Sete Mandamentos - ou pelo menos se coloca nessa condição. Há, até certo ponto, uma supremacia da legalidade, visto que, teoricamente, tudo o que acontece na fazenda está - ou deveria estar - subordinado à regência da lei soberana.

Por essa razão, os porcos insistem em modificar a letra dos mandamentos toda vez que os burlam. Não se pode esquecer que Napoleão, embora aja autoritariamente, procura passar à população a imagem de um líder democrático. Dessa forma, enquanto administrador público de um regime supostamente “democrático”, ele estaria adstrito à obrigação de agir nos limites daquilo que é expressamente autorizado pela lei. Trata-se do *princípio da legalidade estrita*, que condiciona o administrador a fazer somente aquilo que a legislação permite (LENZA, 2015, p. 1657).

Logo, para manter a aparência democrática de seu regime e não ser acusado de descumprimento normativo, Napoleão altera tudo aquilo que lhe convém. Assim, se a lei não permite a ingestão de álcool, então que se modifique a lei para que ele não a descumpra. Se não se pode dormir em camas, então que se emende o mandamento para que uma exceção seja aberta. Esse processo é repetido reiteradamente ao longo da obra, até que todas as exceções se tornem regra.

Assim, até certo ponto, tem-se um Estado de Direito, fundamentado na primazia da lei. Entretanto, todas as circunstâncias o descaracterizam como Estado Democrático, uma vez que não há democracia de fato. Existe uma roupagem democrática, uma espécie de máscara; esta faz a população crer que sua vontade está sendo feita, mas, na prática, é um regime totalitarista.

A demagogia legalista exercida por Napoleão na fazenda é, ao que tudo indica, uma clara referência à Constituição Soviética de 1936, implementada pelo governo stalinista na URSS. Na época, o diploma legal foi enaltecido pelos admiradores de Stálin e considerado como um dos mais democráticos do mundo. Todavia, na prática, “os direitos civis, liberdades pessoais e formas democráticas prometidas na constituição de Stálin foram pisoteados quase imediatamente e permaneceram como cartas mortas até muito depois de sua morte” (GETTY, 1991, tradução livre).

Alguns historiadores afirmam que a roupagem democrática da constituição stalinista não passou de mero recurso propagandístico, utilizado para fortalecer a imagem benevolente do líder. Dessa forma, as circunstâncias práticas de aplicação da lei tornavam inúteis as garantias que nela constavam. É o que Leonard Schapiro escreve:

A decisão de alterar o sistema eleitoral de indireto para eleição direta, de limitada para universal, e de voto aberto para secreto, foi uma medida de confiança do partido em sua capacidade de assegurar o retorno dos candidatos de sua escolha sem as restrições anteriormente consideradas necessárias [...]. Um exame minucioso do rascunho da nova constituição mostrou que ela deixou a posição suprema do partido inalterada e, portanto, era inútil como garantia dos direitos individuais. (SCHAPIRO, 1971, p. 410-411, tradução livre).

Ainda nesse sentido, um estudo feito por Thomas E. Towe sobre direitos fundamentais na União Soviética (1967) desmascara a falsa liberdade de expressão garantida à imprensa e à assembleia pela Constituição de 1936. De acordo com o pesquisador, antes que essas liberdades pudessem ser exercidas, qualquer proposta de redação ou reunião deveria ser aprovada por uma agência de licenciamento, para que os órgãos de censura pudessem exercer a liderança ideológica.

Dessa maneira, a liderança de Stálin ostentava um aspecto democrático, mas, na prática, não o era. É exatamente esse o retrato que se tem de Napoleão em *A Fazenda dos Animais*. A presença de elementos aparentemente democráticos na obra, como as assembleias dominicais e a premissa da isonomia, não invalida o teor totalitarista do regime, muito pelo contrário: o reafirmam. O governo totalitário se constrói justamente sobre a farsa de estar servindo à soberania popular. O problema é que, por maior que seja o empenho propagandístico, a mentira não se sustenta para sempre e a verdadeira face do terror tende a ser desvelada.

Simbolicamente, a quebra do paradigma democrático-isonômico e a revelação da verdade por trás da manobra política são marcadas pela alteração do sétimo e último mandamento do Animalismo: “todos os animais são iguais, *mas alguns são mais iguais que outros*”.

5.4 Alteração dos mandamentos e construção de um Estado de Exceção Permanente

A instauração de um poder totalitário na Fazenda dos Animais ocorre de forma lenta e gradual. Os porcos começam desvirtuando alguns trechos do célebre discurso proferido pelo Velho Major e, aos poucos, vão distorcendo o sentido de suas atitudes, até chegar ao ápice de alterar as leis para justificar as mais diversas arbitrariedades.

Nesse ponto, é preciso ressaltar duas coisas: a primeira é o autoritarismo descomedido com que se modifica uma lei declaradamente imutável; e a segunda é o motivo pelo qual isso acontece. Como visto anteriormente, os Sete Mandamentos têm, no momento de sua fundação, um caráter perene. Dessa forma, por serem uma “constituição” fixa, eles não deveriam receber

“emendas”. No entanto, não é o que ocorre. Ao longo do tempo, todas as normas previstas têm sua essência arbitrariamente modificada pelos detentores do poder.

Isso ocorre, sobretudo, para atingir duas finalidades: i) mostrar para a população que os porcos estão agindo em conformidade com a lei (princípio da legalidade estrita); e ii) justificar os abusos cometidos por eles. Assim, toda vez que um porco é questionado sobre a violação de algum mandamento, ele o altera. Dessa forma, ele prova, fraudulentamente, que não descumpriu a lei e que sua atitude sempre fora permitida por ela.

A primeira situação de flagrante violação à rigidez legislativa dos mandamentos ocorre quando os porcos se mudam para a antiga casa do Sr. Jones. Na ocasião, descobre-se que eles estão dormindo nas camas, contrariando o mandamento número quatro (“Nenhum animal dormirá em cama”). A égua Tulipa, ao notar que a atitude ia de encontro à determinação legal, pede para Mabel reler o seu conteúdo. É quando se depara com a seguinte redação: “Nenhum animal dormirá em cama *com lençóis*” (ORWELL, 2020, p. 80).

Intrigada, pois não tinha na memória a parte final do mandamento, Tulipa começa a se perguntar se o trecho já fazia parte da redação original ou não. Imediatamente, o porco Guincho “que por acaso estava passando por ali naquele momento, acompanhado de dois ou três cães, explicou tudo muito bem explicado” (ORWELL, 2020, p. 80).

Em outro momento da narrativa, Napoleão promove o grande massacre de animais por considerá-los traidores do sistema. Alguns porcos, galinhas, gansos e ovelhas são executados pelos cachorros aos olhos de todos na Fazenda. Diante do ocorrido, alguns bichos começam a se questionar sobre o conteúdo do sexto mandamento do Animalismo (“Nenhum animal matará outro animal”). Para tirar sua dúvida, eles pedem a Mabel que leia a referida norma. É quando se deparam com a seguinte alteração: “Nenhum animal matará outro animal *sem motivo*”.

Ao longo da obra, várias outras modificações vão sendo feitas - todas de maneira ardilosa. Seu auge se dá no momento em que o último e mais significativo mandamento é alterado. O lema “todos os animais são iguais” recebe a grave e significativa emenda: “*mas alguns são mais iguais que outros*”.

É importante destacar que a memória dos bichos é descrita como fraca, fato que os deixa vulneráveis à manipulação perpetrada pelo regime. Utilizando-se dessa fragilidade, os porcos aproveitam para, furtivamente, fazer as alterações na legislação, de modo que ninguém perceba o que está sendo feito. Quando os demais bichos se dão conta, o mandamento já está modificado e não há como provar sua alteração.

Dessa maneira, quando as alterações legislativas ocorrem, os animais ficam confusos sobre o que é ou não permitido. Essa é uma característica marcante de um Estado de exceção,

no qual “não é possível distinguir o lícito, do ilícito, o legal, do ilegal, o justo do injusto” (LUIZ, 2016).

Carl Schmitt (2006), ao tratar do conceito de Estado de exceção, o entende como princípio basilar do ordenamento jurídico como um todo. Para o jurista, é na ausência da norma que o direito e a democracia se originam. Nesse sentido, a exceção, do ponto de vista schmittiano, atua com a finalidade de assegurar a preservação estatal.

De fato, há uma importância significativa que envolve o tema. Isso porque, em situações anormais e/ou de emergência, a supressão de determinados direitos é essencial para que o Estado se preserve. É por tal razão que a maioria das constituições ao redor do planeta prevêem esse instituto. No caso brasileiro, por exemplo, a Constituição Federal de 1988 é clara ao possibilitar a decretação de estado de defesa e de sítio em situações que coloquem em risco a ordem pública e a paz social.

Todavia, a teoria de Schmitt enfrenta certas críticas, visto que, se interpretada de modo radical, pode ensejar a perpetuação de um estado de exceção escorado na justificativa de garantir direitos. Eventualmente, essa lógica poderia vir a legitimar sociedades totalitárias e aniquiladoras de prerrogativas fundamentais.

Nesse sentido, o que pode acontecer é a criação de uma situação continuada de emergência, capaz de justificar a suspensão de direitos por tempo indeterminado. Dessa maneira, o estado de exceção, que deveria ser temporário, prolonga-se no tempo e se torna permanente. Assim, atitudes “inicialmente apresentadas como medidas ligadas a acontecimentos excepcionais, reservadas a situações limitadas no tempo e no espaço, tornam-se regra” (AGAMBEN, 2004a).

Em *A Fazenda dos Animais*, é possível identificar algo similar a essa lógica. Ao espalharem o terror e apontarem inimigos do sistema, os porcos criam na fazenda uma atmosfera de alerta constante. Essa “ameaça” que ronda o Animalismo só pode ser neutralizada de maneira combativa. Dessa forma, para manter a ordem e proteger o Estado, os traidores precisam ser eliminados, sejam eles humanos (“tudo o que anda com duas pernas é inimigo”) ou animais infiéis ao regime (como aqueles expurgados por Napoleão).

Para que isso seja possível dentro dos parâmetros legais, é necessário que o direito autorize a execução do adversário. A regra de que nenhum animal pode matar outro animal passa a ser, então, relativizada pelo acréscimo de uma condicionante: *sem motivo*.

Nos limites da obra, essa relativização representa uma supressão do direito à vida em favor da manutenção da ordem estatal. Entende-se, a partir daí, que, em situações de ameaça,

haverá motivo justificado para que um animal mate outro. O problema é que, no regime totalitário, essa ameaça nunca tem fim.

Portanto, dado o perigo constante, o estado de exceção legitimado pela alteração dos Sete Mandamentos se torna permanente e, com ele, Napoleão recebe passe-livre para violar garantias fundamentais em defesa de um “bem maior”. Se ele não agir dessa forma, o inimigo pode triunfar e, se isso acontecer, os “direitos” conquistados pela revolução podem ser perdidos.

Nesse ponto, a lógica jurídica do estado de exceção permanente é paradoxal: para que os direitos da população não sejam ameaçados pelo inimigo comum, é preciso que o Estado esteja forte o suficiente para protegê-los; todavia, para que o Estado se mantenha forte, é necessário suprimir direitos da população. Eis a grande incoerência dos regimes totalitários.

George Orwell acertadamente afirma, no ensaio *Fascismo e Democracia* (2020c), que governo algum, “a menos que seja conivente com a própria derrubada, pode ou demonstra o menor respeito pelos ‘direitos’ democráticos quando se vê seriamente ameaçado” (p. 47). Nos Estados totalitários, a lógica que se segue é justamente essa. Sobre o tema, Giorgio Agamben (2004b) escreve:

O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, parecem não integráveis ao sistema político. (p.13).

Nesse sentido, dentro do contexto totalitário, o controle dos corpos torna-se imprescindível, uma vez que, a qualquer momento, os indivíduos podem se opor às restrições implementadas pelo governo centralizado. Com isso, o domínio estatal exercido sobre o cidadão implica, de acordo com o raciocínio de Agamben, na anulação do ser político (*bios*), que passa a não ter importância alguma para o Estado, tornando-se um *homo sacer*, isto é, uma vida que fica à mercê de um poder de morte impunível e insuscetível.

Em outras palavras, o filósofo italiano, alterando alguns pontos da teoria de Foucault, entende que o controle dos indivíduos consubstancia-se numa biopolítica que desqualifica a vida, reduzindo-a ao conceito de *vida nua*, isto é, a uma existência integralmente destituída de importância e de proteção. Dessa forma, essa vida pode ser exposta a uma morte completamente abjeta, tão indiferente que sequer seria passível de ser punida.

Os massacres promovidos por Napoleão, em *Animal Farm*, estão abarcados nessa lógica. Todos aqueles que ameaçam seu poder são tachados de inimigos e, por serem assim compreendidos, perdem a importância diante do Estado. Com isso, suas vidas são friamente

eliminadas e - o que é mais grave - com o respaldo legal do sexto mandamento (“nenhum animal matará outro animal, *sem motivo*”).

O que se evidencia, aqui, é a forma como o direito é utilizado para legitimar as barbáries cometidas, artifício característico de regimes totalitários. Dessa maneira, o que antes era exceção se torna regra, e a normalidade passa a ser o regime de exceção.

Por haver um corpo de leis amparando o estabelecimento do poder, tudo aquilo que se choca contra o aparato jurídico é entendido como ilegal, incluindo-se, aí, a resistência dos indivíduos (FOUCAULT, 2001). Dessa forma, há legitimação para a supressão ou anulação das condutas - e até mesmo da vida - de quem se impõe contra o Estado.

Com isso, o totalitarismo presente na política da Fazenda consegue implementar, de forma legítima, seu paradigma de controle biopolítico sobre o corpo dos indivíduos que estão sob seu domínio. A partir daí, abre-se espaço para a violação de vários outros direitos fundamentais.

5.5 Os direitos fundamentais e suas violações

As discussões feitas até o momento estão envoltas numa correnteza teórica que deságua, inevitavelmente, no debate sobre direitos fundamentais. O processo de totalitarização da Fazenda dos Animais, como visto, dialoga desde seus primórdios com a teoria jurídica. Assim, compreendidas as vias legais pelas quais o movimento revolucionário passou ao longo da trama, é preciso arrematar a questão com a análise dos direitos efetivamente violados pelo regime de Napoleão.

Inicialmente, deve-se elucidar uma questão crucial sobre os conceitos de *direitos fundamentais* e *direitos humanos*. De acordo com Paulo Bonavides (1998), as duas expressões podem ser consideradas sinônimas, embora exista, entre elas, uma pequena variação pragmática. Nesse sentido, o termo *direitos humanos* refere-se aos direitos da pessoa humana antes de serem positivados num sistema normativo constitucional. Por outro lado, *direitos fundamentais* seriam aqueles já escriturados em determinada constituição nacional.

Da mesma forma, Canotilho (2003) explica que, embora ambos os termos possam ser utilizados com significado semelhante, os *direitos humanos* possuem caráter universal, sendo inerentes à própria natureza humana e, portanto, válidos para qualquer povo em qualquer tempo. Já os *direitos fundamentais* seriam uma versão juridicamente institucionalizada dos direitos humanos, materializada em um ordenamento concreto e, conseqüentemente, limitada no tempo e no espaço.

Feitas essas considerações, é preciso advertir que, por questões de ordem meramente terminológica, o presente trabalho utilizará a expressão *direitos fundamentais* como sinônimo de *direitos humanos*. Isso porque, na obra em análise, a palavra “humano” adquire um significado muito específico. Os homens, na narrativa, representam uma categoria social cuja dimensão jurídica não nos interessa no momento. A violação de garantias que aqui se pretende analisar diz respeito aos animais da história, e não necessariamente aos homens que dela participam. Dessa maneira, optou-se pela utilização do termo *direitos fundamentais*, a fim de evitar quaisquer confusões semânticas.

Todavia, contrariando o aspecto originário da referida nomenclatura, a análise não ficará atrelada somente ao direito posto no contexto da obra, uma vez que a “Constituição” dos bichos (Sete Mandamentos) não prevê expressamente todas as garantias fundamentais das quais se pretende falar. O que será feito, nesse passo, é a investigação de direitos básicos e universais que, por serem inerentes à natureza “humana”, deveriam ser observados pelos detentores do poder e não o são.

Para que se analise as garantias propriamente violadas, é preciso compreender, primeiro, a história dos direitos fundamentais. Norberto Bobbio (2004) a divide em três fases. A primeira é essencialmente filosófica, isto é, as afirmações dos direitos do homem partem da expressão de um pensamento individual, sendo universais em relação ao conteúdo, mas limitadas no que diz respeito à eficácia, visto que são propostas para um legislador que se encontra no futuro. A segunda fase é marcada pela passagem da teoria à prática, momento em que a afirmação das garantias fundamentais ganha em concreticidade, mas perde em universalidade, uma vez que é protegida somente no âmbito do Estado que as reconhece. É nessa fase que surge a distinção entre os direitos do homem e os do cidadão. O terceiro e último estágio se inicia com a Declaração de 1948, na qual a afirmação dos direitos se torna, simultaneamente, universal e positiva.

Entende-se que o contexto dramático de *A Fazenda dos Animais*, embora deva ser analisado com base na terceira fase, localiza-se temporalmente na segunda. Primeiro por uma questão cronológica: a publicação do livro é anterior à Declaração Universal dos Direitos Humanos, de forma que ele dificilmente conseguiria retratar uma realidade futura tão específica (apesar de estarmos falando de George Orwell). Em segundo lugar, a obra apresenta um Estado que “protege” apenas aqueles que estão sob seu controle, anulando a existência dos demais, isto é, separa os direitos do homem e os do cidadão, característica típica da segunda fase proposta por Bobbio.

Explica-se: na lógica adotada pelo regime de Napoleão, todos aqueles que eventualmente representem uma ameaça ao poder estatal perdem, diante do Estado, a qualidade de “cidadão”, isto é, são destituídos de seus direitos básicos (à vida, à integridade física etc.), ficando à mercê da tortura, do exílio e da morte. Trata-se da noção de *vida nua* (AGAMBEN, 2004a) já discutida anteriormente. Nesses termos, o direito é dissolvido juntamente com a participação política do indivíduo na sociedade.

O mesmo raciocínio se aplica à forma como os homens são vistos pelos habitantes da fazenda. A partir do momento em que o primeiro mandamento do Animalismo prevê que “tudo o que anda com duas pernas é inimigo”, o que se tem é uma lei que coloca, declaradamente, a espécie humana como um ente extrajurídico, isto é, exterior ao Estado. Esse fato legitima a supressão de suas garantias fundamentais. O episódio da Batalha do Estábulo deixa muito clara essa percepção. No momento em que Guerreiro percebe que provavelmente tirou a vida de um dos humanos, ele se lamenta, mas Bola de Neve o interrompe com o seguinte discurso: “Nada de sentimentalismo, camarada! [...] Guerra é guerra. **Ser humano bom é ser humano morto.**” (ORWELL, 2020, p. 63).

Dessa maneira, verifica-se, na obra, a reafirmação da ideia de que, se o indivíduo não está do lado do Estado, então seus direitos não devem ser reconhecidos por ele. Dialogando com a disciplina jurídica, esse pensamento é muito similar à *Teoria do Direito Penal do Inimigo*, segundo a qual os opositores do Estado podem ter suas garantias fundamentais suprimidas em favor do bem comum.

O idealizador desse pensamento é Günther Jakobs (2010). Este define o inimigo como aquele que almeja a destruição do Estado, mostrando que o *status* de cidadão não é, necessariamente, uma característica imperdível. Para desenvolver sua teoria, o jurista alemão recupera conceitos filosóficos clássicos, e conclui que a separação entre cidadão e inimigo feita por nomes como Rousseau e Fichte é radical e abstrata. Para ele, a desconstituição do criminoso como um sujeito político deve ser aplicada a uma parcela restrita dos infratores e não a todos. Em um regime totalitário, contudo, essa divisão torna-se nebulosa.

O direito, ao seguir essa lógica, opera autoritariamente em favor dos cidadãos e do Estado, ao mesmo tempo em que suprime garantias fundamentais do “inimigo”. Leva-se em conta, portanto, uma prospecção de que aquele sujeito é, ou se tornará em algum momento, perigoso à conjuntura estatal, ainda que o delito não tenha se consumado. Como consequência disso, ocorre a ampliação dos poderes repressivos, a antecipação da tutela penal e a legitimação de práticas como a tortura, por exemplo, cujo objetivo é obter a confissão do agente.

Na narrativa de Orwell, essa questão está dispersa ao longo de toda a história, mas ganha notável relevo na passagem do grande expurgo. Napoleão, comandando os cachorros para machucarem as orelhas dos porcos inquiridos, força os suínos a confessarem seus crimes. Trata-se de uma evidente cena de tortura. Os quatro porcos então revelam que são aliados de Bola de Neve, que colaboraram para a destruição do moinho de vento e que haviam se comprometido a entregar a Fazenda a Frederick.

Note-se que os delitos cometidos pelos porcos desafiam a ordem estatal e, por essa razão, são punidos com a morte. Não se verifica, por parte dos detentores do poder, a observância de quaisquer garantias fundamentais. Os animais são considerados culpados e imediatamente punidos. A cena se repete impiedosamente em face de vários outros bichos.

Não há contraditório nem ampla defesa, assim como também não há um devido processo legal que julgue os crimes cometidos. É importante ressaltar que o devido processo legal é uma garantia que remonta à *Magna Charta Libertatum de 1215*, e que reaparece no artigo 11 da Declaração Universal dos Direitos do Homem (MORAES, 2016), cujo teor é exposto abaixo:

Todo homem acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

Nesse sentido, o referido instituto observa o princípio da inocência e tem como corolários a ampla defesa e o contraditório. Por ampla defesa, entende-se a garantia que o réu possui de usar a seu favor todos os elementos que possam provar sua inocência, incluindo-se aí o direito ao silêncio. O contraditório, por sua vez, é a exteriorização da ampla defesa a partir de uma condução dialética do processo (MORAES, 2016).

No massacre promovido por Napoleão, nenhuma dessas garantias é observada. Ao contrário, o que se tem é uma completa supressão delas. Aos animais acusados não é dado o direito de defesa, muito menos o de permanecer em silêncio. As revelações dos crimes são obtidas de maneira ilegal, por meio da tortura. A consequência do martírio é a confissão, inclusive, de circunstâncias irreais, como a aparição de Bola de Neve em sonho para as galinhas. Também não há relação processual, uma vez que quem julga é o mesmo ente que acusa.

Dessa maneira, em uma única passagem da obra, é possível identificar a grave violação de vários direitos fundamentais: ampla defesa, contraditório, devido processo legal, integridade física e até mesmo o direito à vida.

Assim, com base na premissa legal de que quem se opõe à ordem estatal é inimigo e deve ser eliminado, o regime totalitário implementado por Napoleão aniquila, de maneira severa, garantias fundamentais inerentes à existência dos animais.

Contudo, não somente os inimigos declarados do regime de Napoleão sofrem com a supressão de direitos fundamentais dentro da obra. De maneira um pouco menos violenta, mas igualmente grave, os habitantes “comuns” da fazenda também têm várias de suas garantias liquidadas.

Uma delas é a dignidade. Apesar de terem suas vidas poupadas pelo poder de morte de Napoleão, os animais “pacíficos” não as vivem de maneira digna. Eles são continuamente expostos a situações de penúria e humilhação, como fome, frio, exaustão, silenciamento, entre outras. Quando se analisa essa questão pela perspectiva jurídica, imediatamente se tece uma ligação com o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, segundo o qual

a dignidade é um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas, constituindo-se um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar, de modo que, somente excepcionalmente, possam ser feitas limitações ao exercício dos direitos fundamentais, mas sempre sem menosprezar a necessária estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos e a busca ao Direito à Felicidade. (MORAES, 2016).

Dessa maneira, se o indivíduo é humilhado, estigmatizado, perseguido ou proscrito, sua dignidade é maculada (ALEXY, 2015). Em *A Fazenda dos Animais*, os bichos passam a maior parte do tempo trabalhando arduamente e, em troca, recebem cortes na ração, camas frias e desconfortáveis, chicotadas, entre outras sujeições. Assim, apesar de continuarem vivos, não têm a estima que merecem e não encontram satisfação pessoal alguma em sua existência. Vivem, dessa forma, indignamente.

A completa desvalorização dos animais tem sua maior prova na figura de Guerreiro. O cavalo, considerado o animal mais forte da fazenda, não mede esforços durante sua vida para cumprir com suas obrigações trabalhistas. Trabalha dia e noite, no frio e no calor, sofre com a fome e com a dor, mas, mesmo assim, continua se dedicando ao máximo para contribuir com o desenvolvimento da Fazenda. Contudo, na velhice, quando perde sua força de trabalho, seus esforços são ignorados e ele é mandado ao carniceiro. A humilhação se consolida no momento em que a narrativa informa sobre a impossibilidade de seus restos mortais serem levados de volta para a fazenda. No mesmo trecho, há menção a um banquete a ser realizado em sua

homenagem. Uma interpretação possível é a de que os porcos poderiam ter usado sua carne como alimento:

O próprio Napoleão apareceu na reunião matinal daquele domingo e proferiu um breve discurso em homenagem a Guerreiro. Explicou que não fora possível trazer os restos mortais do querido camarada para serem enterrados na fazenda [...]. Além disso, em poucos dias os porcos realizariam um banquete em homenagem a Guerreiro. (ORWELL, 2020, p. 116).

Diretamente relacionado ao princípio da dignidade está o direito à liberdade. Pode-se dizer que, na Fazenda dos Animais, a liberdade é o elemento mais desejado e o mais transgredido. O discurso do Velho Major é marcado pela aspiração a uma sociedade livre, e a revolução acontece sobre essa pauta, mas, no final das contas, ocorre a completa ausência dela.

Não há liberdade de expressão. Sempre que os animais tentam se manifestar contrariamente a algum posicionamento do Líder, são prontamente calados. Esse silenciamento, entretanto, acontece de maneira progressiva. Inicialmente, ele se dá pelas interrupções passivo-agressivas do rebanho de ovelhas, que insistem em balir o lema “quatro pernas, bom, duas pernas, mau” (posteriormente substituído por “quatro pernas, bom, duas pernas; melhor”) toda vez que alguém tenta se pronunciar contra decisões advindas dos porcos. Depois, o silenciamento é feito pelos ameaçadores rosnados dos cães de Napoleão. Por fim, os animais são calados por meio da força física e das ameaças de morte.

Dessa maneira, as ideias e opiniões dos bichos são tolhidas antes mesmo de serem pronunciadas, afugentando qualquer possibilidade de construção de uma comunidade livre, como se pretendia antes da revolução. Sobre o assunto, deve-se observar que a liberdade de expressão é imprescindível para a caracterização e preservação das sociedades livres e democráticas (MORAES, 2016).

Um outro ponto relacionado à ausência de liberdade no regime de Napoleão é a prática de censura a obras de cunho intelectual e artístico, que aparece de maneira muito sutil na narrativa. O episódio em que se percebe a existência de um filtro por trás de publicações dessa natureza é aquele em que o porco Mínimo escreve um poema de exaltação ao Líder. Na ocasião, o narrador menciona o fato de o texto ter sido “aprovado” por Napoleão e, posteriormente, registrado na parede do celeiro. Dá-se a entender, nesse ponto, que a composição só foi aceita pelo fato de glorificar a imagem do governante, caso contrário não o teria sido.

O controle de imprensa também é uma questão a ser considerada no tópico de violação à liberdade. Os pombos, que eram os responsáveis por espalhar a mensagem da Rebelião para os animais das fazendas vizinhas, são, em determinado momento da obra, proibidos de colocar

os pés em qualquer ponto da Fazenda Foxwood, pertencente a Frederick. No episódio, eles recebem ordem de modificar seu slogan de “Morte à Humanidade” para “Morte a Frederick”. Fica patente, nessa passagem, o poder exercido por Napoleão sobre os órgãos de comunicação, que são dirigidos de acordo com a conveniência do Líder.

Dentro dos limites da fazenda, a imprensa também é controlada, uma vez que permanece sob o monopólio do governo. O único autorizado a propagar as notícias é Guincho. Por estar submetido às ordens de Napoleão, todos os dados que o porco transmite são tendenciosos e, em boa parte, falsos. Com isso, além de não haver liberdade jornalística, o direito dos animais de informar e de serem adequadamente informados também é completamente anulado. Esse direito, da forma como se entende, consubstancia-se em “um direito do cidadão, contra o Estado, a que este organize a radiodifusão de uma tal forma que predominem a liberdade em relação ao controle estatal e o pluralismo”. (ALEXY, 2015, p. 495). Como se verifica, tal garantia não é observada pelo regime de Napoleão.

Uma das consequências da violação ao direito de informação é a poda da livre participação social na política. Os animais, por estarem condicionados às mensagens propagadas por Guincho, não encontram brecha informativa para questionar, de maneira fundamentada, as atitudes do Líder. A única verdade a que eles têm acesso é aquela disseminada pelos detentores do poder. Dessa forma, a falta de suporte fático para o enfrentamento das diretrizes impostas faz com que os indivíduos não dialoguem entre si sobre questões públicas. Isso gera um comportamento solapado, em que todos recebem informação de uma única fonte e, por esse motivo, são condicionados a pensar de maneira homogênea. Ocorre que, quando todos pensam igual, não há debate político. Sem debate político, não há democracia.

Um outro ponto que tolhe a participação política é o terror propagado pelo regime. Os porcos fazem os animais acreditarem que qualquer um entre eles pode ser um traidor infiltrado. É o que ocorre quando Guerreiro desconfia das histórias reinventadas por Guincho sobre Bola de Neve. Na oportunidade, o porco justifica seus argumentos e adverte: “quero alertar todos os animais desta fazenda! Que fiquem de olhos bem abertos, pois temos motivos para pensar que alguns dos agentes secretos de Bola de Neve estão infiltrados em nosso meio” (ORWELL, 2020, p. 88-89).

A desconfiança semeada leva os animais a não compartilharem seus pensamentos uns com os outros, com medo de haver, entre eles, um possível denunciante que possa entregá-los como traidores. Esse comportamento acarreta uma situação de isolamento social. Tal condição é fundamental para a manutenção do regime, uma vez que, sem o estabelecimento de relações,

não há ação política, pois essa só ocorre em conjunto. Assim, sem oposição, o terror ganha espaço para reinar supremo.

A ausência de uma frente opositora é também percebida naquele que é um dos mais marcantes traços dos regimes totalitários: o unipartidarismo. Desde o momento inicial da obra, a liderança que guia a Rebelião é única. Até mesmo quando Bola de Neve e Napoleão se enfrentam na disputa pelo poder, não há divergência de ideologia - ambos defendem as mesmas ideias. O que muda são apenas as formas de colocá-la em prática. Não se verifica a existência de um pluralismo político-partidário ali, fato desencadeador de uma deficiência na representação política da sociedade. Quando a Fazenda é proclamada República, há menção à necessidade de se eleger um presidente. Contudo, a eleição é disputada por um único candidato: Napoleão, eleito por unanimidade. Dessa forma, também não há plenitude no exercício dos direitos políticos dos animais.

Até aqui, todas as garantias violadas fazem parte do que se chama de *direitos fundamentais de primeira dimensão*. Explica-se: a doutrina jurídica classifica os direitos humanos em grupos (dimensões), organizados de acordo com sua evolução histórica. Em um primeiro momento, essa classificação partiu dos lemas da Revolução Francesa - liberdade, igualdade e fraternidade - anunciando, respectivamente, os direitos de primeira, segunda e terceira dimensões. (LENZA, 2015). Com a evolução da sociedade e do direito, novas dimensões foram sendo adicionadas à categorização.

Sobre o tema, Norberto Bobbio (2004) escreve:

Do ponto de vista teórico, sempre defendi — e continuo a defender, fortalecido por novos argumentos — que os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas. (p. 9).

Na contemporaneidade, fala-se em até cinco dimensões. Todavia, no recorte literário que nos cabe, é válido discutir, em especial, os direitos da primeira e da segunda. Nesse âmbito, as garantias incutidas na primeira dimensão dizem respeito às liberdades individuais, representadas pelos direitos civis e políticos, enquanto os de segunda estão ligados às garantias sociais, culturais e econômicas.

No que tange à primeira categoria, é importante destacar que os direitos nela englobados garantem ao indivíduo uma postura de resistência perante o Estado. É dizer, de outra maneira, que o ente estatal deve manter, em relação a esses direitos, uma conduta absentéista. Nesse sentido:

Os direitos de primeira geração ou direitos de liberdades têm por titular o indivíduo, são oponíveis ao Estado, traduzem-se como faculdades ou atributos da pessoa e ostentam uma subjetividade que é seu traço mais característico; enfim, são direitos de resistência ou de oposição perante o Estado. (BONAVIDES, 1997, p. 563-564).

Dessa maneira, são direitos que exigem um não-fazer estatal, de forma a garantir a liberdade dos cidadãos. Neles, estão incluídos os direitos civis e individuais, como a vida, a integridade física e mental, as liberdades de pensamento, de expressão, de imprensa etc.; e os direitos políticos, como o devido processo legal, a autodefesa, a participação na sociedade civil e política, entre outros.

Assim, nos parâmetros do que foi analisado até o momento em *A Fazenda dos Animais*, falou-se substancialmente dos direitos de primeira dimensão. Entretanto, como se verá, os de segunda dimensão também estão presentes na obra e são igualmente violados por Napoleão.

A segunda dimensão dos direitos fundamentais engloba as garantias sociais, isto é, aquelas que têm por finalidade a concretização da igualdade social. Sua origem remonta à Revolução Industrial europeia, quando, em decorrência das péssimas situações e condições de trabalho, eclodiram movimentos em busca de reivindicações trabalhistas e normas de assistência social. (LENZA, 2015).

De acordo com Canotilho e Moreira (1993, p. 285),

A individualização de uma categoria de direitos e garantias dos trabalhadores, ao lado dos de caráter pessoal e político, reveste um particular significado constitucional, do ponto em que ela traduz o abandono de uma concepção tradicional dos direitos, liberdades e garantias como direitos do homem ou do cidadão genéricos e abstratos, fazendo intervir também o trabalhador (exatamente o trabalhador subordinado) como titular de direitos de igual dignidade.

Assim, os direitos fundamentais de segunda dimensão referem-se àquelas garantias diretamente relacionadas à ideia de igualdade. São direitos que buscam superar os contrastes sociais por meio da atuação estatal. Portanto, diferentemente da primeira dimensão, o papel do Estado, aqui, é positivo, num sentido de dever-fazer: ele deve agir para assegurar a isonomia entre os cidadãos.

Em *A Fazenda dos Animais*, o debate sobre os direitos de segunda dimensão surge, principalmente, em decorrência das condições de trabalho dos bichos. O primeiro de que se pode falar é aquele atinente às discussões sobre seguridade social. No início da Rebelião, a questão da aposentadoria era uma pauta relevante, tendo sido decidido que, ao atingir determinada idade, os animais parariam de trabalhar e passariam a receber uma pensão mensal

do governo, além de terem reservado para si um lugar especial para descanso na parte de trás do pomar.

Contudo, o regime de Napoleão ceifa esse direito. Primeiramente, o lugar destinado ao repouso dos aposentados é coberto com uma plantação de cevada, sendo substituído por um canto qualquer no pasto. Algum tempo depois, esse segundo lugar também é extinto e não se ouve mais falar nele. Ainda, o critério etário estabelecido para a aposentadoria não é respeitado. A prova disso é Guerreiro, que, dois anos após atingir a idade estipulada, ainda permanece trabalhando.

Um outro aspecto relacionado à seguridade é a inexistência de cobertura a situações de incapacidade laborativa. Em determinado momento da obra, Guerreiro machuca o casco devido a uma batalha travada contra os humanos. Todavia, mesmo com muitas dores, ele continua a trabalhar arduamente, na esperança de conseguir terminar o moinho antes de sua aposentadoria, que nunca chega. Esse dado é fundamental para o agravamento das condições de saúde do cavalo, que, ao final de sua vida, já não tem mais forças para trabalhar e, por essa razão, é mandado ao abatedouro.

Nesse sentido, o direito à seguridade social dialoga diretamente com o direito à saúde, que também não é observado na Fazenda. O Estado, no seu dever de agir em favor da promoção da saúde pública, omite-se. O resultado é uma população cada vez mais adoecida e relegada à degradação.

Outro fator que contribui para o perecimento da saúde é a deficiência na alimentação. Conforme os anos vão passando, a quantidade de ração que os porcos fornecem aos animais vai diminuindo - embora eles, os porcos, continuem se alimentando do bom e do melhor. Os cortes são comunicados por Guincho, que tenta convencer os bichos de que a fome que estão sentindo é meramente psicológica:

Uma igualdade excessiva no caso das rações, explicava Guincho, seria contrária aos princípios do Animalismo. De qualquer modo, ele demonstrava sem dificuldade aos outros animais que na verdade não se estava vivendo uma escassez de alimentos, apesar das aparências. (ORWELL, 2020, p. 108).

Assim, somados a uma série de fatores mencionados no texto, como o frio e o excesso de trabalho, os direitos fundamentais de segunda dimensão dos animais são profundamente transgredidos. O sétimo mandamento (“todos os animais são iguais”) é destituído de sentido. O regime político construído em cima do ideal de igualdade nada mais fez do que promover a desigualdade entre os habitantes da Fazenda. Não à toa, todos os sete mandamentos são

integralmente substituídos por uma única premissa: *todos os animais são iguais, mas alguns são mais iguais que outros*.

Dessa maneira, o regime de Napoleão subverte a lógica jurídica. Quando o Estado deveria se abster para proteger as liberdades individuais, ele age autoritariamente. Quando precisa agir para assegurar a igualdade social, ele se abstém e promove a desigualdade. Assim, os direitos fundamentais dos animais são, um a um, aniquilados.

Evidentemente, a conduta do líder apoia-se numa racionalidade perversa: se os bichos estiverem desnutridos, doentes, fracos e velhos, não terão forças para lutar contra o sistema. Se, por alguma razão, acabarem encontrando essa força, ela será severamente reprimida pelo aparelho estatal. O que se nota, portanto, é uma atuação decididamente calculada para anular qualquer resistência. Não se trata de um Estado que opera em favor da igualdade e da liberdade, como pretendiam os animais na noite do discurso do Velho Major. Muito pelo contrário. É um Estado que mata e que deixa morrer.

Diante de tudo o que foi exposto ao longo deste capítulo, a conclusão a que se chega é a de que o direito não só está presente como também é parte integrante de um processo revolucionário. É com base nele - ou na sua violação - que a revolução é planejada, executada e consolidada. É ele quem funda um novo Estado e quem o estrutura. É ele o responsável por assegurar uma sociedade justa e igualitária, mas também é ele que decide quem merece desfrutá-la. Por fim, é ele, e somente ele, que, num ato suicida, tem o poder de destruir tudo aquilo que foi construído sobre seus próprios pilares.

Dessa maneira, a lição mais importante que *A Fazenda dos Animais* nos ensina é a de que o direito permanece. Mãos boas e ruins inevitavelmente o seguram, moldam-no, adaptam-no conforme sua conveniência. Mas essas mãos, um dia, morrem. Ele, ao contrário, sobrevive. E se perpetua, se espalha, se reconfigura. Até chegar a novas mãos - boas ou ruins. A questão, contudo, está no fato de que o direito, independentemente de quem o esteja segurando, não se sustenta sem um povo que o legitime.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns dados são importantes quando se fala da narrativa satírica de George Orwell. Ela levou quatro meses para ser escrita e um ano e meio para ser publicada. Desde então, passou pelos olhos – e pelas garras – de leitores progressistas, conservadores e libertários. Foi usada como arma ideológica por grandes potências estatais, mas também serviu de instrumento de defesa contra a ideologia pregada por elas. Vendeu milhões de cópias ao redor do planeta. Foi traduzida e retraduzida para um sem-número de idiomas. Virou filme, história em quadrinhos, álbum do Pink Floyd e livro do Chico Buarque. Teve seu final substancialmente alterado em adaptações que a usaram por mera conveniência política. Foi, e ainda é, proibida em diversos países. Deixou de ser *Animal Farm* para ser *A Revolução dos Bichos*, e depois deixou de ser *A Revolução dos Bichos* para se tornar *A Fazenda dos Animais*. E, em meio a tantas movimentações, voltou ao topo das obras mais procuradas por leitores de todo o mundo – sete décadas após a sua primeira publicação.

O que faz um livro com uma narrativa aparentemente simples gerar tanto interesse? Talvez a própria simplicidade de sua construção – que, aos desavisados, pode parecer simplória. Talvez a proeza de falar, de forma extremamente precisa, sobre um assunto tão sério em pouco mais de cem páginas. Talvez a capacidade de discutir política, história e direito numa linguagem compreensível até mesmo por crianças. Talvez a genialidade de um autor que, anos após sua morte, foi chamado, por muitos, de profeta.

A Fazenda dos Animais, dentro de seus limites literários, ultrapassou barreiras temporais, espectros políticos, divisas ideológicas e fronteiras territoriais. A explicação para esse feito está amparada, claro, na admirável habilidade de escrita com que a narrativa foi conduzida. A acidez permanente, a ironia na hora certa e o diálogo certeiro com os fatos históricos fizeram da trama uma manifestação literária – com o perdão do trocadilho – revolucionária. Mas o crédito deve ser dado menos à habilidade do que à sensibilidade do autor.

Nesse sentido, ousa discordar dos adeptos das profecias orwellianas. Orwell não foi um escritor à frente do seu tempo e nem previu o futuro distópico que muitos chamariam de presente. Ele apenas foi sensível à História, assimilando-a para além dos fatos históricos: compreendeu as razões pelas quais o século 20 chegou ao extremo. E compreendeu que, apesar das singularidades de cada período, muitas dessas razões são eternas. Foi, sobretudo, um escritor que testemunhou a sua época e conferiu a ela a pedagogia daqueles que acreditam em lições. Isso é o que o torna genial.

E, por ser o livro um testemunho que estabelece elos com o mundo atual, quando lemos os discursos absurdos de Napoleão, temos a sensação de estar assistindo, pela televisão, a um pronunciamento presidencial. Ver as mentiras amplamente propagadas por Guincho sendo aceitas e replicadas de forma inadvertida pelos outros animais nos coloca diante da realidade de uma rede social. Ao nos depararmos com a vida de Guerreiro sendo descartada, como se não valesse nada, ficamos tão estarecidos quanto ao abrir um jornal de notícias qualquer. Setenta e cinco anos após sua primeira publicação, *A Fazenda dos Animais* nos conta muito mais do que a história da União Soviética. Ela nos conta e nos alerta para a nossa própria história.

A chance de entender como os fatos podem ser manipuláveis, como a lei pode ser usada para justificar o injustificável, como uma revolução pode ser subvertida e como um povo pode ser traído por aqueles em quem confia, é o grande legado de Orwell: um escritor que deu à Política, à História e ao Direito a dignidade da Literatura.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a Vida Nua I*. Belo Horizonte: editora UFMG, 2004a.
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004b.
- AGUIAR E SILVA, Vitor Manuel de. *Teoria da literatura*. 8. ed. Coimbra: Almedina, 1988.
- ALEXY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 2015.
- ARANTES, Aldinéia Cardoso. *O estatuto do anti-herói: estudo da origem e representação, em análise crítica do sattyricon, de Petrônio e Dom Quixote, de Cervantes*. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Paraná, 2008.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- AUNE, James Arnt. Literary analysis of Animal Farm. In: RODDEN, John. *Understanding Animal Farm: a student casebook to issues, sources, and historical documents*. Westport: Greenwood Press, 1999, p. 1-15.
- BENEDINI, Giuseppe Federico. A Rússia Czarista e as origens da Revolução: um ensaio. *Cadernos do Tempo Presente*, n. 19, mar./abr. 2015, p. 3-12.
- BENJAMIN, Walter. Crítica da violência: crítica do poder. In: BENJAMIN, Walter. *Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos*. Seleção e apresentação de Willi Bolle. Tradução de Celeste H.M. Ribeiro de Sousa e outros. São Paulo: Cultrix/Editora da Universidade de São Paulo, 1986. p.160-175.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Tradução de Carmen C. Varriale e outros. 11. ed. vol. 1. Brasília: Ed. UnB, 1998.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 1997.
- BONAVIDES, Paulo. Os direitos humanos e a democracia. In: SILVA, Reinaldo Pereira (Org.). *Direitos humanos como educação para a Justiça*. São Paulo: LTr, 1998.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MOREIRA, Vital. *Constituição da república portuguesa anotada*. 3. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1993.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional e teoria da Constituição*. 7. ed. rev. Coimbra: Almedina, 2003.

CARR, Edward. *A revolução russa de Lenin e Stalin: 1917-1929*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

CARVALHO, Christian Hygino. *A revolução dos bichos, de George Orwell: tradução e manipulação durante a ditadura militar no Brasil*. 2002. 112 f. Monografia (Bacharelado em Letras) – Instituto de Ciências Humanas e de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. *Direito constitucional: teoria do Estado e da Constituição*. 15. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Tradução de Vera da Costa e Silva e outros. 20 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de símbolos*. Tradução de Rubens Eduardo Ferreira Frias. São Paulo: Centauro, 2005.

DERRIDA, Jacques. *Força de lei: o fundamento místico da autoridade*. Tradução de Leyla Perrone-Moysés. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DICIONÁRIO DE NOMES PRÓPRIOS. *Benjamin*. Disponível em: <https://www.dicionariodenomespropriios.com.br/benjamin/>. Acesso em: 30 ago. 2019.

DINIZ, Maria Helena. *Dicionário jurídico*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do estado (ação política, poder e golpe de classe)*. Petrópolis: Vozes, 1981

FEITOSA, Renato Lima Silva; FREITAS, Olívia Rocha. As modificações do livro “A revolução dos bichos” em suas traduções. *Caderno Virtual IDP*. v. 1, n. 40, 2017.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. v. 24, n. 47, p. 29-60, jul. 2004.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Editora: Graal, 2001.

FRANCO JUNIOR, Arnaldo. Operadores de leitura da narrativa. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (Orgs.). *Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 3 ed. Maringá: Eduem, 2009, p. 33-58.

FRIEDRICH, Carl J.; BRZEZINSKI, Zbigniew K. *Totalitarismo e autocracia*. Tradução de Donaldson M. Garschagen. 3. ed. Rio de Janeiro: GRD, 1965.

GENETTE, Gerard. *Discurso da narrativa*. Lisboa: Vega, 1979.

GENETTE, Gerard. *Paratextos editoriais*. Tradução de Álvaro Faleiros. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009. p. 145-257.

GETTY, John Archibald. State and society under Stalin: constitutions and elections in the 1930s. *Slavic Review*, v. 50, n. 1, p. 18–35, mar./jun. 1991.

HARARI, Yuval Noah. *Sapiens: uma breve história da humanidade*. Tradução de Janaína Marcoantonio. Porto Alegre: L&PM, 2015.

HARPER, Douglas. *Online Etymology Dictionary*. Disponível em: <https://www.etymonline.com/word/comrade>. Acesso em: 10 out. 2020.

HITCHENS, Christopher. *A vitória de Orwell*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. Tradução de Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JAKOBS, Günther. Direito penal do cidadão e direito penal do inimigo. In: JAKOBS, Günther; MELIÁ, Manuel Cancio. *Direito penal do inimigo: noções e críticas*. Organização e tradução de André Luís Callegari e Nereu José Giacomelli. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

KELLY, Paul. E outros. *O livro da política*. Tradução de Rafael Longo. São Paulo: Globo, 2013.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KOPS, Camila Regina Rosa. *Goethe e Newton: a teoria das cores para a discussão entre arte e ciência*. 2019. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2019.

LENZA, Pedro. *Direito constitucional esquematizado*. 19. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2015.

LUIZ, Ramon Perez. O estado de exceção como paradigma de governo: a pessoa humana a partir de uma leitura em Giorgio Agamben. In: *Colóquio de ética, filosofia política e direito*, III, 2016. Anais. Santa Cruz do Sul: Unisc. p. 4-18. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/efpd/article/view/15003>. Acesso em: 14 ago. 2020.

MANÁEV, Gueórgui. O que significa realmente “camarada” em russo? *Russia Beyond*, 7 set. 2019. Disponível em: <https://br.rbth.com/educacao/82791-o-que-significa-camarada-tovarisch>. Acesso em: 10 out. 2020.

MARINO, Lori; COLVIN, Christina M. Thinking pigs: a comparative review of cognition, emotion, and personality in *sus domesticus*. *International Journal of Comparative Psychology*. v. 28, p. 1–27, jan./dez. 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *Manifesto do partido comunista*. Tradução de Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Martin Claret, 2014.

MATOS, Thais. '1984' e 'A revolução dos bichos': por que George Orwell é o único antigo na lista de mais vendidos de ficção no Brasil? *GI*, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2019/05/20/1984-e-a-revolucao-dos-bichos-por-que-george-orwell-e-o-unico-classico-na-lista-de-mais-vendidos-de-ficcao-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 30 nov. 2020.

MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 32. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2016.

ORWELL, George. *Why I write*. London: GB, 1946.

ORWELL, George. *A revolução dos bichos: um conto de fadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007a.

ORWELL, George. *Apêndices*. In: ORWELL, George. *A revolução dos bichos: um conto de fadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007b. p. 125-147.

ORWELL, George. Propaganda. In: AUGUSTO, Sérgio (org.). *O que é fascismo? E outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017a. Ebook. p. 84-86.

ORWELL, George. Histórias e mentiras. In: AUGUSTO, Sérgio (org.). *O que é fascismo? E outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017b. Ebook. p. 69.

ORWELL, George. *A fazenda dos animais*. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.

ORWELL, George. The invasion from Mars. In: MILNER, David (Comp.). *George Orwell sobre a verdade*. Tradução de Claudio Alves Marcondes. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b.

ORWELL, George. Fascism and democracy. In: MILNER, David (Comp.). *George Orwell sobre a verdade*. Tradução de Claudio Alves Marcondes. São Paulo: Companhia das Letras, 2020c.

PASTORE, Paula Christina Falcão. *A simbologia dos animais em expressões idiomáticas inglês-português: uma proposta lexicográfica*. 2009. 221 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2009.

PEN, Marcelo. *O animal se torna humano e o humano, um animal (um esclarecimento)*. In: ORWELL, George. *A fazenda dos animais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. p. 128-151.

RIESMAN, David. *A multidão solitária*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

RODDEN, John. *Understanding animal farm: a student casebook to issues, sources, and historical documents*. Westport: Greenwood Press, 1999.

RODDEN, John; ROSSI, John. *Cambridge introduction to George Orwell*. New York: Cambridge University Press, 2012.

SCAPINI, Marco Antônio de Abreu. *Criminologia e desconstrução: um ensaio*. 2010. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais) - Faculdade de Direito, PUC de São Paulo, São Paulo, 2010.

SCHAPIRO, Leonard. *The communist party of the soviet union*. 2. ed. New York: Random House, 1971.

SCHMITT, Carl. *Teologia Política*. Tradução de Elisete Antoniuk. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

SILVA, Erick. *Porco doméstico berkshire: características, nome científico e fotos*. Disponível em: <https://www.mundoecologia.com.br/animais/porco-domestico-berkshire-caracteristicas-nome-cientifico-e-fotos/>. Acesso em: 30 ago. 2019.

SOARES, Ricardo M. Freire. *O discurso constitucional da dignidade da pessoa humana: uma proposta de concretização do direito justo no pós-positivismo brasileiro*. 2008. 277 f. Tese (Doutorado em Direito Público) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2008, p.28. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/10500/1/Ricardo%20Mauricio.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

TCHAKHOTINE, Sergei. *A mistificação das massas pela propaganda política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

TECCHIO, Iliane. Armadilhas discursivas em Animal Farm. *RevLet - Revista Virtual de Letras*, v. 04, n. 1, p. 130-141, jan./jul. 2012.

TEMER, Michel. *Elementos de direito constitucional*. 14. ed. rev. e ampl. São Paulo: Malheiros, 1998.

THOREAU, Henry David. *A desobediência civil*. Tradução de Sérgio Karam. Porto Alegre: L&PM, 1997.

TOWE, Thomas E. Fundamental rights in the soviet union: a comparative approach. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 115, p. 1251-1274, 1967.

VERSIANI, Denis. *A força de Sansão estava em seu cabelo?* Disponível em: <https://biblia.com.br/perguntas-biblicas/a-forca-de-sansao-estava-em-seu-cabelo/>. Acesso em: 30 ago. 2019.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *Os paradoxos da revolução russa*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.